

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora” ou, conjuntamente com suas Controladas, referidas como “Grupo”) sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na B3 sob o *ticker* “EQTL3” e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1 Contexto Operacional – Transação Equatorial Energia Distribuição S.A.

Em 23 de janeiro de 2019, através de Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações, sucedeu a constituição da Companhia com o nome de SF 122 Participações Societárias S.A. (“Equatorial Distribuição”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Em 10 de abril de 2019, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Equatorial Energia Distribuição teve sua sede alterada para a cidade de São Luís, Estado do Maranhão, além da alteração da denominação social da Companhia de SF 122 Participações Societárias S.A. para Equatorial Energia Distribuição S.A..

Em 05 de novembro de 2019, houve a transferência das participações de 65,1% da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”) e 96,5% da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”) do Grupo Equatorial Energia S.A. (juntamente denominadas “Controladas”) para a Equatorial Distribuição S.A., a qual passou a ser Controladora dessas Companhias a partir desta data. No presente ato, houve a efetivação a transferência de controle através da consignação do acervo líquido, a Equatorial Distribuição passou a ser titular das Ações da Equatorial Pará e Equatorial Maranhão.

Em 11 de novembro de 2019, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve a ratificação da celebração do acordo de investimento entre a Equatorial Energia S.A. (Controladora) e o ITAÚ Unibanco S.A., através de aporte de R\$ 1.000.000 e mediante a emissão de 397.661.749 ações preferenciais de emissão da Equatorial Energia Distribuição, representando 9,9% de participação direta no capital social da Equatorial Energia Distribuição. A Companhia por sua vez, ficou com a totalidade das ações ordinárias de emissão da Equatorial Energia Distribuição, representativas em 90,1% do capital desta controlada.

Desde novembro de 2019 a Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferenciais pertencentes ao Itaú. O preço da compra, se a opção for exercida, será o valor de R\$ 1.000.000 corrigido por 100% do CDI desde 11 de novembro de 2019 a data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 100% do CDI da data do pagamento a data de exercício da opção de compra, que pode ser exercida entre 11 de novembro de 2012 a 11 de novembro de 2026. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito. Na nossa estimativa o valor da opção é imaterial, tanto em 11 de novembro de 2019, como em 31 de dezembro de 2019. Dada a imaterialidade do valor encontrado, não foi contabilizada o valor desta opção.

1.2 Pressuposto de continuidade operacional podendo ser real e/ou fidejussória

A Companhia apresenta resultados operacionais consistentes nas suas controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, com lucro líquido, em 2019, de R\$ 647.075 e R\$ 469.117, respectivamente. Em seu último processo tarifário, a Equatorial Pará aumentou a base de remuneração de R\$ 3.090.034 para R\$ 5.046.755, aumentando a remuneração do capital prevista na tarifa assim como a Parcela B que cabe à distribuidora. Nas empresas recém adquiridas, cumpre destacar o avanço e melhoria dos resultados operacionais e financeiros da Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas que, em 2019, saíram de um histórico negativo de geração de caixa para um lucro líquido de R\$ R\$ 93.279 e R\$ 346.822, respectivamente.

Na transmissão, a Companhia vem obtendo êxito em cumprir os cronogramas internos para implantação das linhas já tendo entrado em operação comercial em três SPEs, o que assegura uma geração de caixa estável para o Grupo. Os demais projetos estão em estágio de conclusão avançado e quando todos os ativos estiverem operacionais, o segmento de transmissão no Grupo, incluindo a Intesa, fará jus a uma Receita Anual Permitida de R\$ 1.107.000, desconsiderado eventuais penalidades que podem reduzir o valor da Receita Anual Permitida (RAP).

A Companhia busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Em 31 de dezembro de 2019 possuía de forma consolidada R\$5.828.920 de caixa e equivalentes de caixa que são suficientes para o pagamento do serviço da dívida de mais do que dois anos.

Adicionalmente a Companhia tem acesso a diversas linhas de crédito e já contratou os financiamentos necessários para implantação das linhas de transmissão nas SPEs de transmissão, assim como suas controladas de distribuição já tem contratado empréstimos junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para financiar seu plano de investimentos de 2020, ou seja, de acordo com as estimativas da Companhia não haveria a necessidade de captação adicional para financiamento dos investimentos do Grupo em 2020.

1.3 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Nota	2019	2018
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	65,11%
55 Soluções S.A.	(b)	100,00%	100,00%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	96,50%
Geradora de Energia do Norte S.A.	(d)	25,00%	25,00%
Vila Velha Termoeletricas Ltda.	(e)	50,00%	50,00%
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	100,00%	100,00%
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(g)	100,00%	100,00%
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(h)	94,47%	89,94%
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(i)	96,37%	-
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(j)	90,15%	-
Participação indireta	Nota	2019	2018
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(k)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(l)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(m)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(n)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(o)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(p)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(q)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(r)	100,00%	100,00%

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Solenergias Comercializadora de Energia S.A.	(s)	51,00%	51,00%
Helios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.	(t)	99,99%	99,99%
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(u)	100,00%	100,00%
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	58,69%	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	86,99%	-

- (a) Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”): Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o estado do Maranhão, atendendo a mais de 2,5 milhões de clientes em 217 municípios e cobrindo uma área superior a 332 mil km² em 31 de dezembro de 2019. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a Distribuidora em 28/08/2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Maranhão, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014. Em 10 de setembro de 2019, através da Ata da Assembleia Geral extraordinária foi aprovada a alteração da denominação de “Companhia Energética do Maranhão – CEMAR”, para “Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.”. Em 05 de novembro de 2019, o controle desta Distribuidora foi transferido da Equatorial Energia S.A. para Equatorial Energia Distribuição S.A.;
- (b) 55 Soluções S.A. (“55 Soluções”): Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros sob controle da Equatorial;
- (c) Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o estado do Pará, atendendo a mais de 2,7 milhões de consumidores em 144 municípios e cobrindo área superior a 1.248 mil km² em 31 de dezembro de 2019. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a Distribuidora em 28/07/1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Pará, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014. Em 12 de dezembro de 2019, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a alteração da denominação “Centrais Elétricas do Pará – CELPA”, para “Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.”. Em 05 de novembro de 2019 o controle desta distribuidora foi transferido da Equatorial Energia S.A. para Equatorial Energia Distribuição S.A.;
- (d) Geradora de Energia do Norte S.A. (“GERAMAR”): é a Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termelétricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Geradora de Energia do Norte S.A. O consórcio que detém o controle da Geradora de Energia do Norte S.A. é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Geradora de Energia do Norte S.A. é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas;
- (e) Vila Velha Termelétricas Ltda. (“Vila Velha”): é a Sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termelétricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia S.A. detém 50% do seu capital. O controle da Vila Velha Termelétricas Ltda. é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas;
- (f) Equatorial Transmissão S.A. (“Equatorial Transmissão”): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Equatorial Transmissão tem por objeto social: a) transmitir e comercializar energia e prestar serviços correlatos; b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de transmissão de energia; c) prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação; d) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e e) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Equatorial Transmissão é a holding das transmissoras do Grupo, tendo como investidas as SPES de 01 à 08 e Intesa;
- (g) A Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA): com sede na cidade do Distrito Federal, é uma sociedade por ações de capital fechado. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul - GO. O contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 002/2006, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a INTESA em 27 de abril de 2006, possui vigência até abril de 2036, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos;
- (h) Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Piauí”): Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o estado do Piauí, atendendo a mais de 1,3 milhão de clientes em 224 municípios e cobrindo uma área superior a 252 mil km² em 31 de dezembro de 2019. Em 26 de julho de 2018, a Equatorial Energia S.A. sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão (“Leilão”), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Equatorial Piauí. No dia 17 de outubro de 2018 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS vendeu ações representativas de 89,94% do capital social total da Equatorial Piauí para a Equatorial Energia S.A. De acordo com o item 5.1., cláusula (i), do presente Edital, a Equatorial Energia S.A. aportou aumento de capital na Equatorial Piauí no valor de R\$ 720.916 em 17 de outubro de 2018. Em 02 de janeiro de 2019, a Equatorial Energia S.A. efetuou a recompra de 2.580.200 ações pelo valor de R\$ 294,88 (em reais). Em 13 de março de 2019, através da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Equatorial Piauí, através destes aumentos de capital pela Equatorial Energia S.A. foram adquiridas 604.881.182 ações, sendo 577.684.454 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 27.196.728 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, o qual resultou no aumento na participação de 89,94% para 94,47% no capital social desta distribuidora. O contrato de concessão

de distribuição de energia elétrica nº 01/2018, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Piauí em 18 de outubro de 2018, possui vigência até 17 de outubro de 2048. Em 29 de março de 2019, através da Ata da Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a alteração da denominação de “Companhia Energética do Piauí – CEPISA”, para “Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.”;

- (i) Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A (“Equatorial Alagoas”): Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o estado de Alagoas, atendendo a mais de 1,1 milhão de clientes em 102 municípios e cobrindo uma área superior a 27 mil km² em 31 de dezembro de 2019. Em 28 de dezembro de 2018, a Equatorial Energia S.A. sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão (“Leilão”), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Equatorial Alagoas. No dia 27 de fevereiro de 2019 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS vendeu ações representativas de 89,94% do capital social total da Equatorial Alagoas para a Equatorial Energia S.A.. Em 18 de março de 2019, através da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Equatorial Alagoas, a Equatorial Energia S.A. adquiriu 1.436.238.120 ações, sendo 1.412.317.458 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 23.920.662 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, o qual resultou no aumento na participação de 89,94% para 96,37% no capital social desta Distribuidora. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 02/2019, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Alagoas em 19 de março de 2019, possui vigência até 18 de março de 2049. Em 02 de maio de 2019, através da Ata da Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a alteração da denominação de “Companhia Energética de Alagoas – CEAL”, para “Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.”;
- (j) Equatorial Energia Distribuição S.A (“Equatorial Distribuição”): sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. Em 05 de novembro de 2019, as participações de 65,11% da Equatorial Maranhão e 96,50% Equatorial Pará foram transferidas da Equatorial Energia para Equatorial Distribuição. Nesse processo, a Companhia participa com 90,15% e o Itaú S.A. com 9,9%.
- (k) Equatorial Transmissora 1 SPE S.A (“SPE 01”): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 01 tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Rio das Águas - Barreiras II C2, com 251 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 01 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a SPE 01, faça um investimento de R\$ 461.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022;
- (l) Equatorial Transmissora 2 SPE S.A (“SPE 02”): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 02 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV- Barreiras II, Buritirama C1, com 213 quilômetros; e (b) Subestação 500kV Buritirama (subestação nova para conexões de linhas e compensação de reativos), constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 02 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a SPE 02, faça um investimento de R\$ 469.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022;
- (m) Equatorial Transmissora 3 SPE S.A (“SPE 03”): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 03 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Buritirama - Queimada Nova II, C2, com 380 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 03 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a SPE 03 faça um investimento de R\$ 543.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022;
- (n) Equatorial Transmissora 4 SPE S.A (“SPE 04”): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 04 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1, com 257 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1, com 337 quilômetros; e (c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500 kV - parte 1), constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 04 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a SPE 04 faça um investimento de R\$ 1.020.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022;
- (o) Equatorial Transmissora 5 SPE S.A (“SPE 05”): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 05 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C2, com 257 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 05 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a SPE 05 faça um investimento de R\$ 423.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022;
- (p) Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (“SPE 06”): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 06 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, com 330 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 06 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a SPE 06 faça um investimento de R\$ 499.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022;
- (q) Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. (“SPE 07”): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 07 tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de

Transmissão 500 kV Vila do Conde - Marituba - 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 230 kV Marituba - Castanhal - 68,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R)x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a SPE 07 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a SPE 07 faça um investimento de R\$ 462.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022;

- (r) Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("SPE 08"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de São Luís, no estado do Maranhão. A SPE 08 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016, consistente na (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) pela Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); (e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR); e (f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR), constituída em 14 de junho de 2017. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 08 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. A Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR) entrou em operação em 3 de junho de 2019. A expectativa da SPE 08 é que as Linhas de Transmissão e demais Subestações iniciem as operações até 09 de fevereiro de 2022. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 733.700;
- (s) Solenergias Comercializadora de Energia S.A. ("Solenergias"): Sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a 55 Soluções S.A.;
- (t) Hélios Energia Comercializadora e Serviços Ltda. ("Hélios"): Sociedade Empresarial Limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a Solenergias Comercializadora de Energia S.A.; e
- (u) Equatorial Telecomunicações Ltda. ("Equatorial Telecomunicações"): Empresa de direito privado com sede em São Luís, estado do Maranhão, que tem como suas atividades a prestação de serviços de telecomunicações, serviço telefônico fixo, serviços de comunicação multimídia, provedores de voz sobre o protocolo de internet e prestação de serviços de informações em telefonia, tendo como controladora a 55 Soluções S.A.

As controladas 55 Soluções, Equatorial Transmissão, INTESA, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, e a Equatorial Distribuição serão doravante mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como "Controladas".

A GERAMARe Vila Velha são empresas controladas em conjunto (*joint venture*) pela Equatorial Energia, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação, e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do exercício, gerados pela investida após a aquisição.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas, incluindo as empresas controladas em conjunto, e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, com exceção da adoção inicial das normas contábeis descritas na nota explicativa nº 4.23.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Certos montantes dos saldos comparativos, nas notas explicativas de contas a receber, outros créditos a receber, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar, como também, linhas do balanço patrimonial, foram reclassificados para aprimoramento das divulgações das demonstrações financeiras do exercício, sem qualquer impacto em resultados dos períodos apresentados ou fluxos de caixas da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de maio de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos e ICPC 22/ IFRIC 23 – Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 4.22.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº1.2 - Consolidação:** determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 4.22.1– prazo do arrendamento:** Se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação; e

- **Nota explicativa nº 13 - equivalência patrimonial em investidas:** determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8.2 - Contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro da concessão (distribuição):** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa nº 15 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor; e
- **Nota explicativa 21 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa nº 27 - Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Notas explicativas nº 32 - Receita operacional, líquida -** Quando a Companhia presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos;
- **Nota explicativa nº 37 - Benefício pós-emprego:** Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; e
- **Nota explicativa nº 3 - Aquisição de controlada:** valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória que seja finalizada a combinação de negócios.

- **Nota explicativa nº 38- Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.
- **Nota explicativa nº 38.4 – Valor justo de instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos.

(c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 38 – Instrumentos financeiros.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Determinados instrumentos financeiros medidos pelo valor justo, quando requeridos pela norma; e
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é apresentado pelo valor presente das obrigações atuariais líquido do valor justo dos ativos do plano.

3 Aquisição de controladas

3.1 Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

3.1.1 Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. – Equatorial Piauí

Em 26 de julho de 2018, a Companhia sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. – Equatorial Piauí.

A Equatorial Energia S.A. ofertou no Leilão o índice de 119%, o qual foi o maior índice combinado de deságio na flexibilização regulatória e outorga, que representa o quanto a flexibilização tarifária autorizada pela ANEEL e o reconhecimento tarifário relativo aos empréstimos de Reserva Global de Reversão – RGR serão reduzidos por ocasião da assinatura do novo contrato de concessão.

Em face do cumprimento de todas as condicionantes e dos termos do Edital, a Companhia efetivou em 17 de outubro de 2018, a aquisição de lote com 669.369.950 ações ordinárias e 31.510.813 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal da Equatorial Piauí, de titularidade da Eletrobras, representativas de aproximadamente 89,94% do seu capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") assinado entre a Companhia e a Eletrobras. Na mesma data, a Companhia firmou Acordo de Acionistas, com a Eletrobras e a Equatorial Piauí realizou Assembleia Geral Extraordinária autorizando previamente o aumento de capital pelo seu Conselho de Administração de R\$ 801.529. (conforme requerido pelo item 5.55 do edital do leilão).

Em observância ao disposto no Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), Subseção I, Item 1.7, foi ofertada a totalidade das ações de emissão da Equatorial Piauí e de titularidade da Eletrobras aos Empregados e Aposentados – excluindo-se 1 ação que permaneceria de titularidade da Eletrobras –, conforme estabelecido no Anexo 9 do Edital - Manual de Oferta aos Empregados e Aposentados, equivalentes a aproximadamente 10,06% das ações da Equatorial Piauí.

Em 13 de março de 2019, a Equatorial Piauí realizou Reunião do Conselho de Administração aprovando o aumento de capital no montante de R\$ 721.619, ao preço de R\$1,19693578 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A. Nesse ato, a Equatorial Energia S.A. subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório e previsto; e subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados pelo Direito de Preferência, passando a deter 94,4737% da Equatorial Piauí.

Em 17 de abril de 2019, encerrou-se o prazo previsto no Acordo de Acionistas da Equatorial Piauí assinado entre a Companhia e a Eletrobrás em 17 de outubro de 2018 (“Acordo de Acionistas”), celebrado nos termos do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND, para o exercício da opção de aumentar a participação da Eletrobrás no capital social da Equatorial Piauí em até 30% (trinta por cento), sem que a Eletrobrás tenha exercido a referida opção nos termos do Acordo de Acionistas. Dado que a Eletrobrás não exerceu a referida opção, em 18 de junho de 2019, a Companhia realizou o distrato dos Acordo de Acionistas da Equatorial Piauí, assinado entre a Companhia e a Eletrobrás.

Na data de 18 de outubro de 2019, a Equatorial Piauí assinou o contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica com a União, nos termos da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A aquisição de controle da Equatorial Piauí permitirá ao Grupo ampliar sua participação no mercado de distribuição de energia da região nordeste. O Grupo também espera reduzir seus custos por meio de economias advindas da sinergia operacional com a Equatorial Maranhão.

Da data de aquisição: até 31 de dezembro de 2018, a Equatorial Piauí contribuiu com uma redução na receita líquida de R\$187.926 e prejuízo de R\$ 353.299 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2018, a Administração estima que a receita consolidada seria de R\$ 13.489.709 e o lucro consolidado seria de R\$ 1.442.323. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2018.

(a) Contraprestação transferida

Conforme mencionado acima, no dia 17 de outubro de 2018 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual a Equatorial Energia S.A. adquiriu 89,94% do capital social total e votante da controlada, em contrapartida ao pagamento de R\$ 45 à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), bem como R\$ 95.000 a título de outorga, totalizando R\$ 95.045 de contraprestação transferida.

A participação dos acionistas não controladores totalizou R\$ 10.631, sendo este valor referente a participação de 10,06% sobre a totalidade dos ativos identificáveis líquidos.

(b) Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 1.610 referentes a honorários advocatícios e due diligence. Os gastos foram registrados como despesas administrativas na demonstração de resultado.

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Equatorial Piauí na data de aquisição:

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>R\$</i>
Caixa e equivalentes de caixa	32.552
Investimento de curto prazo	9
Contas a receber de clientes	594.903
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	550.651
Depósitos Judiciais	28.811
Impostos e Contribuições a recuperar	25.951
Outros ativos	124.083
Ativo financeiro da concessão	906.818
Intangível	1.849.378
Fornecedores e outras contas a pagar	(296.040)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(32.934)
Empréstimos e financiamentos	(2.358.459)
Impostos e contribuições a recolher	(323.152)
Imposto de renda e contribuições sociais diferido	(133.486)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(82.970)
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	(128.869)
Passivos contingentes	(417.968)
Outros passivos	(233.603)
Total dos ativos identificáveis, líquido	105.675
Participação adquirida de 89,94%	95.045

Mensuração de valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, custos de reposição, fluxo de caixa descontado, entre outros.

A Companhia elegeu mensurar a participação dos acionistas não controladores de acordo com sua participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da Equatorial Piauí.

O contas a receber adquirido de R\$ 594.903 está líquido de provisão de créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 251.651.

3.1.2 Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Em 30 de agosto de 2017, a Equatorial Energia S.A. (“Equatorial Energia” ou “Companhia”) celebra Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda de Ações”) com o Fundo de Investimentos e Participações Brasil Energia, para aquisição de 86.700.000 de ações ordinárias de emissão da Integração Transmissora de Energia S.A. (“INTESA”), nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 51% do Capital Social da INTESA.

Em 19 de dezembro a Companhia Termos de Adesão ao Acordo de Acionistas da INTESA, reconhecendo que a partir daquela data, estaria sujeito a todos os direitos e obrigações dispostas no referido Acordo, dentre as quais a fixação de quórum mínimo de 80% para aprovação de matérias em Assembleia de Acionistas.

Nessa mesma data, foi concluída a aquisição da participação societária, com a celebração de Termos de Fechamento, pelas signatárias do Contrato de Compra e Venda de Ações. Foi realizada, ainda, a transferência das ações adquiridas para a titularidade da Companhia.

Em 27 de setembro de 2018, a Companhia participou do Leilão nº 01/2018, adquirindo a participação societária da INTESA de titularidade da Eletrobras, representativas de 49% do capital social da INTESA, pelo valor da maior proposta econômica apresentada no referido leilão, no montante de R\$277.032.

Em 14 de novembro de 2018, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Eletrobras, para a aquisição das 83.300.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, correspondente à integralidade das ações de titularidade da Eletrobras na INTESA.

Em 28 de dezembro de 2018, face do cumprimento de todas as condicionantes e dos termos do Edital, foi concluída a aquisição da participação societária, com a celebração de Termos de Fechamento, pelas signatárias do Contrato de Compra e Venda de Ações. Foi realizada, ainda, a transferência das ações adquiridas para a titularidade da Companhia.

A partir desta data, a Companhia passou a deter a integralidade das ações da INTESA.

A aquisição de controle da Intesa permitirá ao Grupo ampliar sua participação no mercado de transmissão de energia, aumentando sua expertise no setor e ampliando as linhas de negócio em que o Grupo atua.

(a) Contraprestação transferida

Como base para mensuração do valor justo da contraprestação transferida foi calculado o valor justo da participação de 51% (adquirida em 2017) que a Companhia detinha na INTESA na data de aquisição de controle, e adicionado ao valor do pagamento em caixa, conforme apresentado abaixo:

Valor transferido pelo controle	
Valor da participação de 51% das ações na data da aquisição de controle (previamente adquiridas)	308.278
Preço de aquisição de 49% das ações	296.189
Preço pago por 100% das ações	604.467

O preço de compra pago pela Companhia à Eletrobras em contrapartida pela aquisição das ações foi R\$ 296.189, referente ao montante de R\$ 277.032 pactuado no leilão atualizado pela variação positiva da SELIC, desde da data base do contrato até a data do fechamento.

(b) Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 1.439 referentes a honorários advocatícios e due diligence. Os gastos foram registrados como despesas administrativas na demonstração de resultado.

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da INTESA na data de aquisição:

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>R\$</i>
Caixa e equivalentes de caixa	190.567
Depósitos Judiciais	32
Impostos e Contribuições a recuperar	6.263
Outros ativos	6.609
Intangível	80.378
Ativo contratual	676.255
Imobilizado	944
Fornecedores e outras contas a pagar	(4.410)
Debentures	(201.998)
Impostos e contribuições a recolher	(6.407)
Imposto de renda e contribuições sociais diferido	(109.123)
Incentivos fiscais	(13.529)
Dividendos a pagar	(16.062)
Outros passivos	(5.052)
Total dos ativos identificáveis, líquido	604.467

Mensuração de valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes e fluxo de caixa descontado.

Como parte da contabilização de uma aquisição de negócios em estágio, foi necessário efetuar a remensuração a valor justo da participação de 51% que a Companhia previamente possuía na INTESA. Com base na remensuração uma perda de R\$ 21.447 foi reconhecida no resultado da Companhia.

Como a data de aquisição da INTESA foi designada como 31 de dezembro de 2018, a adquirida não contribuiu com receita e tão pouco no lucro líquido exercício do ano fiscal de 2018 da Companhia.

3.1.3 Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - Equatorial Alagoas

Em 28 de dezembro de 2018, a Companhia sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. – Equatorial Alagoas.

A Equatorial Energia S.A. não ofertou no Leilão índice de deságio na flexibilização regulatória e outorga, que representa o quanto a flexibilização tarifária autorizada pela ANEEL e o reconhecimento tarifário relativo aos empréstimos de Reserva Global de Reversão – RGR serão reduzidos por ocasião da assinatura do novo contrato de concessão.

Em face do cumprimento de todas as condicionantes e dos termos do Edital, a Companhia efetivou em 27 de fevereiro de 2019, a aquisição de lote com 609.842.801 ações ordinárias e 10.323.535 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal da Equatorial Alagoas, de titularidade da Eletrobras, representativas de aproximadamente 89,94% do seu capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") assinado entre a Companhia e a Eletrobrás. Na mesma data, a Companhia firmou Acordo de Acionistas, com a Eletrobras.

Em atendimento ao disposto no Edital e no Manual da Oferta aos Empregados e Aposentados anexo ao Edital, os Empregados e Aposentados puderam adquirir até aproximadamente 10,06% das ações de emissão da Equatorial Alagoas e de titularidade da Eletrobras. Como resultado, os Empregados e Aposentados adquiriram aproximadamente 9,63526024% do capital social e votante da Equatorial Alagoas em contrapartida ao pagamento de R\$ 4.

Em 18 de março de 2019, a Equatorial Alagoas realizou Assembleia Geral Extraordinária autorizando previamente o aumento de capital pelo seu Conselho de Administração de até de R\$607.166 (conforme requerido pelo item 5.55 do edital do leilão). Em 9 de outubro de 2019, a Equatorial Alagoas realizou Reunião do Conselho de Administração aprovando o aumento de capital no montante de R\$ 550.028 ao preço de R\$0,38 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A. Nesse ato, a Companhia subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório e previsto; e subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados pelo Direito de Preferência, passando a deter 96,3666% da Equatorial Alagoas.

Em 27 de agosto de 2019, encerrou-se o prazo previsto no Acordo de Acionistas da Equatorial Alagoas assinado entre a Companhia e a Eletrobrás em 27 de fevereiro de 2019 (“Acordo de Acionistas”), celebrado nos termos do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND, para o exercício da opção de aumentar a participação da Eletrobrás no capital social da Equatorial Alagoas em até 30% (trinta por cento), sem que a Eletrobrás tenha exercido a referida opção nos termos do Acordo de Acionistas. Dado que a Eletrobrás não exerceu a referida opção, em 05 de novembro de 2019, a Companhia realizou o distrato do Acordo de Acionistas da Equatorial Alagoas, assinado entre a Companhia e a Eletrobrás.

A aquisição de controle da Equatorial Alagoas permitirá ao Grupo ampliar sua participação no mercado de distribuição de energia da região nordeste. O Grupo também espera reduzir seus custos por meio de economias advindas da sinergia operacional com a Equatorial Maranhão e a Equatorial Piauí.

(a) Contraprestação transferida

No dia 27 de fevereiro de 2019 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual a Equatorial Energia S.A. adquiriu aproximadamente 89,94% do capital social total e votante da Equatorial Alagoas, em contrapartida ao pagamento de R\$ 46 à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”). A participação dos acionistas não-controladores totalizou R\$ 5, sendo este valor referente a participação de 10,06% sobre a totalidade dos ativos identificáveis líquidos.

(b) Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 2.173 referentes a honorários advocatícios e due diligence. Os gastos foram registrados como despesas administrativas na demonstração de resultado.

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Equatorial Alagoas na data de aquisição:

Em milhares de Reais
Caixa e equivalentes de caixa

R\$
72.174

Investimento de curto prazo	1.374
Contas a receber de clientes	578.530
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	744.863
Depósitos Judiciais	36.003
Impostos e Contribuições a recuperar	18.951
Outros ativos	81.948
Ativo financeiro da concessão	37.088
Intangível	2.210.387
Fornecedores e outras contas a pagar	(176.979)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(15.506)
Empréstimos e financiamentos	(2.233.676)
Impostos e contribuições a recolher	(262.520)
Imposto de renda e contribuições sociais diferido	(150.136)
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	(264.509)
Passivos contingentes	(381.134)
Outros passivos	(296.807)
Total dos ativos identificáveis, líquido	51

Participação adquirida de 89,94%	46
---	-----------

Mensuração de valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, custos de reposição, fluxo de caixa descontado, entre outros.

A Companhia elegeu mensurar a participação dos acionistas não controladores de acordo com sua participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da Equatorial Alagoas.

O contas a receber adquirido de R\$578.530 está líquido de provisão de créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$331.651.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 4.22.

4.1 Base de consolidação

4.1.1 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

4.1.2 Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

4.1.3 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

As entidades controladas em conjunto são a Geradora de Energia do Norte S.A. e Vila Velha Termoeletricas Ltda.

4.1.4 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4.3 Receita operacional

As receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

(i) Distribuição

As receitas de distribuição são classificadas como: (i) Fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada para o consumidor, (ii) Disponibilidade da rede elétrica e (iii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos no mês que os serviços são prestados. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL.

(ii) Construção (Distribuição)

A receita de construção é reconhecida com uma margem em relação aos custos de construção, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato. Assim, os custos tendem a zero. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (ii) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Transmissão

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

(i) Construção (Transmissão)

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente.

(ii) Remuneração do ativo de contrato de concessão (Transmissão)

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre o ativo contratual, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do

Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

(iii) Receita de operação e manutenção (O&M) (Transmissão)

Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.5 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as Controladas da Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela investida e amortizada até o final da concessão, que são os bens classificados como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores nota explicativa nº 14.

O Ativo financeiro refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente. Essa parcela de infraestrutura classificada é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão, conforme ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos a partir do exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

4.6 Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros), que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos, os registros da compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE são de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou quando não são informadas tempestivamente, é utilizado a estimativa confeccionada pela Administração da Companhia. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista.

4.7 Ativos intangíveis

4.7.1 Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou

melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

4.7.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador.

4.7.3 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

4.7.4 Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável

4.7.5 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

4.7.6 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.8 Ativos de contrato

Distribuição

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) até que estejam concluídos, após a conclusão eles são classificado entre intangível e ativo financeiro.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição.

Transmissão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo de contrato, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

4.9 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.10 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) – Encargo estabelece em que as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) em programas de eficiência energética no uso final, vide nota explicativa nº 23;
- Conta de desenvolvimento energético (CDE) - Fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro;
- Encargo de serviços do sistema (ESS) - Valores monetários destinados à cobertura dos custos dos serviços do sistema; e
- Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE) - Seu valor anual é estabelecido pela alíquota de 0,4%, que incide sobre o benefício econômico anual auferido pela concessionária, com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades.

4.11 Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.11.1 Benefícios Fiscais

Equatorial Maranhão, Equatorial Alagoas, Equatorial Piauí e Equatorial Transmissão

SUDENE

Em 08 de agosto de 2018 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0101/2018, que outorga à Equatorial Maranhão o direito a redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

Equatorial Pará

SUDAM

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à Equatorial Pará o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

Transmissão

REIDI

As transmissoras da Companhia obtiveram habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007), que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 57, de 01 de agosto de 2017.

4.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da companhia compreendem: receita e despesas de juros; rendimento de aplicações financeiras; ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber); ganhos/perdas líquidos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado; descontos concedidos e obtidos; e outras receitas e despesas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: valor contábil bruto do ativo financeiro; ou ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial.

4.13 Benefícios a empregados

4.13.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.13.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

4.13.3 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no exercício multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o exercício em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

4.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

4.14.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

- A Companhia deve compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se, a Companhia:
- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.14.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando os critérios aplicáveis são atendidos.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

4.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.

4.16 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

<i>Ativos financeiros a VJR</i>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<i>Ativos financeiros a custo amortizado</i>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<i>Instrumentos de dívida a VJORA</i>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado
<i>Instrumentos patrimoniais a VJORA</i>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *Hedge*.

As Controladas Equatorial Pará e Equatorial Piauí mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado, com exceção do hedge de fluxo de caixa, definido abaixo.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

4.17 Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 Tributos sobre o lucro / IAS 12.

(ii) Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

4.18 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço

excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Vide nota explicativa nº 38.5 para maiores detalhes.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

(ii) Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(iii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(iv) Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(v) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia não identificou nenhuma perda referente às UGCs para os exercícios de 2018 e 2019.

4.19 Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

4.20 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em

todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórias

As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.21 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4.22 Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

4.22.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamento

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06(R2) – Arrendamentos / IFRS 16 – Leases, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03/IFRIC 4 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

No início de um contrato, foi avaliado se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019 aos contratos de arrendamento.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia

optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa nominal sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se

exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativo de baixo valor e curto prazo

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor (ativos com valor inferior à US\$ 5 mil) e arrendamentos de curto prazo (com prazo inferior à 12 meses), incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Avaliação da administração

Com base na avaliação da Administração, no estudo da aplicabilidade e nos critérios da norma estabelecida, em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da IFRS 16, a Companhia utilizou a taxa de 8,77% a.a.. A Equatorial Maranhão utilizou a taxa de 6,81 a.a.. A Equatorial Pará utilizou-se da taxa de 7,13% a.a. para contratos com vencimento até 2023 e 8,69% a.a. para contratos com vencimento após 2023. A Equatorial Piauí utilizou a taxa de 7,05% a.a. para os contratos com vencimento até 2023 e 8,69% a.a. para contratos com vencimento após 2023. A Equatorial Alagoas utilizou a taxa de 7,13 % a.a. para os contratos com vencimento até 2023 e 6,89 % a.a. para contratos com vencimento após 2023. A Companhia e suas controladas reconheceram os itens demonstrados a seguir:

Consolidado	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Ativo em 1º de janeiro de 2019	26.896	2.271	22.700	51.867
Amortização no período	(7.695)	(1.118)	(10.481)	(19.294)
Saldo do ativo em 31 de dezembro 2019	19.201	1.153	12.219	32.573
Passivo em 1º de janeiro de 2019	(26.896)	(2.271)	(22.700)	(51.867)
Pagamentos no período	5.263	1.449	16.178	22.890
Atualização no período	(217)	(82)	(637)	(936)
Saldo do passivo em 31 de dezembro 2019	(21.850)	(904)	(7.159)	(29.913)

Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:

Resultado	31/12/2019
Despesas administrativas	
Amortização	(19.294)
	(19.294)
Despesa financeira	
Outras despesas financeiras	(936)
Efeito líquido no resultado	(20.230)

4.22.2 ICPC 22/ IFRIC23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/ IAS 12- Tributos sobre o lucro com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, mensurando e reavaliando aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos face à incerteza do seu tratamento tributário. A análise se estendeu aos processos tributários administrativos e judiciais que poderiam incorrer em alteração na apuração dos referidos tributos. Após as análises a companhia não identificou a necessidade de ajustes relacionado ao ICPC 22 em sua Demonstração Financeira. A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota explicativa nº 27 - Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios.

4.23 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS).

5 Assuntos regulatórios

5.1 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as Companhias devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as Companhias credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$ 0,04/MWh, vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 0,06/MWh, amarela, com acréscimo de R\$ 0,01/MWh e verde, sem acréscimo.

Em 2019 e 2018, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	Cor da Bandeira	
	2019	2018
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Amarela
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Amarela	Vermelha Patamar 2
Agosto	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Setembro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Outubro	Amarela	Vermelha Patamar 2
Novembro	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como as controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, auferiram receita no montante de R\$ 318.976 (R\$ 376.494 em 31 de dezembro de 2018) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 36.190 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT (R\$ 45.732 em 31 de dezembro de 2018), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

5.2 Revisão Tarifária Periódica – RTP 2019

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o resultado definitivo da quinta revisão tarifária periódica da Equatorial Pará, a ser aplicada a partir de 07 de agosto de 2019. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 0,69% nas contas de energia. Para a base de remuneração líquida, o valor aprovado foi de R\$ 5.047, a valores de agosto de 2019.

5.3 Reajuste Tarifário – Equatorial Piauí

As tarifas vigentes em 2019 são referentes ao processo de Revisão Tarifária Anual (“RTA”) ocorrida ainda em 2018, homologadas pela ANEEL através da Resolução Homologatória (“REH”) 2.490/2018, com vigência de 02.12.2018 a 01.12.2019. Ainda em 2019, ocorreu em março uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) motivada pela antecipação por parte da agência dos empréstimos da CDE realizados por decorrência dos efeitos da MR 579/2012, que reajustou as tarifas do Piauí em – 1,72%.

Como previsto nas regras do Leilão das distribuidoras da Eletrobras (Leilão 02/2018) e no contrato de concessão da Equatorial Piauí, até o terceiro processo tarifário da distribuidora, o novo controlador poderia solicitar uma RTE com avaliação completa da base de remuneração, que substituiria um reajuste anual, desde que solicitado com um ano de antecedência. Em 30 de

novembro de 2018 a Equatorial solicitou a RTE para substituição do reajuste de 2019 com abertura total da base.

Durante a 38ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2019, realizada em 15 de outubro de 2019, a D.ANEEL indeferiu o pedido de RTE através do Despacho 2.830/2019.

Diante da decisão da ANEEL, coube à Equatorial entrar com recurso contra a decisão da ANEEL e solicitar a reabertura do processo. Após a entrega da documentação solicitada, a ANEEL decidiu por votar ainda em 2019 um processo de reajuste tarifário publicando novas tarifas através da REH 2.644/2019.

A Equatorial entende que uma vez realizado o pedido da RTE, a ANEEL não poderia negar o pleito e julgar um processo de reajuste, nesse sentido, foi necessário entrar na justiça para solicitar a suspensão da REH 2.644/2019, até que o recurso da RTE seja julgado pela diretoria da ANEEL, concedido através do Agravo de Instrumento 0002459-43.2019.4.01.0000.

Atualmente estão em vigor as tarifas homologadas pela REH 2.490/2018, até que o recurso frente a decisão de indeferir o pedido de RTE da Equatorial seja julgado.

5.4 Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

5.5 Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

Devido ao Decreto 9.143/2017, foi autorizado aos agentes de distribuição a negociarem os contratos de energia com consumidores livres, comercializadores e autoprodutores através do Mecanismo de Venda de Excedente – MVE.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como as controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, fizeram uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a subcontratação.

5.6 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos. Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às Companhias distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que homologou para a Equatorial Alagoas o valor de R\$ 12.592 por mês, no período de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 16.037 no período de abril de 2018 a março de 2020. Em 20 de março de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.521 que antecipou o fim dos pagamentos para agosto de 2019, fixando o valor de R\$ 16.397. No exercício de 2019, a Companhia totalizou o pagamento de R\$ 147.572, concluindo, portanto, o pagamento do encargo CDE-ACR.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	1.103	265	184.082	117.047
Investimentos e fundos de investimento (a)				
Aplicações financeiras de curto prazo	-	717.881	-	4.626.943
Certificado de Depósito Bancário - CDB	251.292	-	497.570	-
Operações compromissadas	-	-	56.815	-
Fundo de investimento aberto (b)	-	-	94.796	-
	251.292	717.881	649.181	4.626.943
Fundo de investimento (Exclusivo) (a)				
Operações compromissadas	230.858	-	867.234	-
Certificado de Depósito Bancário - CDB	47.447	-	75.707	-
Letra financeira	5.601	-	8.937	-
Títulos públicos	12	-	62	-
	283.918	-	951.940	-
Total de investimentos e fundos de investimento	535.210	717.881	1.601.121	4.626.943
Total	536.313	718.146	1.785.203	4.743.990

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 equivale a 99,20% a.a. do CDI (98,41% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

- (a) Equivalentes de caixa se referem a Fundos de Investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa / IAS 7; e
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas e títulos públicos.

7 Investimento de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Fundos de investimentos (Exclusivo)				
Cotas de fundos de investimento	532.421	-	2.835.803	-
Operações compromissadas	-	-	240.182	-
Títulos públicos	246.130	-	764.864	-
Letra financeira	85.798	-	164.822	-
Debêntures	6.892	-	11.007	-
Certificado de Depósito Bancário CDB	-	-	4.219	-
Cheque não compensado	-	-	(1.644)	-
	871.241	-	4.019.253	-

Fundo aberto	315	-	24.464	-
Total circulante	871.556	-	4.043.717	-
Não circulante				
Títulos e valores Mobiliários (a)	18.129	-	126.756	-
Total não circulante	18.129	-	126.756	-
Total	889.685	-	4.170.473	-

Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 equivale a 99,45% a.a. do CDI (98,41% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

- (a) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

8 Contas a receber de clientes (Consolidado)

8.1 Composição dos saldos

	2019	2018
Contas a receber de consumidores faturados	3.169.415	2.517.242
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	452.958	373.687
Parcelamentos (b)	2.576.766	2.127.685
Baixa renda e viva luz (c)	88.764	83.955
(-) AVP- Contas a receber – parcelamentos (d)	(56.747)	-
Outras	202.595	278.241
Total	6.433.751	5.380.810
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber (e)	(2.047.396)	(1.474.738)
Total contas a receber clientes	4.386.355	3.906.072
Circulante	3.503.757	2.938.037
Não circulante	882.598	968.035

- (a) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos sucedem ao período de encerramento contábil;
- (b) A política de parcelamentos sobre faturas de energia elétrica das controladas prever o prazo de até 48 vezes, e com a aplicação de taxa de juros de até 1% a.m. Para os parcelamentos, anteriormente firmados nas recentes adquiridas, realizados sem juros ou com taxas baixas, tiveram a aplicação de ajuste a valor presente;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda;

- (d) Ajuste a valor presente sobre o saldo de parcelamentos de longo prazo calculado utilizando a taxa de 9,1% a.a.
- (e) Para melhor análise e comparabilidade com o exercício atual, as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará reclassificaram valores de 2018, anteriormente classificados na rubrica de “Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber” para o “Contas a receber de consumidores faturados” ao qual gerou um aumento bruto de R\$ 793.256.

8.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber (Distribuidoras)

	2018	Aquisição (a)	Provisões/ adições	Reversões (baixas)	2019
Contas a receber de consumidores faturados	717.164	178.511	382.463	(274.711)	1.003.427
Parcelamentos	708.069	140.740	324.821	(205.095)	968.535
Contas a receber de consumidores não faturados	-	-	23.605	-	23.605
Outras	49.505	12.400	38.189	(48.265)	51.829
Total	1.474.738	331.651	769.078	(528.071)	2.047.396

	2017	Aquisição	Reclassificações	Provisões/ adições	Reversões (baixas)	2018
Contas a receber de consumidores faturados	218.505	88.815	530.018	1.311.514	(1.431.688)	717.164
Parcelamentos	210.808	139.749	263.238	304.022	(209.748)	708.069
Outras	14.442	23.087	-	54.036	(42.060)	49.505
Total	443.755	251.651	793.256	1.669.572	(1.683.496)	1.474.738

- (a) Saldos provenientes da Equatorial Alagoas em 31 de março de 2019, data em que a Companhia obteve o controle acionário da Companhia. Ver detalhes na nota explicativa nº 3.1 – Combinação de negócios.

Informações adicionais sobre como a Companhia mensura a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber estão descritas na nota explicativa nº 38.5

8.3 Contas a receber de consumidores faturados (Distribuidoras)

2019				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	395.779	433.383	964.846	1.794.008
Industrial	85.679	19.413	129.747	234.839
Comercial	252.819	80.921	227.962	561.702
Rural	38.751	29.939	112.468	181.158
Poder público	102.151	59.509	38.208	199.868
Iluminação pública	58.234	7.195	25.575	91.004
Serviço público	50.966	31.872	23.998	106.836
Total	984.379	662.232	1.522.804	3.169.415

2018				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	346.921	430.577	645.965	1.423.463
Industrial	86.971	21.841	75.045	183.857
Comercial	206.560	83.628	141.196	431.384
Rural	26.612	26.377	78.814	131.803

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Poder público	79.987	63.487	33.113	176.587
Iluminação pública	30.020	12.055	13.391	55.466
Serviço público	38.600	58.318	17.764	114.682
Total	815.671	696.283	1.005.288	2.517.242

8.4 Parcelamentos

2019				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	1.025.455	75.937	354.959	1.456.351
Industrial	80.666	2.484	33.562	116.712
Comercial	303.027	10.808	63.873	377.708
Rural	46.973	4.365	25.143	76.481
Poder público	292.136	7.202	33.436	332.774
Iluminação pública	91.178	1.580	1.452	94.210
Serviço público	112.597	2.892	7.041	122.530
Total	1.952.032	105.268	519.466	2.576.766

2018				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	928.145	76.668	309.504	1.314.317
Industrial	36.292	3.372	29.367	69.031
Comercial	144.705	12.035	52.984	209.724
Rural	42.972	4.557	25.049	72.578
Poder público	273.124	7.400	13.254	293.778
Iluminação pública	83.700	1.470	1.589	86.759
Serviço público	75.583	2.948	2.967	81.498
Total	1.584.521	108.450	434.714	2.127.685

Aging parcelamentos a vencer

	2019				Total
	2020	2021	2022	Após 2022	
Residencial	412.166	272.686	173.063	167.540	1.025.455
Industrial	55.139	9.612	6.561	9.354	80.666
Comercial	64.708	37.529	25.414	175.376	303.027
Rural	22.701	12.566	6.416	5.290	46.973
Poder público	51.764	29.734	26.589	184.049	292.136
Iluminação pública	21.774	11.152	7.856	50.396	91.178
Serviço público	31.251	20.562	17.271	43.513	112.597
Total do parcelamento	659.503	393.841	263.170	635.518	1.952.032

Aging parcelamentos vencidos em 31 de dezembro de 2019 há mais de 90 dias

	Venc. 91 à 360 dias	Venc. de 361 à 720 dias	Venc. de 721 à 1080 dias	Venc. de 1081 à 1530 dias	Total
Residencial	136.838	109.136	47.056	61.929	354.959
Industrial	5.237	7.905	6.531	13.889	33.562
Comercial	17.736	17.639	10.078	18.420	63.873
Rural	8.626	7.494	3.494	5.528	25.142
Poder público	6.749	7.842	3.482	15.362	33.435
Iluminação pública	561	410	223	258	1.452
Serviço público	2.806	2.065	757	1.415	7.043
Total do parcelamento	178.553	152.491	71.621	116.801	519.466

9 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros), que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os registros da compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE são de acordo com as informações divulgadas pela mesma, porém quando não são divulgadas de forma tempestiva, é utilizado a estimativa confeccionada pela Administração da Companhia. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista.

	31/12/2018	Aquisição (i)	Constituição	Baixa (g)	Efeito no reajuste tarifário	Reclassificação	Atualização	Amortizações	31/12/2019
Parcela A									
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	31.871	698	(62.066)	(496)	(1.482)	-	52	4.268	(27.155)
PROINFRA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	3.099	1.638	13.275	721	49	2.927	717	(8.887)	13.539
Rede básica	79.261	15.929	73.280	(8.582)	811	-	3.875	(87.699)	76.875
Compra de energia CVA (b)	1.194.866	130.343	634.647	20.230	15.224	22.642	60.180	(1.129.264)	948.868
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	(341.753)	(66.423)	(102.805)	30.135	(708)	-	(17.171)	300.290	(198.435)
	<u>967.344</u>	<u>82.185</u>	<u>556.331</u>	<u>42.008</u>	<u>13.894</u>	<u>25.569</u>	<u>47.653</u>	<u>(921.292)</u>	<u>813.692</u>
Itens financeiros									
Sobrecontratação de energia (d)	(111.469)	(101.455)	(14.839)	44.299	(2.524)	-	2.735	140.418	(42.835)
				(53.349)					
Neutralidade	61.913	11.879	(12.202)		3.998	-	1.637	(1.465)	12.411
Equatorial Maranhão violação do limite de continuidade	86	(24)	(27)	(28)	(49)	9	7	114	88
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(217.232)	(7.332)	(115.424)	3.221	-	-	(19.243)	43.150	(312.860)
Constituição RGR (e)	-	1.168.211	(634.178)	-	-	-	49.776	-	583.809
Outros (f)	(3.545)	(22.153)	(80.166)	19.578	7.002	(25.578)	(7.887)	12.683	(100.066)
	<u>(270.247)</u>	<u>1.049.126</u>	<u>(856.836)</u>	<u>13.721</u>	<u>8.427</u>	<u>(25.569)</u>	<u>27.025</u>	<u>194.900</u>	<u>140.547</u>
Total	<u>697.097</u>	<u>1.131.311</u>	<u>(300.505)</u>	<u>55.729</u>	<u>22.321</u>	<u>-</u>	<u>74.678</u>	<u>(726.392)</u>	<u>954.239</u>
Circulante Líquido	464.505								221.386
Não circulante Líquido	232.592								732.853

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

	<u>31/12/2017</u>	<u>Aquisição (i)</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixa (g)</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortizações</u>	<u>31/12/2018</u>
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(41.258)	(1.902)	44.101	13.290	2.375	15.265	31.871
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	787	1.167	2.418	183	231	(1.687)	3.099
Rede básica	54.742	53.935	32.405	(24.421)	1.502	(38.902)	79.261
Compra de energia CVA (b)	480.656	272.483	721.352	52.507	43.069	(375.201)	1.194.866
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	(344.921)	(124.499)	(118.751)	74.015	(14.338)	186.741	(341.753)
	<u>150.006</u>	<u>201.184</u>	<u>681.525</u>	<u>115.574</u>	<u>32.839</u>	<u>(213.784)</u>	<u>967.344</u>
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (d)	166.008	(54)	(212.119)	(48.732)	(2.380)	(14.192)	(111.469)
Neutralidade	1.040	(326)	35.325	50.385	577	(25.088)	61.913
CEPISA/CEMAT violação do limite de continuidade	268	-	-	-	-	(182)	86
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(138.477)	-	(69.326)	-	(9.429)	-	(217.232)
Ativo regulatório ANGRA III	41.217	-	-	(10.789)	1.051	(31.479)	-
Ativo financeiro setorial RGR	-	953.026	-	(865.824)	(87.202)	-	-
Outros (f)	373	129.440	(195.576)	153.080	13.665	(104.527)	(3.545)
	<u>70.429</u>	<u>1.082.086</u>	<u>(441.696)</u>	<u>(721.880)</u>	<u>(83.718)</u>	<u>(175.468)</u>	<u>(270.247)</u>
Total	<u>220.435</u>	<u>1.283.270</u>	<u>239.829</u>	<u>(606.306)</u>	<u>(50.879)</u>	<u>(389.252)</u>	<u>697.097</u>
Ativo (passivo)							
Circulante	100.414						464.505
Não circulante	120.021						232.592

- (i) Saldos provenientes da Equatorial Alagoas em 31 de março de 2019, data em que o Grupo obteve o controle acionário da Companhia. Ver detalhes na nota explicativa nº 3.1 – Combinação de negócios;
- (a) Constituição passiva, devido os novos valores homologados pela Aneel, a título de revisão orçamentaria para 2019, terem reduzido as quotas de pagamento do encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), o qual já estava sendo considerado na cobertura tarifária;
- (b) Em 2019, houve o aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas cujo preço de geração é superior ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). Para exposição financeira, o aumento se deve as diferenças de PLD entre os submercados, onde o submercado Norte esteve com PLD próximo ao mínimo. A movimentação da amortização dos ativos e passivos regulatórios estão diretamente relacionados com financeiros

recebidos no reajuste ou revisão tarifária e as receitas decorrentes da venda de energia;

- (c) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) para garantir a segurança energética do sistema. No reajuste tarifário, ocorrido em maio de 2019, o valor de previsão do ESS concedido pela ANEEL foi maior que os custos efetivamente pagos, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na recomposição via passivo regulatório;
- (d) Em 2019, devido a situação de contratos e mercado, o cenário apresenta uma venda de energia no mercado spot, sendo que o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) está inferior ao preço médio e na operação de venda que resulta na constituição de um ativo regulatório. Adicionalmente, ocorreu o efeito da contabilização de operações no mercado de curto prazo dos períodos de agosto a outubro de 2017 recalculados pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) na liquidação de janeiro/2018;
- (e) Este saldo de CVA é em sua maior parte da controlada EQUATORIAL ALAGOAS, e é oriundo do empréstimo aprovado pela ANEEL a título de RGR (Reserva Global de Reversão) e repassado através da CCEE. O empréstimo foi aprovado devido à necessidade de recursos extraordinários durante o período em que a Companhia foi considerada pela ANEEL como Distribuidora Designada, atuando como prestadora de serviços até a sua privatização. O repasse foi aprovado no dia 12 de fevereiro de 2019, atendendo o que está disposto na Portaria MME nº 510, de 20 de dezembro de 2018;
- (f) Refere-se a amortização ativo do financeiro, Risco Hidrológico e contabilização do Ressarcimento de P&D, oriundos da devolução pela União de valores que foram repassados às tarifas de energia elétrica e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir estados e municípios pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN; e
- (g) Com relação ao montante de reconhecimento das baixas dos ativos e passivos regulatórios no referido exercício, tais valores referem-se as diferenças entre os custos homologados pela ANEEL no processo de RTA - Reajuste Tarifário Anual quanto aos valores de Parcela A e demais componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os respectivos valores são realizados ao término do período tarifário, ou seja, na data do reajuste tarifário, ocorrendo a amortização dos saldos remanescentes, bem como a extinção dos saldos apurados e não recuperados.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.594, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL realizou a revisão tarifária da Equatorial Maranhão com o efeito ao consumidor de -3,82% (três vírgula oitenta e dois por cento negativos), onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2019 com vigência até 27 de agosto de 2020.

Na controlada Equatorial Pará através da Resolução Homologatória nº 2.558, de 06 de agosto de 2019, a ANEEL homologou o resultado da quinta Revisão Tarifária Periódica – RTP com o efeito ao consumidor em 0,69% (zero vírgula sessenta e nove por cento), onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 07 de agosto de 2019 com vigência até 06 de agosto de 2020.

Para a controlada Equatorial Piauí, a partir da assinatura do contrato de concessão pela Companhia, no mês de dezembro de 2018, a ANEEL apurou o índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão), com o efeito médio de reajustadas em 12,64% (doze vírgula sessenta e quatro por cento). Por meio da Resolução Homologatória nº 2.490, de 27 de novembro de 2018 homologou as novas tarifas que entraram em vigor no dia 02 de dezembro de 2018 com vigência até 01 de dezembro de 2019.

Para a controlada Equatorial Alagoas, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou, em 03 de maio de 2019, o resultado do reajuste tarifário de 2019 e fixou as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD desta Companhia, com o efeito médio de -2,72% (menos dois vírgula setenta e dois por cento). Por meio da Resolução Homologatória nº 2.540, de 30 de abril de 2019 homologou as novas tarifas que entraram em vigor no dia 03 de maio de 2019 com vigência até 02 de maio de 2020.

10 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	-	-	95.559	97.319
INSS	-	-	10.806	11.633
PIS e COFINS	2	-	67.696	23.650
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	-	-	76.999	-
Outros	860	644	6.006	22.798
Total circulante	862	644	256.066	155.400
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Não circulante				
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	12	12	139.080	122.078
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	-	-	1.467.367	1.191.680
Outros	-	-	26.990	2.567
Total não circulante	12	12	1.633.437	1.316.325
Total impostos e contribuições a recuperar	874	656	1.889.503	1.471.725

- (a) A Companhia e suas controladas possuem impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo imobilizado, apropriados à proporção de 1/48 avos; e
- (b) As controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como a controlada indireta Equatorial Maranhão, constituíram um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de, respectivamente, R\$ 462.531, R\$290.234 e R\$790.601, baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, e suportado pelo transito e julgado na ação individual destas Companhias. Ver detalhes na nota explicativa nº 28.

11 Outros créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018*
Circulante				
Valores a recuperar de empregados	37	-	12.431	9.937
Adiantamento a fornecedores	-	-	21.162	10.176
Alienação de bens e direitos	-	-	3.155	2.812
Crédito ressarcimento de energia	-	-	1.694	3.246
Créditos em conta de energia elétrica	-	-	871	4.103
Despesas pagas antecipadamente	32	1.796	1.531	18.983
Arrecadação de convênios	-	-	147	30.665
Neutralidade PIS/COFINS (a)	-	-	73.843	75.171
Subvenção descontos tarifários (b)	-	-	94.820	98.770
Encargo uso da rede	-	-	9.090	-
Uso mútuo de poste (c)	-	-	37.221	-
Partes relacionadas (d)	-	3.478	-	6.597
Outros créditos a receber (e)	4.505	831	39.227	28.613
Total circulante	4.574	6.105	295.192	289.073
Não circulante				
Valores a liberar (f)	-	-	7.000	16.287
Crédito a receber RJ	-	-	24.977	-
Neutralidade PIS/COFINS (a)	-	-	-	91.480
Cessão de crédito – Equatorial Pará	9.569	9.145	-	9.145
Adiantamento a fornecedores (g)	-	-	337.954	249.925

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

PECLD (h)	-	-	(37.470)	-
Uso mútuo de poste (c)	-	-	18.818	-
Outros créditos a receber	-	-	38.061	1.094
Total não circulante	9.569	9.145	389.340	367.931
Total outros créditos a receber	14.143	15.250	684.532	657.004

- (a) Corresponde a saldo de crédito de PIS/COFINS das suas controladas Distribuidoras, decorrente do mecanismo de neutralidade da Parcela B, necessários para manter o equilíbrio financeiro dos referidos tributos, conforme estabelecido em Nota Técnica nº 115/2005-SFF/SRE/ANEEL, originário da diferenças da alíquota efetiva apurada no mês de referência e o efetivamente arrecado, e a crédito extemporâneo da mesma natureza;
- (b) Referem-se aos valores de subsídio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que são destinados a conceder descontos as classes que necessitam de ajuda para desenvolvimento no tocante a irrigação, serviços públicos e projetos rurais de acordo com as legislações vigentes, conforme Nota Técnica da ANEEL nº 226 de 26 de julho de 2017;
- (c) Durante o exercício de 2019, as controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará reconheceram receita proveniente de uso mútuo de postes, em razão da conclusão de um extenso processo de negociação de litígios judiciais com as empresas Telemar Norte Leste S.A (em recuperação judicial) e OI Móvel S.A.(em recuperação judicial) assinado no mês de dezembro de 2019 “termo de medição extra judicial com celebração de acordo” e “ termo de transação”, que tem como principais objetos: i) a retificação e estabelecimento de forma de pagamento dos créditos listados pelo administrador judicial nomeado no processo de recuperação judicial; ii) celebração dos contratos de compartilhamento de infraestrutura, que passarão a reger a relação comercial entre as partes; iii) encerramento amigável de todos os litígios instaurados também entre as partes com definição de critérios para contabilização dos pontos ocupados e do valor a ser cobrado por cada ponto ocupado;
- (d) Valores referentes aos contratos de compartilhamento com as partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 12;
- (e) Variação do saldo principalmente inerentes as novas aquisições das distribuidoras Equatorial Alagoas e Equatorial Piauí, junto aos valores da controlada Equatorial Pará de R\$ 10.041 composto pelas seguintes operações: (i) R\$ 4.232 refere-se a incorporação de rede, participação financeira de obras conforme Resolução 223/229/414; (ii) R\$ 5.811 outros valores diversos a receber;
- (f) A controlada indireta Equatorial Pará possui saldo de valores a liberar com o Banco Daycoval no montante de R\$ 7.000, decorrentes de demandas de credores financeiros sobre recebíveis e demais garantias, em virtude dos contratos de financiamentos repactuados através do Plano de Recuperação Judicial;
- (g) Valor refere-se aos adiantamentos a fornecedores relativos às Transmissoras (SPE) para construção de instalações de transmissão; e
- (h) Valores referente as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD nas controladas Equatorial Alagoas referente ao reconhecimento sobre os créditos da ação cautelar que impediu a Companhia de promover cortes no fornecimento de energia elétrica da CODEVASF, face ao cumprimento integral dos termos do Convênio Nº 034/83-I, firmado entre a CODEVASF e a CHESF, e na Equatorial Maranhão sobre os valores cobrados de clientes referente a taxa de administração de cobrança vencidos entre 2006 à 2017.

*Reclassificação entre grupos, o qual anteriormente estava em “parte relacionadas”, “para outros créditos a receber”, bem como a linha de “arrecadação de convênios” reclassificado para “Outras contas a pagar”, para fins de melhor comparabilidade com o exercício atual, sem alteração na natureza da transação..

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Controladora

		2019			2018		
Outros Créditos a receber		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo	Efeito no resultado
Equatorial Transmissão S.A.	(a)	2.278	-	-	2.329	-	(2.278)
Total		2.278	-	-	2.329	-	(2.278)
		2019			2018		
Outras contas a pagar		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo	Efeito no resultado
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	-	-	(1.043)	-
Total		-	-	-	-	(1.043)	-
		2019			2018		
Recuperação Judicial		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo	Efeito no resultado
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	9.569	-	(424)	9.144	-	(549)
Total		9.569	-	(424)	9.144	-	(549)
		2019			2018		
Dividendos		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo	Efeito no resultado
Equatorial Transmissão S.A.	(d)	7.090	-	-	-	-	-
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	(e)	5.176	-	-	-	-	-
Total		12.266	-	-	-	-	-

Consolidada

		2019			2018		
Outros Créditos a receber		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo	Efeito no resultado
Fundação CEPISA de Seguridade Social	(d)	-	(1.327)	(34.592)	-	-	-
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(e)	-	-	3.134	13	-	-
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	(f)	-	-	2.345	-	-	(9.454)
Total		-	(1.327)	(29.113)	13	-	(9.454)
		2019			2018		
Outras contas a pagar		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo	Efeito no resultado
Fundação CEPISA de Seguridade Social	(d)	-	(1.327)	(34.592)	-	-	-
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(e)	-	-	(2.699)	-	(221)	2.874
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	(f)	-	-	(4.409)	-	-	-
Total		13	(1.327)	(41.700)	13	(247)	(16.034)
		2019			2018		
Empréstimos		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo	Efeito no resultado
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras	(g)	-	(122.888)	(17.549)	-	(116.799)	-
Total		-	(122.888)	(17.549)	-	(116.799)	-
		2019			2018		
Fornecedores		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo	Efeito no resultado
55 Soluções S.A.	(h)	-	(12.398)	55.132	-	-	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(i)	-	(725)	(8.124)	-	-	-

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	-	(41)	(102)	-	-	-
		-	(100)	(934)	-	-	-
Total		-	(13.264)	(45.972)	-	-	-

- (i) Refere-se a gastos incorridos enquanto a fase de pré-operacional;
- (a) Os valores entre a Equatorial Maranhão e Equatorial Transmissão, com a Companhia são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas sem a incidência de encargos financeiros nessas transações, com prazo de duração indeterminado, conforme Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL processo número 48500.000377/2018-91;
- (b) Os valores com a Equatorial Pará são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada indireta, devidos aos seguintes credores: BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA/ Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Société Générale. O saldo será amortizado em 10 parcelas anuais, fixas e iguais, vencendo-se a primeira parcela no último dia de 30 de setembro de 2034, a última parcela no último dia de 30 de setembro de 2043 e valores provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas sem a incidência de encargos financeiros nessas transações, com prazo de duração indeterminado, conforme Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL processo número 48500.000377/2018-91, vide Nota Explicativa nº 25;
- (c) Os valores são provenientes das contribuições das patrocinadoras Equatorial Piauí com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (d) Os valores são provenientes das contribuições das patrocinadoras Equatorial Maranhão e Equatorial Pará com sua Fundação de Seguridade Social;
- (e) Os valores com a Geradora do Maranhão S.A. ("Gera Maranhão") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N com vigência até 2024 com a controlada Equatorial Maranhão, que é pactuado em condições normais de mercado e referentes ao dividendos a pagar da Equatorial Energia;
- (f) Os valores com a Eletrobras são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a controlada Equatorial Maranhão. Os contratos de empréstimos com a Eletrobras são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil;

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 16.000, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2019, paga pela Companhia:

	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	8		6		14
Remuneração Fixa Anual	2.257	100%	1.753	20%	4.010
Salário ou Pró-labore	1.860	82%	1.362	15%	3.223
Benefícios diretos e indiretos	25	1%	118	2%	143
Outros (INSS parte empresa)	372	17%	273	3%	645
Remuneração variável	-	0%	6.871	77%	6.871
Bônus	-	0%	5.726	64%	5.726
Outros (INSS parte empresa)	-	0%	1.145	13%	1.145
Benefícios pós emprego	-	0%	289	3%	289
Remuneração baseada em ações	-	0%	-	0%	-
Valor total da remuneração por órgão	2.257	100%	8.913	100%	11.170

Garantias

A Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora das Controladas sem ônus nos contratos de empréstimos e financiamentos.

13 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto são conforme a seguir demonstradas:

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Avaliados por equivalência patrimonial:					
Equatorial Maranhão	65,11%	-	2.034.293	-	-
Equatorial Pará	96,50%	-	2.642.618	-	-
Equatorial Distribuição	90,14%	4.423.190	-	-	-
Equatorial Piauí	94,47%	679.917	639.381	-	-
Equatorial Alagoas	96,37%	809.472	-	-	-
Geradora de Energia do Norte	25,00%	103.751	97.540	103.751	97.540
Vila Velha	50,00%	-	3.300	-	3.300
55 Soluções	100,00%	82.572	70.059	-	-
Equatorial Transmissão	100,00%	2.072.159	766.659	-	-
INTESA	100,00%	492.961	701.321	-	-
Subtotal		<u>8.664.022</u>	<u>6.955.171</u>	<u>103.751</u>	<u>100.840</u>
Outros investimentos		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.466</u>	<u>17.690</u>
Total		<u>8.664.022</u>	<u>6.955.171</u>	<u>122.217</u>	<u>118.530</u>

13.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto - Controladora

Controladas	2018	Aquisição novo investimento	Aumento de capital	Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Resultado da equivalência patrimonial	Transferência	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa em controladas (b)	Acordo acionário (a)	Opção de recompra	Provisão para perda desvalorização de investimento	Perda Step Acquisition	2019
Equatorial Maranhão	2.034.293	-	-	(441.377)	-	323.496	(1.916.412)	-	-	-	-	-	-	-
Equatorial Pará	2.642.618	-	-	(149.463)	-	342.498	(2.834.146)	(1.507)	-	-	-	-	-	-
Equatorial Piauí	639.381	-	-	-	-	128.558	-	(42.305)	(45.717)	-	-	-	-	679.917
Equatorial Alagoas	-	45	545.770	-	-	347.565	-	(65.162)	(12.516)	-	(6.230)	-	-	809.472
Geradora de Energia do Norte	97.540	-	-	-	(23.084)	29.295	-	-	-	-	-	-	-	103.751
Vila Velha	3.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.300)	-	-
55 Soluções Equatorial	70.059	-	-	(21.301)	(10.532)	44.346	-	-	-	-	-	-	-	82.572
Transmissão Equatorial	766.659	-	279.263	-	-	1.026.237	-	-	-	-	-	-	-	2.072.159
Distribuição	-	-	2.000	-	(41.910)	176.522	4.750.558	4.379	531.641	(1.000.000)	-	-	-	4.423.190
INTESA	701.321	-	-	(373.167)	(33.020)	294.678	-	-	-	-	-	-	(96.851)	492.961
Total	6.955.171	45	827.033	(985.308)	(108.546)	2.713.195	-	(104.595)	473.408	(1.000.000)	(6.230)	(3.300)	(96.851)	8.664.022

- (a) Em 05 de novembro de 2019, a Equatorial Energia, controladora da Equatorial Pará e da Equatorial Maranhão, celebrou Acordo de Investimento entre a Equatorial Energia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), por meio do qual, as partes acordaram a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social da Equatorial Distribuição ("Operação"). No âmbito da Operação, e como uma das condições para a sua efetivação, a Equatorial Energia subscreveu um aumento de capital da Equatorial Distribuição, com a contribuição de acervo líquido composto por: (i) 2.131.276.838 ações ordinárias e 461.917 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Equatorial Pará de titularidade da Equatorial Energia, correspondente a 100% da participação detida pela Equatorial Energia na Equatorial Pará; (ii) 105.120.627 ações ordinárias e 1.777.378 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, de emissão da Equatorial Maranhão de titularidade da Equatorial Energia, correspondente a 100% da participação detida pela Equatorial Energia na Equatorial Maranhão; e (iii) obrigações da Equatorial Energia decorrentes da "Escritura Particular da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Equatorial Energia S.A.", referente à emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em série única, no valor de R\$ 1.000.000 na sua data de emissão, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, aprovada pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia em reunião realizada em 21 de outubro de 2019 ("Debêntures");
- (b) Valores se devem a mudança de participação relativa em suas controladas, devidos a aumento de capitais, vide nota explicativa nº 1.3.

13.2 Informações das controladas e controladas em conjunto - Consolidado

A Companhia apresenta o quadro abaixo de maneira a ilustrar a posição de suas controladas individualmente.

Saldos em 2019	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado em 2019					
		Circulante		Não Circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado Financeiro Líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Maranhão	65,1087%	2.794.304	928.193	4.633.382	3.365.258	3.134.235	3.046.007	1.043.750	(416.689)	(15.555)	(101.742)	509.764
Equatorial Pará	96,4992%	3.848.379	1.720.881	6.263.872	5.299.688	3.091.682	4.434.319	1.089.494	(524.755)	(106.314)	(102.671)	355.754
Equatorial Piauí	94,4737%	1.252.985	1.160.306	2.386.935	3.353.958	(874.344)	2.429.658	450.710	(190.622)	(156.532)	(10.277)	93.279
Equatorial Alagoas	96,3666%	988.625	606.078	2.422.169	3.096.184	(291.468)	1.443.939	450.368	(183.198)	(181.068)	178.596	264.698
Geradora de energia do norte	25,0000%	101.995	97.490	560.156	194.982	369.679	253.836	170.912	(15.034)	(17.620)	(21.488)	116.770
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	60.271	30.551	54.571	1.719	82.572	153.726	54.277	3.317	1.897	(15.145)	44.346
Equatorial Transmissão	100,0000%	6.709	14.387	2.079.836	-	2.072.158	-	-	1.026.019	217	-	1.026.236
Equatorial Distribuição	90,1400%	626	46.495	4.952.613	-	4.906.744	-	-	197.175	(1.356)	-	195.819
INTESA	100,0000%	372.358	89.661	899.488	764.964	417.221	488.397	440.351	(2.516)	(20.277)	(118.242)	299.316
		9.426.252	4.694.042	24.259.622	16.076.753	12.915.079	12.249.882	3.699.862	(106.303)	(496.608)	(190.969)	2.905.982

Saldos em 2018	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado em 2018					
		Circulante		Não Circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Maranhão	65,1087%	2.501.485	1.106.870	4.490.095	3.032.195	2.852.515	3.796.771	1.225.789	(443.326)	30.812	(140.919)	672.356
Equatorial Pará	96,4992%	3.087.209	1.930.009	5.968.115	4.119.234	3.006.081	5.491.536	1.371.837	(573.853)	(235.440)	(107.152)	455.392
Equatorial Piauí	89,9425%	1.620.764	1.721.002	1.971.843	2.724.511	(852.906)	(187.926)	(716.896)	160.358	55.566	147.673	(353.299)
Geradora de energia do norte	25,0000%	119.630	96.012	565.108	244.695	344.837	506.216	207.205	(15.608)	(21.516)	(25.562)	144.519
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	54.715	26.778	43.353	1.231	70.059	124.870	28.960	(1.797)	1.085	(6.020)	22.228
Equatorial Transmissão	100,0000%	15.568	14.028	766.119	1.000	766.659	-	-	122.069	37	(5)	122.101
INTESA	100,0000%	429.563	34.592	451.106	321.988	524.089	207.956	154.853	(3.476)	(4.812)	(35.309)	111.256
		7.828.934	4.929.291	14.262.339	10.444.854	6.717.934	9.939.423	2.271.748	(755.633)	(174.268)	(167.294)	1.174.553

13.3 Conciliação dos investimentos

2019									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Intangível de concessão	Provisão para perda desvalorização de investimento	Total do investimento	
Equatorial Maranhão	65,1087%	3.134.235	509.764	323.496	-	-	-	-	
Equatorial Pará	96,4992%	3.091.682	355.754	342.498	-	-	-	-	
Equatorial Piauí	94,4737%	(874.344)	93.279	128.558	(826.026)	1.505.943	-	679.917	
Equatorial Alagoas	96,3666%	(291.468)	264.698	347.565	(280.877)	1.090.349	-	809.472	
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	369.679	116.770	29.295	92.420	11.331	-	103.751	
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	3.300	-	(3.300)	-	
55 Soluções	100,0000%	82.572	44.346	44.346	82.572	-	-	82.572	
				1.026.237				2.072.159	
Equatorial Transmissão	100,0000%	2.072.158	1.026.236		2.072.159	-	-		
Equatorial Distribuição	90,1451%	4.906.744	195.819	176.522	4.423.190	-	-	4.423.190	
INTESA	100,0000%	417.221	299.316	294.678	417.220	75.741	-	492.961	
						2.683.364			
							(3.300)		
		12.915.079	2.905.982	2.713.195	5.983.958			8.664.022	
2018									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Intangível de concessão/ mais e menos valias	Efeito da não integralização de capital social pelos minoritários (a)	Total do investimento
Equatorial Maranhão	65,1087%	2.852.515	672.356	-	437.762	1.857.235	177.058	-	2.034.293
Equatorial Pará	96,4992%	3.006.081	455.392	(1.070)	438.417	2.900.844	(258.226)	-	2.642.618
Equatorial Piauí	89,9425%	(852.906)	(353.299)	166.985	(167.575)	(767.125)	1.334.001	72.505	639.381
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	344.837	144.519	202	36.180	86.209	11.331	-	97.540
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-	-	3.300
55 Soluções	100,0000%	70.059	22.228	-	22.228	70.059	-	-	70.059
Equatorial Transmissão	100,0000%	766.659	122.101	-	122.101	766.659	-	-	766.659
INTESA	100,0000%	524.089	111.256	-	111.256	524.089	177.232	-	701.321
		6.717.934	1.174.553	166.117	1.000.369	5.441.270	1.441.396	72.505	6.955.171

14 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado Weighted Average Cost of Capital - WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2018	Aquisição (a)	Atualização do ativo financeiro (c)	Atualização de revisão tarifária (d)	Transferências (b)					Reclasss (e)	2019
					Ativo de contrato	Obrigações especiais	Serviços pedidos	Outros	Baixas		
Ativo financeiro	5.451.483	37.088	242.533	24.508	755.081	-	-	-	(2.177)	5.983	6.514.499
- Distribuição											
Obrigações											
especiais	(1.656.532)	-	(73.241)	64.942	-	51.305	7.617	36.953	-	2	(1.568.954)
Distribuição(f)											
Subtotal	3.794.951	37.088	169.292	89.450	755.081	51.306	7.617	36.953	(2.177)	5.985	4.945.545
Ativo financeiro											
Transmissão	597.946	-	-	-	-	-	-	-	-	(597.946)	-
Subtotal	597.946	-	-	-	-	-	-	-	-	(597.946)	-
Total	4.392.897	37.088	169.292	89.450	755.081	51.305	7.617	36.953	(2.177)	(591.961)	4.945.545
Ativo											
Circulante	226.332										-
Não circulante	4.166.565										4.945.545

As concessões das controladas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como das Companhias Equatorial Maranhão e Equatorial Pará não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (a) Saldos provenientes da Equatorial Alagoas em 31 de março de 2019, data em que o Grupo obteve o controle acionário da Companhia. Ver detalhes na nota explicativa nº 3.1 – Combinação de negócios;
- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão;
- (c) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão nas controladas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas; e nas Companhias Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (d) Valor apurado na Base de Remuneração Regulatória – BRR da Equatorial Pará, para fins da 5ª Revisão Tarifária Periódica ordinária a partir da homologação do laudo de avaliação fiscalizado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, na data base de 28 de julho de 2019;
- (e) Durante o exercício de 2019, a controlada INTESA reclassificou o saldo de ativo financeiro para a linha de ativo de contrato em atendimento ao CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contatos com clientes; e
- (f) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

15 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais	2019			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição					
Em serviço - Distribuição	4,24%	15.005.268	(6.828.676)	(2.295.525)	5.881.067
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão	3,33%	291.810	(124.838)	-	166.972
Direito de concessão – Equatorial Alagoas (a)	3,33%	1.218.957	(30.474)	-	1.188.483
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.740.149	(72.506)	-	1.667.643
Subtotal		3.250.916	(227.818)	-	3.023.098
Outros		19.449	(359)	-	19.090
Subtotal		18.275.633	(7.056.853)	(2.295.525)	8.923.255
Transmissão					
Em serviço – Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	9.027	(798)	-	8.229
Em curso - Transmissão		749	-	-	749
Direito de concessão					
Direito de concessão – INTESA (a)	3,33%	80.378	(4.637)	-	75.741
Subtotal		90.154	(5.435)	-	84.719
Total		18.365.787	(7.062.288)	(2.295.525)	9.007.974

	Taxas anuais (%)	2018			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição					
Em serviço - Distribuição	4,36%	11.687.381	(5.025.630)	(2.324.527)	4.337.224
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão	3,33%	291.810	(114.753)	-	177.057
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.334.001	-	-	1.334.001
		1.625.811	(114.753)	-	1.511.058
Outros		24.721	(8.389)	-	16.332
Subtotal		13.337.913	(5.148.772)	(2.324.527)	5.864.614
Transmissão					
Em serviço - Transmissão		8.950	(487)	-	8.463
Em curso - Transmissão	4,34%	43	-	-	43
Direito de concessão					
Direito de concessão – INTESA (a)		187.456	(10.225)	-	177.231
Subtotal		196.449	(10.712)	-	185.737
Total		13.534.362	(5.159.484)	(2.324.527)	6.050.351

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

Movimentação do ativo intangível

	Distribuição								
	Transferências (b)								
	2018	Outros	Aquisição de negócio (a)	Reclassificação	Adições	Baixas	Ativo de contrato	Obrigações especiais	2019
Em serviço (-)	11.687.381	-	1.706.122	488.701	-	(339.311)	1.462.375	-	15.005.268
Amortização	(5.025.630)	-	(653.959)	(483.850)	(819.037)	153.800	-	-	(6.828.676)
Total em serviço	6.661.751	-	1.052.163	4.851	(819.037)	(185.511)	1.462.375	-	8.176.592
Em curso	(1.236)	-	-	1.236	-	-	-	-	-
Total em curso	(1.236)	-	-	1.236	-	-	-	-	-
Obrigações especiais (c) (-)	(3.663.606)	64.767	(376.412)	(171)	(137)	170.643	-	(158.452)	(3.963.368)
Amortização	1.339.079	-	124.189	-	204.575	-	-	-	1.667.843
Total em obrigações especiais	(2.324.527)	64.767	(252.223)	(171)	204.438	170.643	-	(158.452)	(2.295.525)
Outros	1.527.390	-	1.188.483	-	326.315	-	-	-	3.042.188
Subtotal	5.863.378	64.767	1.988.423	5.916	(288.284)	(14.868)	1.462.375	(158.452)	8.923.255

	Transmissão			2019
	2018	Reclassificação	Adições	
Em serviço	8.950	-	77	9.027
(-) Amortização	(487)	-	(311)	(798)
Total em serviço	8.463	-	(234)	8.229
Em curso	1.279	(1.236)	706	749
Total em curso	1.279	(1.236)	706	749
Direito de concessão	187.456	-	(107.078)	80.378
(-) Amortização	(10.225)	-	5.588	(4.637)
Total direito de concessão	177.231	-	(101.490)	75.741
Total	186.973	(1.236)	(101.018)	84.719

- (a) Saldos provenientes da obtenção do controle da distribuidora de energia de Alagoas, Equatorial Alagoas. Ver detalhes na nota explicativas nº 3.1 – Combinação de negócios;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) do ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

16 Ativos contratuais (Consolidado)

O ativo de contrato do Grupo está constituído conforme a seguir demonstrado:

	2019		
	Custo	Baixa da RAP	(-) Obrigações vinculadas à concessão
Distribuição	1.464.994	-	(620.117)
Transmissão	7.591.069	(191.702)	-
Total	9.056.063	(191.702)	(620.117)

	2018		
	Custo	Baixa da RAP	(-) Obrigações vinculadas à concessão
Distribuição	1.687.610	-	(566.788)
Transmissão	1.169.310	-	-
Total	2.856.920	-	(566.788)

Movimentação do ativo de contrato

	Distribuição						
	Transferências (b)						
	2018	Aquisição (a)	Adições (c)	Baixas	Ativo Intangível	Ativo financeiro	Serviços pedidos
Em curso	1.687.610	253.378	1.834.245	(96.590)	(1.462.375)	(755.080)	3.806
Total em curso	1.687.610	253.378	1.834.245	(96.590)	(1.462.375)	(755.080)	3.806
Obrigações especiais (d)	(566.788)	(61.720)	(103.051)	-	158.452	(51.306)	4.296
Total em obrigações especiais	(566.788)	(61.720)	(103.051)	-	158.452	(51.306)	4.296
Total distribuição	1.120.822	191.658	1.731.194	(96.590)	(1.303.923)	(806.386)	8.102

	Transmissão						
	2018	Reclassificação	Adições	Margem de construção	Atualização do ativo de contrato	Realização da RAP	Receita de O&M
Em curso	1.169.310	597.946	3.154.671	2.085.139	430.208	-	-
Total em curso	1.169.310	597.946	3.154.671	2.085.139	430.208	-	-
Em serviço	-	-	-	-	136.360	(191.703)	17.436
Total em serviço	-	-	-	-	136.360	(191.703)	17.436
Total transmissão	1.169.310	597.946	3.154.671	2.085.139	566.568	(191.703)	17.436

Total ativo de contrato	2.290.132						
Circulante	-						
Não circulante	2.290.132						

A Companhia e suas controladas distribuidoras avaliaram o impacto e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia e suas controladas transmissoras avaliaram a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito estabelecido no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União e a Companhia, de receber caixa por meio de dois fluxos (a) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por

meio do faturamento mensal garantido da remuneração anual permitida (RAP), durante o prazo de concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, e consequentemente nenhuma provisão foi constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

- (a) Saldos provenientes da obtenção do controle da distribuidora de energia de Alagoas, Equatorial Alagoas. Ver detalhes na nota explicativas nº 3.1 – Combinação de negócios;
- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (c) Juros sobre Obras em Andamento - JOA, para os financiamentos contraídos, os valores de juros, variações monetárias e as variações cambiais incorridos até o ativo iniciar suas atividades devem fazer parte do custo histórico do ativo, sendo que esses custos somente poderão ser ativados limitado ao Weighted Average Cost of Capital - WACC regulatório (ou incorrido se for menor que WACC regulatório); e
- (d) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 *
Circulante				
Suprimento de energia elétrica (a)	-	-	889.825	599.451
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	72.659	50.842
Materiais e serviços (b)	2.081	993	920.819	870.204
Repasse de energia livre	-	-	19.174	18.809
Cauções em garantia	-	-	30.390	20.331
Partes relacionadas (d)	-	-	1.037	-
Provisão de fornecedores (c)	-	-	35.112	40.573
Total	2.081	993	1.969.016	1.600.210
Não circulante				
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	6.879
Materiais e serviços	-	-	7.094	6.840
Total	-	-	7.094	13.719
Total	2.081	993	1.976.110	1.613.929

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, houve o aumento dos custos no efeito de disponibilidade com usinas térmicas que foram repassados à distribuidora para atendimento ao mercado. As despesas com os contratos de energia tiveram o custo médio de R\$ 192,88 em 2019 e de R\$ 174,88 em 2018, por isso o ano de 2019 teve uma despesa maior com pagamentos correspondentes a parcela variável das usinas térmicas. Além disso, houve o saldo proveniente da obtenção do controle da distribuidora de energia de Alagoas, Equatorial Alagoas, no valor de R\$ 176.979;
- (b) Saldo refere-se, substancialmente, aos fornecedores de materiais e serviços relacionados aos investimentos da infraestrutura da concessão que as controladas vem realizando no decorrer do exercício;
- (c) Valores relativos a melhor estimativa da administração sobre valores devidos a fornecedores diversos, os quais o documento fiscal não havia sido recebido até o encerramento do exercício; e
- (d) Valores relativos às partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 12.

(*) Reclassificação entre grupos, os saldos de “caução em garantia” e provisão de fornecedores” nos montantes de R\$ 20.331 e 40.573, respectivamente, anteriormente estavam em “outras contas a pagar”, foram reclassificados para “fornecedores”, para fins de melhor comparabilidade com o exercício atual.

18 Empréstimos e financiamentos

18.1 Composição do saldo

		Controladora				Controladora			
		2019				2018			
	Garantias	Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos			Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional									
Nota promissória (a)	-	6,41%	507.358	-	507.358	6,88%	834.166	-	834.166
			Consolidado			Consolidado			
			2019			2018			
	Garantias	Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos			Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)									
CCBI Citibank	Aval do controlador	6,74%	7.602	1.284.299	1.291.901	7,39%	7.101	1.062.420	1.069.521
Morgan	-	-	-	-	-	5,27%	137	12.895	13.032
Total moeda estrangeira			7.602	1.284.299	1.291.901		7.238	1.075.315	1.082.553
Moeda nacional									
Eletrobras	Recebíveis	7,11%	278.260	2.124.748	2.403.008	7,83%	1.062.024	1.154.021	2.216.045
IBM	-	5,96%	2.975	-	2.975	7,19%	1.665	-	1.665
BNDES	Aval do Controlador + Recebíveis + Aplicação + Penhor de Ações	8,74%	170.350	2.713.636	2.883.986	7,88%	165.635	472.171	637.806
Banco do Brasil	Aval do Controlador + Alienação Fiduciária	5,99%	734	273.663	274.397	4,50%	1.930	1.173	3.103
BNB	Fiação + Aplicação + Penhor de Ações	6,23%	16.247	1.165.411	1.181.658	-	-	-	-
Sudene	-	-	-	-	-	8,37%	7.735	258.826	266.561
Caixa	Aval do controlador+Recebíveis+ Aplicação	6,00%	10.379	67.601	77.980	6,32%	14.540	112.886	127.426
Finep	Aval do controlador+Recebíveis	4,00%	161	-	161	4,00%	646	160	806
CCEE/RGR/ANEEL	Recebíveis	5,00%	-	2.269.112	2.269.112	5,00%	154	1.006.178	1.006.332
Santander	Aval do controlador	6,83%	151.323	200.000	351.323	7,43%	7.302	200.000	207.302
Votorantim	Aval + Alienação Fiduciária	4,50%	125	-	125	4,50%	454	125	579
Nota promissória	-	6,60%	1.105.414	569.013	1.674.427	7,07%	1.030.478	952.326	1.982.804
Subtotal			1.735.968	9.383.184	11.119.152		2.292.563	4.157.866	6.450.429
(-) Custo de captação			(1.290)	(23.239)	(24.529)	(1.396)	(2.436)	(3.832)	(3.832)
(-) Ajuste a Valor Presente			-	(1.281.570)	(1.281.570)	-	(669.319)	(669.319)	(669.319)
Total moeda nacional			1.734.678	8.078.375	9.813.053		2.291.167	3.486.111	5.777.278
Total			1.742.280	9.362.674	11.104.954		2.298.405	4.561.426	6.859.831

- (a) Recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em uma série, que destina-se a gestão ordinária da Companhia, com o objetivo de liquidar parte do saldo devedor da 2ª emissão de notas promissórias desta Companhia. Nota promissória contratada com taxa 107,5% CDI com amortização *bullet*, com vencimento em 20 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 507.358 e a taxa efetiva dessa operação é de 6,41% a.a.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores em empréstimos e financiamentos consolidados possuem um custo médio de 8,27% a.a., equivalente a 138,75% do CDI (7,77% a.a., equivalente a 121% do CDI, em 31 de dezembro de 2018).

18.2 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Controladora

O saldo da dívida da Controladora está 100% apresentada no circulante devido aos vencimentos no curto prazo.

Consolidado

	2019	
	Valor	%
Vencimento Circulante	1.742.280	17%
2021	1.949.923	19%
2022	1.598.396	16%
2023	1.087.226	11%
2024	860.849	0%
Após 2024	5.171.089	50%
Subtotal	10.667.483	96%
Custo de captação/AVP (Não circulante)	(1.304.809)	(13%)
Não circulante	9.362.674	83%
Total	11.104.954	100%

18.3 Movimentação da dívida

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	834.166	-	834.166
Ingressos	-	500.000	500.000
Encargos	48.178	-	48.178
Transferências	500.000	(500.000)	-
Amortizações de principal	(820.000)	-	(820.000)
Pagamento de juros	(54.986)	-	(54.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	507.358	-	507.358

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.291.167	3.486.111	7.238	1.075.315	6.859.831
Aquisição (a)	194.419	2.688.361	-	1.853	2.884.633
Ingressos (b)	150.000	4.185.751	-	842.500	5.178.251
Encargos	392.365	145.342	50.738	-	588.445
Variação monetária e cambial	31.475	31.637	132.754	(80.052)	115.814
Transferências	1.789.012	(1.789.012)	555.317	(555.317)	-
Amortizações de principal	(2.557.160)	(83)	(688.071)	-	(3.245.314)
Pagamentos de juros	(593.384)	-	(50.374)	-	(643.758)
Custo de captação (c)	20.510	(18.775)	-	-	1.735
Ajuste a valor presente (d)	16.274	(650.957)	-	-	(634.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.734.678	8.078.375	7.602	1.284.299	11.104.954

- (a) Saldos provenientes da obtenção do controle das distribuidoras de energia de Alagoas, Equatorial Alagoas. Ver detalhes na nota explicativas nº 3.1 – Combinação de negócios;
- (b) A variação é principalmente decorrente da controlada Equatorial Transmissão com ingresso nas SPES:
Em 19 de junho de 2018, foi celebrado na controlada SPE01 o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, cujas garantias incluem fiança bancária e conta reserva. Os recursos captados destinam-se à gestão ordinária da Companhia para abertura de crédito providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, com taxa IPCA + *spread* de 2,076% a.a., sendo aplicável a redução de 15% do *spread* como bônus de adimplência, e vencimento em julho de 2038. Durante o exercício corrente houve uma liberação em 21 de maio no valor de R\$ 65.449 e outra em 28 de junho no valor de R\$ 161.687. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 290.469 e a taxa efetiva dessa operação é de 6,15% a.a.

Em 19 de junho de 2018, foi celebrado na controlada SPE02 o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, cujas garantias incluem fiança bancária e conta reserva. Os recursos captados destinam-se à gestão ordinária da Companhia para abertura de crédito providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE com taxa IPCA + *spread* de 2,076% a.a., sendo aplicável a redução de 15% do *spread* como bônus de adimplência, e vencimento em julho de 2038. Durante o exercício corrente houve liberação em 21 de maio no valor de R\$ 66.050, em 31 de julho no valor de R\$ 119.264 e, 29 de novembro no valor de R\$ 49.511. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 321.478 e a taxa efetiva dessa operação é de 6,15%.

Em 19 de junho de 2018, foi celebrado na controlada SPE03 o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, cujas garantias incluem fiança bancária e conta reserva. Os recursos captados destinam-se à gestão ordinária da Companhia para abertura de crédito providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, com taxa IPCA + *spread* de 2,076% a.a., sendo aplicável a redução de 15% do *spread* como bônus de adimplência, e vencimento em julho de 2038. Durante o exercício corrente houve uma liberação em 02 de julho no valor de R\$ 82.227 e outra em 1º de novembro no valor de R\$ 167.693. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 349.421 e a taxa efetiva dessa operação é de 6,15% a.a.

Em 02 de abril de 2019, foi celebrado na controlada SPE04 o contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Os recursos captados destinam-se à realização de investimentos em projeto de linha de transmissão, com taxa IPCA + 5,32% a.a. e vencimento em dezembro de 2042. Durante o exercício corrente houve uma liberação em 10 de maio no valor de R\$ 167.722, em 27 de junho no valor de R\$ 97.414 e, em 16 de setembro no valor de R\$ 35.665. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 722.009 e a taxa efetiva dessa operação é de 8,79%;

Em 19 de dezembro de 2018, foi celebrado na controlada SPE05 contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, cujas garantias incluem fiança bancária e conta reserva. Os recursos captados destinam-se à gestão ordinária da Companhia para abertura de crédito providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, com taxa IPCA + *spread* de 2,5707% a.a., sendo aplicável a redução de 15% do *spread* como bônus de adimplência, e vencimento em julho de 2038. Durante o exercício corrente houve uma liberação em 22 de fevereiro no valor de R\$ 53.028, em 15 de julho no valor de R\$ 25.766, em 31 de julho no valor de R\$ 52.549 e, em 12 de novembro no valor de R\$ 70.140. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo líquido de custo de captação é de 199.417 e a taxa efetiva dessa operação é de 6,53% a.a.

Em 02 de abril de 2019, foi celebrado na controlada SPE06 contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Os recursos captados destinam-se à realização de investimentos em projeto de linha de transmissão, com taxa IPCA + 5,32% a.a., e vencimento em dezembro de 2042. Durante o exercício corrente houve uma liberação em 15 de maio no valor de R\$ 18.812, em 16 de setembro no valor de R\$ 22.702 e, em 14 de novembro no valor de R\$ 63.024. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 227.601 e a taxa efetiva é de 8,42% a.a.

Em 28 de dezembro de 2018, foi celebrado na controlada SPE07 contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") nos termos aprovados pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Em 07 de novembro de 2019, ocorreu a primeira liberação do recurso no valor de R\$ 76.238, que destina-se à realização de investimentos em projeto da linha de transmissão, com custo de IPCA + 1,6% a.a., e vencimento final em 30 de outubro de 2038. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 77.045 e a taxa efetiva é de 6% a.a.

Em 30 de outubro de 2019 na controlada SPE07, houve um ingresso de R\$ 150.000, referente à uma CCB com Banco Santander cujo recurso se destina à gestão ordinária da Companhia, com taxa de 113% do CDI com vencimento final em 27 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 151.283 e a taxa efetiva é de 6,73% a.a.

Em 28 de dezembro de 2018, foi celebrado na controlada SPE08 contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") nos termos aprovados pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Em 07 de novembro de 2019, ocorreu a primeira liberação do recurso no valor de R\$ 194.112, que destina-se à realização de investimentos em projeto da linha de transmissão, com custo de IPCA + 1,6% a.a., e vencimento final em 30 de outubro de 2038. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 196.166 e a taxa efetiva é de 6% a.a.

Em 22 de novembro de 2019, foi celebrado na controlada SPE08 contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de Notas Promissórias, em série única. Com custo de CDI + 0,5% a.a., e vencimento final em 26 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 150.664 e a taxa efetiva dessa operação é de 6,49% a.a.

- (c) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação ou AVP, quando positivo significa amortização e quando negativo adição; e
- (d) Valores provenientes da aquisição de créditos da dívida da CCEE da Equatorial Alagoas, cujos juros foi repactuado para 5% a.a.. Conforme pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, a Companhia reconheceu o AVJ de R\$650.957, utilizando como data base 31 de março de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse AVJ é de R\$ 634.683, com o total de amortizações em 2019 no valor de R\$ 16.274.

18.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e pelas controladas diretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Intesa e controladas indiretas SPEs Transmissoras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 são sem garantias ou possuem garantias financeiras (podendo ser real e/ou fidejussória) e covenants não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites dos covenants financeiros estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

Controladora

Covenants Notas Promissórias (NP)

1º Dívida líquida/EBITDA ajustado : <=4,5

3º NP

1,9

Controladas diretas e indiretas

Equatorial Maranhão - Covenants

Notas Promissórias (NP)

1º Dívida líquida/EBITDA ajustado : <3,25

2º EBITDA ajustado /Despesa financeira líquida: >1,5

1º NP

1,1

67,8

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,0

2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : <=0,7

BNDES I

1,2

0,3

BNDES II

1,3

0,3

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA: < 3,5

Santander

2,2

Citibank

2,3

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,0

2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : <=0,7

BNDES

2,8

0,5

Equatorial Piauí

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA: < 4,5

BNDES

2,1

Citibank

2,0

Equatorial Alagoas

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA: < 4,5

BNDES

2,1

SPE 08

Covenants Notas Promissórias

1º Dívida líquida/EBITDA ajustado : <=4,5

1ª NP

1,9

2ªNP

1,9

19 Debêntures

19.1 Movimentação da dívida

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.112	1.248.331	1.262.443
Ingressos	-	1.000.000	1.000.000
Encargos	91.278	-	91.278
Pagamento de juros	(93.467)	-	(93.467)
Variação monetária	-	4.099	4.099
Custo de captação (a)	978	(1.477)	(499)
Transferência Equatorial Distribuição (b)	-	(1.000.000)	(1.000.000)
Transferências	(1.279)	1.279	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.622	1.252.232	1.263.854
Controladora			
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.269	800.195	803.464
Ingressos	-	448.400	448.400
Encargos	69.248	-	69.248
Pagamentos de juros	(57.505)	-	(57.505)
Variação monetária	-	4.142	4.142
Custo de captação	(900)	(4.406)	(5.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.112	1.248.331	1.262.443

- (a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição; e
- (b) Refere-se à Quarta Emissão de Debêntures, realizada em 1º de novembro de 2019, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$ 1.000.000, com vencimento em janeiro/2020 e taxa contratada de 106% do CDI. Os recursos destinaram-se para a gestão ordinária dos negócios da Companhia, o reforço de caixa e para o pagamento do endividamento de curto prazo tomado para investimento em ativos adquiridos. As obrigações

da Escritura foram transferidas da Equatorial Energia para a Equatorial Distribuição, passando esta a figurar como Emissora das Debêntures, e a Equatorial Energia figurar como fiadora da Emissão, conforme aprovação do Conselho de Administração da Equatorial Energia em reunião realizada em 05 de novembro de 2019. Com a celebração do Acordo de investimentos entre a Equatorial Energia e o Itaú Unibanco S.A., e a subscrição e integralização das ações preferenciais pelo Itaú emitidas pela Equatorial Distribuição no montante de R\$ 1.000.000, em 13 de novembro de 2019, foi realizada a liquidação total antecipada da Quarta Emissão de Debêntures.

Controladora							Em 31 de dezembro de 2019	
Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	Saldo líquido do custo de captação	Custo efetivo
2 ^a	(1)/(3)/(4)/(5)	1 ^a	695.500	CDI + 1,6% a.a.	dez/17	nov/22	696.233	7,66%
2 ^a	(1)/(3)/(4)	2 ^a	104.500	IPCA + 5,77% a.a.	out/18	nov/24	113.693	10,33%
3 ^a	(1)/(3)/(4)	Única	448.400	CDI + 1,3% a.a.	out/18	out/24	453.928	7,34%
4 ^a	(1)/(3)/(4)	Única	1.000.000	106% do CDI	nov/19	jan/20	Liquidada em 13 de nov/19	

- (1) Emissão pública de debêntures simples
(2) Emissão privada de debêntures simples
(3) Não conversíveis em ações
(4) Espécie Quirografária

Consolidado

	Consolidado		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	505.464	4.170.885	4.676.349
Ingressos	-	1.595.000	1.595.000
Encargos	351.764	20.036	371.800
Transferências	202.038	(202.038)	-
Amortização do principal	(608.328)	-	(608.328)
Pagamento de juros	(356.395)	-	(356.395)
Variação monetária	39.421	8.712	48.133
Custo de captação (a)	10.319	(33.411)	(23.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	144.283	5.559.184	5.703.467

	Consolidado		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	213.812	2.793.186	3.006.998
Ingressos	-	2.233.400	2.233.400
Encargos	252.500	-	252.500
Transferências	861.214	(861.214)	-
Amortização do principal	(629.186)	-	(629.186)
Pagamento de juros	(219.684)	-	(219.684)
Variação monetária	33.189	8.741	41.930
Custo de captação	(6.381)	(3.228)	(9.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	505.464	4.170.885	4.676.349

- (a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Em 31 de dezembro de 2019 as empresas do Grupo, incluindo a controladora, possuem dezoito emissões vigentes. Ao longo de 2019 cinco emissões foram liquidadas e/ou resgatadas:

Empresa	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Em 31 de dezembro de 2019	
								Saldo líquido do custo de captação	Custo efetivo
EQUATORIAL PARÁ	1ª	(2) (3) (4)	Única	100.000	IPCA + 9,00% a.a.	ago/16	jul/19	Liquidada em 19 de jul/19	
EQUATORIAL PARÁ	2ª	(2) (3) (4)	1ª	60.000	IPCA + 8,04% a.a.	dez/16	jan/24	71.289	12,70%
EQUATORIAL PARÁ	2ª	(2) (3) (4)	2ª	23.000	IPCA + 7,00% a.a.	dez/16	jan/24	26.726	11,61%
EQUATORIAL PARÁ	3ª	(1) (3) (4) (5)	1ª	199.069	IPCA + 6,70% a.a.	dez/16	dez/21	219.025	11,30%
EQUATORIAL PARÁ	3ª	(1) (3) (4) (5)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	111.205	11,48%
EQUATORIAL PARÁ	4ª	(1) (3) (4)	Única	500.000	116% do CDI	dez/16	dez/19	Liquidada em 16 de dez/19	
EQUATORIAL PARÁ	5ª	(1) (3) (4)	1ª	543.033	CDI + 1,1% a.a.	mai/18	abr/23	548.679	7,13%
EQUATORIAL PARÁ	5ª	(1) (3) (4)	2ª	456.967	CDI + 1,30% a.a.	mai/18	abr/23	455.814	7,34%
EQUATORIAL MARANHÃO	4ª	(1) (3) (4)	2ª	178.620	IPCA + 5,90% a.a.	set/12	jun/20	92.772	10,46%
EQUATORIAL MARANHÃO	6ª	(1) (3) (4)	Única	20.000	113,2% do CDI	out/14	out/19	Liquidada em 14 de out/19	
EQUATORIAL MARANHÃO	7ª	(1) (3) (4) (5)	1ª	155.000	IPCA + 5,48% a.a.	nov/16	out/21	174.111	10,03%
EQUATORIAL MARANHÃO	7ª	(1) (3) (4) (5)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a.	nov/16	out/23	123.533	10,09%
EQUATORIAL MARANHÃO	8ª	(1) (3) (4)	1ª	500.000	107% do CDI	set/17	set/22	507.245	6,38%
EQUATORIAL PIAUÍ	1ª	(1) (3) (4)	Única	400.000	109,8% do CDI	dez/18	dez/21	401.235	6,54%
EQUATORIAL PIAUÍ	2ª	(1) (3) (4)	Única	620.000	CDI + 1,10% a.a.	mai/19	mai/23	622.243	7,13%
SPE 1	1ª	(1) (3) (4) (5)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	56.179	9,39%
SPE 2	1ª	(1) (3) (4) (5)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	45.947	9,39%
SPE 3	1ª	(1) (3) (4) (5)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	48.453	9,34%
SPE 3	1ª	(1) (3) (4) (5)	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	43.218	9,18%
SPE 5	1ª	(1) (3) (4) (5)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	64.995	8,42%
SPE 7	2ª	(1) (3) (4) (5)	1ª	185.000	114,6% do CDI	mai/18	nov/19	Liquidada em 20 de nov/19	
SPE 7	2ª	(1) (3) (4) (5)	2ª	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	134.271	8,42%
SPE 8	1ª	(1) (3) (4) (5)	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	106.314	8,42%
SPE 8	1ª	(1) (3) (4) (5)	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	80.463	8,42%
INTESA	1ª	(1) (3) (4) (5)	1ª	100.000	IPCA + 5,42% a.a.	nov/18	out/25	101.899	9,96%
INTESA	1ª	(1) (3) (4) (5)	2ª	100.000	CDI + 2,2% a.a.	nov/18	out/25	Liquidada em 24 de mai/19	
INTESA	2ª	(1) (3) (4)	1ª	250.000	109% do CDI	mar/19	mar/24	253.379	6,50%
INTESA	2ª	(1) (3) (4)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	150.618	7,13%

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Emissão privada de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirográfica
- (5) Debêntures incentivadas

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas Emissões das Debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos Projetos Enquadrados junto ao MME- Ministério de Minas e Energia, cujo inexistem prazos determinados para a aplicação dos mesmos.

19.2 Cronograma de amortização da dívida

Controladora

	2019	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	11.622	1%
2022	695.500	55%

2023	56.942	5%
Após 2024	504.394	40%
Não circulante	1.256.836	99%
Custo de captação (Não circulante)	(4.604)	0%
Total não circulante	1.252.232	99%
Total	1.263.854	100%

Consolidado

2019		
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	144.283	3%
2021	815.674	14%
2022	1.533.158	27%
2023	1.682.488	29%
2024	336.166	6%
Após 2024	1.238.680	22%
Não circulante	5.606.166	98%
Custo de captação (Não circulante)	(46.982)	(1%)
Total não circulante	5.559.184	97%
Total	5.703.467	100%

19.3 Covenants

As debêntures contratadas possuem *covenants* sem garantias ou com garantias financeiras (podendo ser real e/ou fidejussória), cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites dos *covenants* financeiros estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

Controladora

<i>Covenants debêntures</i>	2ª debêntures	3ª debêntures
1º Dívida Líquida/EBITDA ajustado: <=4,0	1,9	1,9

Controladas diretas e indiretas

Equatorial Maranhão

<i>Covenants debêntures</i>	4ª debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=3,25	1,1	1,1	1,1
2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >=1,5	67,8	67,8	67,8

Equatorial Pará

<i>Covenants debêntures</i>	2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <3,5	2,8
2º EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida: >2	6,7
<i>Covenants debêntures</i>	3ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <3,5	2,2
2º EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida: >=1,5	8,2

Covenants debêntures **5ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: < 4 2,2

Equatorial Piauí
Covenants debêntures **1ª debêntures** **2ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <4,0 1,9 1,9

INTESA
Covenants debêntures **1ª debêntures** **2ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <4,5 0,7 0,7

Transmissoras

	SPE 01	SPE 02	SPE 03	SPE 05	SPE 07	SPE 08
Covenants debêntures						
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9

20 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
ICMS (a)	-	-	384.563	421.352
ICMS parcelamento (b)	-	-	16.008	3.058
Parcelamento Federal PRT (c)	2.338	2.338	2.338	19.704
PIS e COFINS	227	223	88.027	74.219
PIS e COFINS parcelamento	-	-	19.911	18.864
INSS sobre serviços	-	-	331	-
Encargos sociais e outros	188	199	27.712	31.951
ISS	2	4	25.462	31.991
Outros	6	5	-	-
Total	2.761	2.769	564.352	601.139
Não circulante				
ICMS (a)	-	-	122.956	-
FGTS parcelamento	-	-	2.268	2.948
PIS e COFINS parcelamento	-	-	39.349	56.026
ICMS parcelamento (b)	-	-	67.670	35.418
ISS	-	-	3.096	2.713
Total	-	-	235.339	97.105
	2.761	2.769	799.691	698.244

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi apurado o montante de R\$ 384.563 de ICMS a recolher incidente sobre a atividade de distribuição de energia de suas controladas.;
- (b) A variação é decorrente principalmente da controlada Equatorial Pará que possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente, onde sua variação deve-se adesão de um novo parcelamento de ICMS no mês de fevereiro de 2019, sendo sua última parcela em 31 de janeiro de 2024, e para os demais parcelamentos sua liquidação será em 31 de julho de 2031. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC mais 1% de juros; e
- (c) A redução do saldo é decorrente principalmente da controlada Equatorial Piauí, que quitou o parcelamento do Programa de Regularização Tributária - PRT em abril/2019.

Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	2019	
	Valor	%
Circulante	16.008	19%
2021	14.557	17%
2022	14.557	17%
2023	10.506	13%
Após 2024	28.050	34%
Não circulante	67.670	81%
Total ICMS parcelamento	83.678	100%

21 Impostos de renda, contribuições sociais e impostos diferidos

21.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos consolidado

	2019	2018
Prejuízo fiscal	123.694	183.018
Base negativa	26.529	43.815
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	159.494	78.003
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	205.688	175.903
Provisão Fundo de pensão	12.367	14.872
Provisão para participação nos lucros	15.728	13.600
Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	1.362.466	-
Valor Novo de Reposição - VNR	1.552	-
Perdas não técnicas	24.357	-
Baixa de ativo imobilizado - Aquisição Equatorial Pará	24.866	-
Contingências e encargos da dívida- Aquisição Equatorial Pará, Equatorial Alagoas e Equatorial Piauí	107.934	-
Outras contas a pagar - PLPT - aquisição Equatorial Pará	9.150	-
Outras Diferenças temporárias	16.468	3.427
	2.090.293	512.638
Total		
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias		
Depreciação acelerada	(624.932)	(554.313)
Atualização do Ativo Financeiro	(223.577)	(136.491)
SWAP	(11.412)	(43.362)
Receita de Construção– CPC 47/IFRS 15	(2.187.705)	-
Arrendamento - CPC 06(R2)/IFRS 16	(1.130)	-
Art. 69 da Lei 12.973/2014 - Saldo da quota fixa	(16.512)	-

Ajuste a Valor Presente - AVP	(98.154)	(109.924)
Diferimento órgão público	(9.382)	-
Reavaliação de ativo fixo	(48.564)	(57.579)
Provisão atuarial	(3.675)	-
Reversão de provisões	(129.044)	-
Outras despesas não dedutível	-	(17.743)
Intangível - concessão- Aquisição Equatorial Pará	(26.368)	-
Outras	(17.224)	(83.032)
Total	(3.397.679)	(1.002.444)
Total tributo diferido passivo registrado	(1.307.386)	(489.806)

Movimentação dos tributos diferidos

	Reconhecimento		Patrimônio líquido	Adquirido em combinações de negócios	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
	2018	Resultado	Outros resultados abrangentes				
IRPJ prejuízos fiscais	183.017	(59.323)	-	-	123.694	123.694	-
Base Negativa de CSLL	43.815	(17.286)	-	-	26.529	26.529	-
Contingências	78.003	23.033	-	58.458	159.494	159.494	-
PCLD	175.903	(7.705)	-	37.490	205.688	205.688	-
AVP-Ajuste a valor presente	(109.924)	11.821	-	(51)	(98.154)	-	(98.154)
Atualização do ativo financeiro	(136.491)	(85.534)	-	-	(222.025)	-	(222.025)
Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	199.300	1.077.174	-	-	1.276.474	1.276.474	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	-	(636)	-	-	(636)	-	(636)
Depreciação acelerada	(554.313)	(70.619)	-	-	(624.932)	-	(624.932)
SWAP	(43.362)	31.950	-	-	(11.412)	-	(11.412)
Provisão Fundo de pensão	14.872	(2.505)	-	-	12.367	13.705	(1.338)
Provisão para participação nos lucros	13.601	2.127	-	-	15.728	15.728	-
Perdas técnicas	-	-	-	24.357	24.357	24.357	-
Provisão atuarial	-	-	(3.675)	-	(3.675)	-	(3.675)
Outras	(14.366)	29.590	-	(15.844)	(620)	-	(620)
Receita de Construção– CPC 47/IFRS 15	(330.433)	(1.772.005)	-	-	(2.102.438)	-	(2.102.438)
Diferimento CVA	-	177.303	-	(177.303)	-	-	-
Diferimento Órgão Público	-	-	-	(9.382)	(9.382)	-	(9.382)
IFRS 15	-	725	-	-	725	725	-
IFRS 16	-	(494)	-	-	(494)	-	(494)
Art. 69 da Lei 12.973/2014 - Saldo da quota fixa	-	-	-	(16.512)	(16.512)	-	(16.512)
Baixa diferido ativo	-	(129.044)	-	-	(129.044)	-	(129.044)
Baixa de ativo imobilizado - Aquisição EQTL Pará	28.143	-	-	-	28.143	28.143	-
Contingências e encargos da dívida- Aquisição EQTL Pará, Alagoas e Piauí	40.703	18.773	-	48.522	107.998	107.998	-
Outras contas a pagar - PLPT - aquisição EQTL Pará	9.150	-	-	-	9.150	9.150	-
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição EQTL Pará	(29.845)	-	-	-	(29.845)	-	(29.845)
Reserva de reavaliação	(57.579)	9.015	-	-	(48.564)	-	(48.564)
Total	(489.806)	(763.640)	(3.675)	48.522	(98.787)	1.991.685	(3.299.071)

21.2 Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais, oriundos da controlada indireta Equatorial Maranhão possa ser feita até 2020 e Equatorial Pará até 2021, conforme demonstrado a seguir:

Expectativa de realização	R\$
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar a 2020	12.645

Em 31 de dezembro de 2019, a Controlada indireta Equatorial Maranhão apresentava o valor de R\$ 12.645 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. As projeções

de realização do imposto de renda diferido ativo levou em consideração o benefício fiscal SUDENE de redução de 75% do IRPJ cuja vigência é até 2027.

Expectativa de realização	2020	2021	Total
Impostos diferidos e contribuição social diferidos	71.885	65.723	137.578

Em 31 de dezembro de 2019, a Controlada Equatorial Pará apresenta o saldo de R\$ 137.357 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. As projeções de realização do imposto de renda diferido ativo levou em consideração o benefício fiscal SUDAM de redução de 75% do IRPJ cuja vigência é até 2027.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia em 13 de março de 2020 referente aos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Controlada Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas apresentaram respectivamente o saldo de R\$ 1.007.981 e R\$ 1.197.317 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa.

21.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado consolidado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, está demonstrada conforme a seguir:

Controladora	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	2.415.630	2.415.630	917.935	917.935
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	603.908	217.407	229.484	82.614
Adições:				
Provisão para participação nos lucros	123	-	2.338	842
Equivalência patrimonial	152.172	54.826	20.393	7.341
Multas e penalidades por infrações	-	-	2	1
Outras provisões	2.435	877	767	276
	<u>154.730</u>	<u>55.703</u>	<u>23.500</u>	<u>8.460</u>
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	(796.042)	(286.575)	(309.921)	(111.571)
Outras provisões	(91)	(33)	(121)	(43)
	<u>(796.133)</u>	<u>(286.608)</u>	<u>(310.042)</u>	<u>(111.615)</u>
Base negativa de IRPJ e CSLL	<u>(37.495)</u>	<u>(13.498)</u>	<u>(57.058)</u>	<u>(20.541)</u>
Total de IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Consolidado	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	3.680.059	3.680.059	1.295.549	1.295.549
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	920.015	331.205	323.887	116.599
Adições:				
Provisão para contingências	93.250	33.569	178.779	64.360
Reavaliação de ativos	6.629	2.386	6.967	2.508
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa	686.736	247.225	324.708	116.894
Ajuste a valor presente	197.116	70.961	13.564	4.883
Variação SWAP	24.645	8.872	16.253	5.851
Adições decorrente do custo de construção – CPC 47/IFRS 15	872.772	314.195	-	-
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	4.345	1.564	6.028	2.170
Provisão para participação nos lucros	2.731	939	12.338	4.442
Provisão para recuperação de ativos	-	-	4.254	1.531
Multa e penalidades por infrações	305	110	13.282	4.782
Equivalência patrimonial	152.172	54.826	20.393	7.341
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	197	70	-	-
Arrendamentos – CPC 06 (R2/IFRS 16)	1.585	571	-	-
Provisão para fundo de pensão	(1.842)	(663)	10.935	3.937
Perdas não técnicas	-	-	33.701	12.132
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	2.074	747	26.588	9.571
Depreciação acelerada	25.252	-	-	-
Diferimento CVA	(7.191)	(2.589)	-	-
Apropriação receita órgão público - IN 68/82	(2.967)	(1.068)	-	-
Outras provisões	97.113	34.793	421.402	162.940
	<u>2.154.922</u>	<u>766.508</u>	<u>1.089.192</u>	<u>403.342</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(45.498)	(16.379)	(138.354)	(49.807)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	-	-	(82.688)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa -PECLD	(733.826)	(264.178)	(33.668)	(12.120)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	-	-	(8.354)	(3.008)
Ajuste ao valor presente	(167.751)	(60.390)	(168.733)	(60.744)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(5.499)	(1.980)	(4.004)	(1.441)
Variação SWAP	(45.842)	(16.503)	(40.943)	(14.739)
IFRS 15	(85)	(30)	-	-
IFRS 16	(2.229)	(803)	-	-
Provisão para fundo de pensão	-	-	(10.804)	(3.889)
Provisão para participação dos lucros	-	-	(10.331)	(3.719)
Provisão para recuperação de ativos	(1.954)	(703)	(4.254)	(1.531)
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(25.714)	(9.257)	(220.845)	(79.477)
Equivalência patrimonial	(140.706)	(50.652)	(87.931)	(42.861)
Incentivo P&D	(1.068)	(384)	-	-
Depreciação acelerada	(95.871)	-	(62.200)	-
Exclusões decorrente do reconhecimento do ativo contratual – CPC 47/IFRS 15	(1.400.065)	(504.021)	-	-

Diferimento CVA	113.436	40.837	-	-
Valor Novo de reposição - VNR	1.141	411	-	-
Diferimento órgão público	5.225	1.881	-	-
Outras provisões	(77.063)	(27.034)	(79.911)	(29.314)
	<u>(2.623.369)</u>	<u>(909.185)</u>	<u>(1.100.022)</u>	<u>(385.339)</u>
IRPJ e CSLL antes dos incentivos fiscais	<u>451.567</u>	<u>188.528</u>	<u>313.057</u>	<u>134.602</u>
Compensação base negativa	<u>(96.994)</u>	<u>(30.953)</u>	<u>(55.685)</u>	<u>(13.157)</u>
Incentivo PAT	<u>(6.053)</u>	-	<u>(4.146)</u>	
Incentivo prorrogação licença maternidade	<u>(211)</u>	-	<u>(62)</u>	
Despesa IRPJ de exercícios anteriores	-	-	-	25
(+) IRPJ subvenção governamental	<u>(305.096)</u>	-	<u>(228.798)</u>	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	<u>43.213</u>	<u>157.574</u>	<u>24.366</u>	<u>121.470</u>
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	584.623	179.017	(48.088)	36.741
Total de IRPJ e CSLL no resultado do exercício	627.836	336.591		
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	17%	9%	(2%)	12%

21.4 Composição dos impostos e contribuições a recolher diferidos

	2019	2018
Passivo		
PIS diferido sobre a receita de construção (a)	(122.909)	(63.088)
COFINS diferido sobre a receita de construção (a)	(563.050)	(92.839)
PIS sobre a CVA (b)	(28.449)	-
COFINS sobre a CVA (b)	(131.038)	-
Outros impostos diferidos	<u>(12.451)</u>	<u>(12.991)</u>
Total tributos diferido passivo	<u>(860.503)</u>	<u>(168.918)</u>

- (a) O diferimento do PIS e da COFINS é relativo a 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que as controladas Equatorial Transmissão e INTESA receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão. Em 2018, o diferimento de PIS e COFINS da controlada Equatorial Transmissão e INTESA era R\$ 100.960 e R\$ 54.967; e
- (b) O cálculo de PIS e COFINS diferido da controlada Equatorial Alagoas calculados sobre as provisões ativas e passivas (efeito caixa).

22 Dividendos (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	2.415.630	917.935
(-) Reserva legal	(120.781)	(45.897)
(-) Reserva lucros a realizar	(1.004.755)	(109.659)
Lucro líquido ajustado	1.290.094	762.379
Dividendos mínimos obrigatórios	322.523	190.595
Dividendos adicionais propostos	-	-

Dividendos propostos	322.523	190.595
----------------------	---------	---------

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos em reunião do Conselho de Administração em 22 de maio de 2020.

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	234.834
Dividendos adicionais 2018	3.835
Pagamento de dividendos	(238.563)
Dividendos propostos de 2019	190.595
Saldo em 31 de dezembro de 2018	190.701
Dividendos adicionais 2019	889
Pagamento de dividendos	(191.532)
Dividendos propostos de 2020	322.523
Saldo em 31 de dezembro de 2019	322.581

23 Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética

O contrato de concessão estabelece a obrigação das controladas distribuidoras e transmissoras de aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Em contrapartida aos lançamentos efetuados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado como dedução da receita operacional.

A Companhia utiliza a taxa SELIC para efetuar a atualização dos saldos acumulados não aplicados de curto e longo prazo, conforme determina o manual da ANEEL.

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL ¹	2019	2018
Programa de eficiência energética	0,40%	254.237	184.902
Pesquisa e desenvolvimento	0,20%	171.583	136.218
FNDCT	0,20%	4.907	1.032
MME	0,10%	2.446	742
PROCEL	0,10%	26.116	16.453
Total		459.289	339.347

¹ A Receita Operacional Líquida – ROL utilizada refere-se à regulatória.

Circulante	272.806	151.271
Não circulante	186.483	188.076

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

24 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados da Companhia e de suas controladas é corporativo e está atrelado ao EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e diversos outros indicadores operacionais e financeiros de suas controladas e da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, executivos e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo provisionado de participação nos lucros na Companhia é de R\$ 17.466 (R\$ 15.824 em 31 de dezembro de 2018) e o saldo provisionado juntamente com suas controladas é de R\$ 132.664 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 84.292 em 31 de dezembro de 2018).

25 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial – Equatorial Pará

Em 1 de Dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S/A e Pine S/A, esta apelação versa sobre R\$ 250 de juros e multas, decorrente de atraso, decorrente do pagamento das parcelas da apelante na conta da Petrobrás Distribuidora. Os valores principais foram quitados, remanescendo apenas a discussão sobre os juros e correção. Em novembro de 2017 a empresa firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano. Em função da matéria, acreditamos que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em Legal Opinion do escritório que conduz o processo. Acreditamos que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

25.1 Composição da dívida

	2019	2018
Circulante		
Encargos setoriais	1.428	-
Credores financeiros (a)	20.847	17.116
Total	22.275	17.116

Não circulante		
Credores operacionais (b)	-	42.540
Intragrupos	83.669	82.490
Credores financeiros (a)	1.050.581	1.008.129
(-) Ajuste a valor presente (c)	(284.626)	(318.905)
Total	849.624	814.254
Total	871.899	831.370

- (a) É o grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, Bonds e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis;
- (b) Valores devidos aos credores ligados à operação da Equatorial Pará, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da companhia. Sendo que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia baixou o saldo (R\$ 41.498), visto que, foi proferida sentença de encerramento, a qual foi objeto de dois recursos de apelação. Em um dos recursos, a Companhia entrou em acordo com a recorrente, o qual foi devidamente homologado pelo juízo recuperacional, sendo certo que o recurso de apelação interposto perdeu o seu objeto e não será conhecido pelo Tribunal de Justiça do Pará e o segundo recurso, refere-se a pleito de aplicação de juros e correção monetária em relação aos pagamentos do plano e entendemos que as chances de êxito do recurso são remotas, haja vista que o momento processual para tal discussão ocorreu quando o plano de recuperação judicial foi homologado e não no encerramento do processo. Assim, tão logo ocorra o trâmite e julgamento desta apelação e o trânsito em julgado da sentença de encerramento, todas as habilitações de crédito ainda não sentenciadas ou em trâmite serão convertidas em ações ordinárias, razão pela qual a Companhia entende não haver necessidade de manutenção de provisionamento para novos caso; e
- (c) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é composto por: R\$ 262.391 de empréstimos e financiamentos e R\$ 22.234 de intragrupos (Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ajuste a valor presente totalizava R\$ 318.905, sendo R\$ 281.208 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.875 de credores operacionais e R\$ 23.822 de intragrupos).

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2019	
	Valor	%
Circulante	22.275	3%
2021	81.039	9%
2022	8.843	1%
2023	8.106	1%
Após 2023	1.036.262	99%
Subtotal	1.134.250	130%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(284.626)	(3%)
Não circulante	849.624	97%
Total	871.899	100%

25.2 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	2018*	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Baixas (a)	2019
Credores operacionais	28.665	-	-	(1.041)	13.874	(41.498)	-
Intragrupo	58.667	4.890	-	(2.283)	1.587	-	62.861
Credores financeiros	744.038	57.040	17.753	(28.611)	18.818	-	809.038
Total	831.370	61.930	17.753	(31.935)	34.279	(41.498)	871.899

	2017	Reclassificação RJ	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	2018*
Credores operacionais	49.697	82	-	-	(21.114)	-	28.665
Encargos setoriais	2.915	-	-	8	(2.923)	-	-
Intragrupo	52.540	-	4.615	-	-	1.512	58.667
Credores financeiros	868.915	-	52.599	11.854	(235.954)	46.624	744.038
Total	974.067	82	57.214	11.862	(259.991)	48.136	831.370

- (a) A baixa de R\$ 41.498 não tem efeito caixa, pois trata-se de baixa de credores operacionais conforme mencionado no item “b” da nota explicativa nº 0; e
- (d) Vide nota explicativa nº 12– Partes relacionadas.

26 Encargos setoriais CCC – Equatorial Pará

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrônica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC. Entre os valores reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica.

A Equatorial Pará detém, em 31 de dezembro de 2019, crédito junto à CCC no montante de R\$ 105.467. Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico e não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

Entre os valores reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica, mas conforme estabelece o §10 e §11 do Art. 36º estabelece:

“Os agentes beneficiários da CCC e da Subconta Carvão Mineral terão direito ao reembolso do custo decorrente dos créditos não compensados de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS, relativo aos gastos mensais com combustíveis e contratos, apurados com base na energia efetivamente gerada e medida no SCD, nos termos e condições definidos nesta Resolução.

§ 10. As diferenças mensais de reembolso de créditos de tributos não recuperados de um exercício serão apuradas até o dia 15 de maio do ano seguinte ao de competência, considerando que cada parcela mensal deverá ser atualizada pelo índice do IPCA correspondente.

§ 11. A CCEE deverá estabelecer, no Procedimento de Contas Setoriais, os procedimentos próprios para a devolução, à CCC ou ao beneficiário, das diferenças apuradas do aproveitamento de créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS do exercício anterior”. (ANEEL REN 801/2017).

Considerando o reembolso, à época operacionalizados pela Eletrobrás, a Equatorial Pará recebeu o reembolso destes tributos creditados sobre a compra de combustível para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, onde em 31 de dezembro de 2019, havia montante de R\$ 360.139 (R\$ 349.874 em 31 de dezembro de 2018). Entretanto, a Eletrobrás não definiu procedimento específico para a devolução destes tributos, mesmo notificada pela Equatorial Pará. Logo, em 29 de setembro de 2016 através do Ofício nº 530/2016 - SFF (Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira), a ANEEL deu início ao processo de fiscalização sobre os recursos operacionalizados pela Eletrobrás, portanto estes valores aguardam o encerramento desta fiscalização.

A Equatorial Pará estima que o processo de fiscalização será finalizado entre 2021 e 2022, porém a ANEEL não determinou os prazos para o término da fiscalização.

	2019	2018*
Circulante		
Encargos setoriais CCC	-	349.874
Não Circulante		
Encargos setoriais CCC	360.139	-
(-) Aquisição de combustível CCC	(105.467)	-
Total	254.672	349.874

(*) Reclassificação entre grupos, o qual anteriormente estava em "outras contas a pagar", para encargos setoriais CCC, para fins de melhor comparabilidade com o exercício atual.

27 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Consolidado)

A Companhia e suas controladas são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2019		2018	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	755.197	154.900	316.520	55.008
Fiscais	236.299	56.790	42.871	37.854
Trabalhistas	294.629	90.537	175.042	59.412
Regulatórias	6.122	-	8.946	-
PPA Equatorial Pará	-	-	266.903	-
Total	1.292.247	302.227	810.282	152.274
Circulante	254.775	3.052	47.236	4.068
Não Circulante	1.037.472	299.175	763.046	148.206

Com base nas normas contábeis de combinação de negócios, a Companhia avaliou os valores justos de todas as contingências identificadas na base das adquiridas, independentemente da probabilidade de serem materializadas, ao qual gerou um efeito líquido em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 111.526. Os principais processos, ainda em andamento, envolvidos nesta combinação de negócios, estão descritos nos itens de Cíveis e Trabalhistas, respectivamente. Detalhes gerais sobre a combinação de negócios estão descritas na nota explicativa nº 3.1.

Movimentação dos processos no exercício (Consolidado)

	2018	2019					
	Saldo	Aquisição de negócio (1)	Adições (2)	Utilizaçã o (3)	Reversão de provisão (4)	Atualização (5)	Saldo
Cíveis	419.332	163.380	210.992	(133.925)	(86.994)	182.412	755.197
Fiscais	205.797	13.984	13.491	(4)	(4.245)	7.276	236.299
Trabalhistas	176.207	179.633	102.123	(175.272)	(62.825)	74.763	294.629
Regulatórias	8.946	-	-	(3.372)	-	548	6.122
Total	810.282	356.997	326.606	(312.573)	(154.064)	264.999	1.292.247

	31/12/2017	31/12/2018					
	Saldo	Aquisição de negócio (6)	Adições(2)	Utilização (3)	Reversão de provisão (4)	Atualização (5)	Saldo
Cíveis	133.913	71.094	184.468	(141.847)	(97.902)	166.794	316.520
Fiscais	27.681	28	14.940	(36)	(5)	263	42.871
Trabalhistas	42.169	125.147	24.364	(14.635)	(76.039)	74.036	175.042
Regulatórias	8.377	-	-	-	-	569	8.946
PPA Pará	266.903	-	-	-	-	-	266.903
Total	479.043	196.269	223.772	(156.518)	(173.946)	241.662	810.282

- (1) Saldos provenientes da obtenção do controle da distribuidora de energia de Alagoas, Equatorial Alagoas. Ver detalhes na nota explicativas nº 3.1 – Combinação de negócios;
- (2) Contingências provisionadas no exercício;
- (3) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
- (4) Reversões realizadas no exercício;
- (5) Atualizações monetárias; e
- (6) Saldos provenientes do controle da Equatorial Piauí, em 17 de outubro de 2018.

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como rés em 45.001 processos cíveis em 31 de dezembro de 2019 (44.659 processos em 31 de dezembro de 2018), sendo que 16.099 tramitam em Juizados Especiais (27.654 processos em 31 de dezembro de 2018), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2019 é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da Companhias e das controladas e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 4.589.040 (R\$ 1.313.695 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2019	2018
Falha no fornecimento (i)	100.350	29.544
Incorporação de rede	4.227	-
Ressarcimento de obra	21.827	-
Morte por eletroplessão	109.720	37.064
Cobrança indevida (a) (h)	133.766	71.310
Reajuste contratual	6.058	-
Fraude questionada (b)	44.531	20.945
Cobrança	1.270	-
Corte indevido	12.491	7.642
Acidente com terceiros	44.463	30.314
Falha no atendimento	18.466	68.852
Quebra de contrato (f)	121.851	24.904
SPC/SERASA	2.775	-
Incêndio	5.872	1.947
Portaria do DNAEE	2.308	225
Acidente com animais	1.621	-
Danos elétricos	738	-
Danos não elétricos	1.030	-
Servidão de passagem	1.027	-
Regulatório (e)	88.083	-
Outras (c)	32.723	23.773
Total	755.197	316.520
Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2019	2018
Indenização por dano material	3.932.397	-
Falha no fornecimento (l)	570	153.387
Adequação de Rede	30.000	-
Morte por eletroplessão	13.258	10.512
Licitação	2.631	-
Acidente com terceiros	5.209	25.833
Quebra de contrato (d) (g)	253.534	297.062
Recadastramento iluminação pública	7.633	-
Cobrança	317	-
Acidente com animais	237	-
Incêndio	27.922	27.880
Portaria do DNAEE	12.330	10.255
Cobrança indevida (j) (k)	178.725	137.652
Queima de Equipamentos	1.256	-
Fraude questionada	1.681	148.844
Corte indevido	2.045	48.667
Falha no atendimento	6.455	159.620
Regulatório (e)	92.097	-
Danos elétricos	5	-
Outras (m)	20.738	293.983
Total	4.589.040	1.313.695

Principais assuntos cíveis	Descrição
Quebra de contrato	Demandas que versem sobre a quebra de contrato celebrado entre a Companhia e Prestadores de Serviços.
Morte por eletroplessão	Demanda que verse sobre acidente envolvendo pessoa de comunidade, que tenha resultado em morte - exceto colaborador ou terceirizado.
Cobrança indevida	Qualquer demanda que trate de reclamações de clientes por cobranças que acreditam ser indevidas.
Falha no fornecimento	Demanda que trata sobre a ocorrência de prejuízos materiais e morais decorrentes da falha no fornecimento de energia elétrica tais como oscilações e queda de energia. Estão excluídos os casos de morte e acidente.
Acidente com terceiro	Qualquer demanda que tenha como escopo acidente envolvendo pessoa de comunidade – excluindo-se colaboradores ou terceirizados - sem que tenha resultado em morte.
Fraude questionada	Ação do consumidor questionando atribuição de consumo não registrado pela concessionária e pedindo anulação da cobrança.
Ressarcimento de Obra	Pedido realizado para devolução dos valores despendidos com as instalações elétricas realizado por particular e que devem ser incorporadas ao patrimônio da concessionária de energia.
Falha no atendimento	Demanda envolvendo falha da área comercial ou técnica da empresa.
Corte indevido	Qualquer demanda que verse sobre a reclamação de clientes por suspensão no fornecimento, apesar da sua situação de adimplência.

- (a) A Equatorial Pará é parte em demanda ajuizada pelo SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto em Santa Isabel do Pará, registrada sob o número 0801302-24.2017.8.14.0049 (risco provável, provisão zero), que tem como objeto discussão a possibilidade de suspensão do fornecimento das contas contratos do autor.

Alega, em síntese, que a Equatorial Pará parcelou débitos pretéritos (R\$ 1.335) e inseriu a referida negociação nas faturas regulares de consumo mensal. Em razão disto, o valor mensal das faturas estaria ultrapassando a própria receita total do SAAE, o que inviabilizaria o pagamento.

Como as contas em atraso receberam reaviso de vencimento, com possibilidade real de suspensão de fornecimento, o autor requereu liminarmente a abstenção de corte, por se tratar de unidade pertencente à prestação de serviço essencial à população e, no mérito, que a Equatorial Pará fosse impedida de inserir nas faturas de consumo do ente quaisquer encargos ou multas relacionados com os fatos narrados na inicial, além da confirmação da obrigação de não cortar os serviços de água do Município.

Atualmente o processo encontra-se conclusos para decisão após a juntada pelo SAAE de réplica à contestação, ato realizado em 29/09/2018.

A demanda se encontra classificada como ação cominatória (onde se discute apenas obrigação de fazer), de risco de perda provável e com valor de provisão igual a zero, uma vez eventual condenação definitiva obrigariam a Equatorial Pará apenas a separar o parcelamento da dívida anterior das faturas atuais de consumo da autora e se abster de realizar suspensão do fornecimento, ambas obrigações sem custo.

Importante ressaltar que apesar do autor se insurgir contra a suspensão de fornecimento e a inclusão de negociação em suas faturas, este processo não discute os valores referentes a negociação anterior ou mesmo das faturas mensais de consumo, mas apenas sua exclusão das contas mensais para pagamento apartado (risco possível). O risco de perda provável se justifica, portanto, por haver jurisprudência no sentido de não permitir a suspensão de fornecimento a unidades que prestem serviços públicos essenciais à sociedade. Do mesmo modo, não há provisão associada por não haver discussão relativa a obrigação de pagar de qualquer forma, tampouco cancelamento ou revisão de faturas.

- (b) A Equatorial Pará é parte em demanda ajuizada pelo Município de Altamira, registrada sob o número 0006926-88.2018.8.14.0005 (risco provável, provisão zero), que tem como objeto discussão sobre a validade de fatura de consumo não registrado emitidas pela Concessionária em junho de 2016, no valor de R\$ 1.007 e, em novembro do mesmo ano, no valor de R\$ 460, em face da municipalidade.

Em referida causa foram apresentadas as seguintes pretensões: liminarmente a abstenção de cobrança e negatificação em relação ao débito questionado e, no mérito, a declaração de inexistência das faturas emitidas, com a apuração do real valor considerado como devido pela parte autora.

Atualmente o processo encontra-se paralisado em secretaria aguardo o início da instrução processual.

Estas faturas são decorrentes da extensão do parque de iluminação pública feita pelo Município, à revelia da Concessionária, os quais tinham como objetivo iluminar os assentamentos e habitações temporárias feitos para as obras da usina de Belo Monte. Estes valores, mesmo se revistos, não serão cancelados uma vez que houve efetivo consumo a maior que o contratado, já que se inseriu novos pontos de IP sem que isto fosse informado para acrescer ao faturamento normal. Empresa e Município mantem diálogo até hoje para tentar encontrar uma solução para pôr termo a demanda.

A demanda encontra-se classificada como ação cominatória, de risco de perda provável e com valor de provisão igual a zero, considerando a possibilidade de revisão das faturas, bem como, a pretensão expressada nos pedidos inseridos na petição inicial do caso visam, tão somente, a imposição de obrigações de fazer à empresa sem qualquer ordem para desembolso financeiro.

- (c) A Equatorial Pará, figura como parte no processo 0031306-39.2012.4.01.3900 (risco possível, valor de R\$ 88.000), que tem como autor o Ministério Público Federal - MPF e como objeto o pedido de suspensão de Resolução nº 3731/2012 – ANEEL que autorizou a Equatorial Pará a destinar os recursos das compensações por violação aos limites individuais de continuidade – DIC, FIC, DMIC, bem como, os relacionados ao nível de tensão em regime permanente (DRP e DRC), referentes ao período de fevereiro de 2012 até agosto de 2015, para realização de investimentos na área de concessão.

Em sua defesa, a Equatorial Pará alegou a legalidade do ato autorizativo da agência por ausência de vícios formais, posto que ele foi editado em benefício da Concessão e com o fim profícuo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, permitindo a retomada dos investimentos em uma Concessionária que se encontrava em crise operacional e financeira (evocação do princípio da prevalência do interesse público sobre o particular). Do mesmo modo, a Equatorial Pará refutou a tese de enriquecimento ilícito, ante o regramento imposto pela agência na Resolução.

A própria ANEEL também defendeu a legalidade de seu ato normativo no processo, ressaltando que a resolução acolheria o melhor interesse dos consumidores, permitindo mais rapidamente a melhoria da qualidade dos serviços que na sistemática anterior das compensações.

Estes argumentos foram preliminarmente acolhidos pelo Tribunal Regional Federal que, em sede de agravo, suspendeu a tutela antecipada parcialmente concedida. Posteriormente, tais argumentos levaram a publicação de sentença de completa improcedência da demanda proferida pela Seção Judiciária Federal de Belém-PA, restando pendente de julgamento o recurso de apelação do MPF, com prevenção à mesma Turma do TRF1 que já apreciou a questão jurídica em sede de agravo de instrumento.

Embora haja sentença de primeira instância de total improcedência, a Equatorial Pará continua a classificar a demanda como de risco possível, uma vez que inexistem nos tribunais superiores posicionamento jurisprudencial sobre o tema. A Equatorial Pará e seus consultores jurídicos acreditam que, apesar da classificação de risco possível, a sentença de improcedência tende a ser mantida nos Tribunais Superiores, uma vez que a Resolução Autorizativa da ANEEL questionada pelo MPF já teve sua vigência esgotada, produzindo todos os efeitos pretendidos, com notável salto na qualidade do fornecimento da concessão, o que reforça os argumentos de defesa da Equatorial Pará e da própria agência.

Em relação a perda financeira estimada, estima-se que a remota hipótese de procedência da demanda implicaria em um passivo líquido de devolução aos consumidores (A) de aproximadamente R\$ 41.067 (A=B-C). Estes valores são decorrentes da subtração dos valores devidos a título de compensação (B), que devidamente atualizados somariam R\$ 272.546, os quais, em caso de procedência, deverão ser devolvidos aos consumidores descontados dos valores referentes ao reconhecimento dos ativos realizados na concessão com estas compensações (C), implicando em uma receita tarifária calculada pela Equatorial Pará em pelo menos R\$ 231.479.

Salienta-se, por fim, que eventual mudança de posição do judiciário no processo não resultaria em desembolso financeiro direto para esta Companhia, mas na compensação destes valores nas faturas dos consumidores. Estima-se que o processo judicial ainda deva levar entre 24 e 36 meses para obter um desfecho final de mérito, considerando que certamente as partes levarão o tema para revisão das instâncias superiores (STJ e STF). Somente após este prazo as partes iniciariam eventual discussão de liquidação e compensação dos valores, sendo remoto qualquer execução em um cenário de 48 meses.

- (d) A Equatorial Pará é parte no processo 0026675-52.2013.8.14.0301 (risco possível, valor de R\$ 192.792) de rescisão de contrato e indenização por danos materiais e morais movido pela empresa Cred New Recuperação de Ativos e Serviços Ltda. onde a empresa alega quebra de contrato por supostamente ter tido parte dos serviços contratados transferidos para terceiras empresas, bem como ter tido seu faturamento abalado por falta de entrega de materiais e pagamentos extemporâneos, o que culminou com a impossibilidade de cumprir o contrato de obras e serviços firmados com a Equatorial Pará. Ela então requer a rescisão indireta do contrato, indenização por danos morais e materiais, tudo no valor de R\$181.792.

Em sua defesa, a Equatorial Pará sustenta que o contrato foi descumprido por culpa exclusiva da autora; que falseia a verdade e litiga de má-fé; já que os pagamentos foram corretos e pontuais à autora pelos serviços prestados; entrega de relatórios e fornecimento de materiais e ausência de qualquer ação ou omissão que implique em dano material e moral, indevida aplicação de multa contratual.

Em fevereiro de 2019 o processo foi sentenciado, tendo o magistrado de primeira instância acolhidos os argumentos da defesa, entendendo que a autora não trouxe prova de suas alegações, bem como que a Equatorial Pará não incorreu em qualquer ato que justificasse obrigação de indenizar a autora. Todos os pedidos foram julgados improcedentes.

Hoje o processo está aguardando julgamento da apelação no Tribunal de Justiça do Pará.

A demanda encontra-se classificada com risco de perda possível e valor de provisão R\$ 192.792. Estima-se que o processo não deve ter um desfecho definitivo em menos de trinta e seis meses.

- (e) A Equatorial Pará, figura como parte no processo 0009205-05.2010.8.14.0301 (risco possível, provisão valor de R\$ 1.400), que tem como autores a Agropecuária Rio do Ouro e Equibal Rodrigues de Almeida como objeto o pedido de indenização por danos morais, materiais e aluguéis pela área onde fora construída a rede elétrica para atender demanda do Programa Luz Para Todos e que teria fomentado a permanência dos invasores no local.

Em sua defesa, a empresa argumentou sobre a existência de ordem expressa da secretaria especial do Estado do Pará para que a rede vicinal referida na demanda fosse estendida para atendimento da população local, em razão da supremacia do interesse público sobre o particular, bem como, sobre o estrito cumprimento do dever legal conforme art. 31 da Lei 8987/1995, o que afastaria qualquer alegação de prática de ato ilícito. Do mesmo modo, defendeu o regular cumprimento do contrato de concessão mantido com a União, inexistindo, portanto, dever de indenizar quaisquer dos autores. Por fim, apresentou pedido de denúncia à lide do governo do Estado.

Após instrução processual, da qual também participou o governo, os argumentos de defesa apresentados não foram acolhidos e, em 2018 foi exarada sentença procedente condenatória que fixou indenizações por danos morais para os dois autores no importe total de R\$1.400, acrescido da quantia referente aos danos materiais, equivalentes aos aluguéis da área em que houve instalação da rede elétrica, a ser apurada por meio de liquidação. Em face de aludida decisão foi interposto recurso de apelação, o qual se encontra aguardando julgamento no Tribunal de Justiça do Estado desde julho do ano, anteriormente, referido.

Estima-se que o processo judicial ainda deva levar entre 24 e 36 meses para obter um desfecho final, com a ocorrência do trânsito em julgado da sentença de mérito, considerando que certamente as partes levarão o tema para revisão das instâncias superiores (STJ e STF). Somente após este prazo, os autos serão encaminhados para liquidação da quantia fixada em decisão condenatória e será iniciada a execução do valor estimado de perda, sendo remoto que qualquer exigência definitiva de desembolso ocorra em um cenário inferior aos, *supracitados*, 36 meses; e

- (f) A Equatorial Piauí é parte em demanda ajuizada pela Construtora Gautama (risco provável, provisão R\$ 61.240) em trâmite na 2ª Vara Cível de Teresina, registrada sob o número 0009370-47.2010.8.18.0140, que tem por objeto a regularidade da rescisão contratual unilateral.

Alega em síntese que a Equatorial Piauí rescindiu de forma indevida os contratos em decorrência de operação da Polícia Federal e, em razão disso, requer indenização por danos materiais, lucros cessantes e reajuste de preços.

Atualmente o processo encontra-se concluso ao Desembargador relator, sendo importante relatar que a Apelação protocolada pela Equatorial Piauí fora recebida no efeito devolutivo e suspensivo. Com isso, o efeito da sentença que condenou a empresa ao pagamento de valor certo encontra-se suspensa.

A demanda encontra-se classificada como de risco provável e valor total de provisão de R\$ 61.240, considerando-se a atualização do valor fixado na sentença.

- (g) A Equatorial Piauí é parte em demanda ajuizada pela Moana - Premoldados e Construções Ltda. em trâmite na 2ª Vara Cível de Teresina, registrada sob o número 0006504-37.2008.8.18.0140 (risco provável, provisão R\$ 10.000), que tem por objeto o suposto descumprimento contratual.

Alega em síntese que a Equatorial Piauí atrasou no pagamento de faturas de obras e, em razão disso, requer indenização em danos morais e materiais a serem liquidados.

Atualmente o processo encontra-se pendente de análise do recurso de Apelação. Anteriormente houve sentença condenando a empresa ao pagamento de danos morais e materiais a serem liquidados.

A demanda encontra-se classificada como de risco provável e com valor total de provisão igual a R\$ 10.000, considerando-se a sentença proferida e o posicionamento reiterado do Poder Judiciário local.

- (h) A Equatorial Piauí é parte em demanda ajuizada pela Município de Agua Branca e outros em trâmite na 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública em Teresina, registrada sob o número 0012732-04.2003.8.18.0140 (risco provável, provisão 38.080), que tem por objeto a suposta cobrança indevida de valores.

Alega em síntese que a Equatorial Piauí compensou valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado e, em razão disso, requer a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, bem como a repetição do indébito desses valores.

Atualmente o processo encontra-se em fase de instrução, estando pendente de realização de laudo pericial.

A demanda encontra-se classificada como de risco provável e com valor total de provisão igual a R\$ 38.080, considerando-se o posicionamento do Poder Judiciário em processo similar.

*) A controlada figura como parte no processo 0037357-09.2015.4.01.3400, que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí – SINTEPI e como objeto o pagamento dos valores referentes a cota participação da empresa para o Plano de Benefícios Definido Saldado referente ao período que não foram vertidas as contribuições patronais e a indenização por dano aos participantes do plano.

Em sua defesa, a controlada argumentou a existência de coisa julgada material, a ilegitimidade ativa do Sindicato, a inépcia da inicial, a prescrição, a regularidade do saldamento do plano e a inexistência de dano moral.

O processo está em fase de instrução. A contingência é classificada com prognóstico de risco possível, com exigibilidade de longo prazo e com valor atualizado de R\$ 119.474.

No processo de aquisição, o valor justo apurado na combinação de negócios pela Companhia, em 31 de dezembro de 2019, ficou em R\$ 97.720.

- (i) A Equatorial Alagoas é parte em Ação Civil Pública tombada sob o número 0000687-73.2010.8.02.0202 (risco provável, provisão 6.383), manejada pela Prefeitura Municipal de Água Branca sob o argumento de compelir a Equatorial Alagoas a realizar serviços de manutenção e adequação da rede elétrica, que serve aos habitantes de diversos povoados situados na área geográfica da cidade de Água Branca, tais como, Pipoca, Covões de Baixo, Cansação, Barrados, Cal, Estrito, Jardim, Lagoa das Pedras, Moreira de Baixo, Olho D'Água das Pedras, Papaterra, Queimadas, Serra do Cavalo, Sítio Alto da Boa Vista, Sítio Caixãozinho, Sítio Cansação, Sítio Conceição, Sítio Olaria, Sítio Tamandaré, Sítio Mercado, Tabuleiro e Povoado Várzea do Pico.

Foi proferida decisão liminar estabelecendo um prazo de 07 dias para apresentação de plano de regularização do fornecimento e adequação da rede, com 60 dias para conclusão das atividades.

Em agravo de Instrumento a liminar foi modificada para ampliação do prazo para conclusão do plano em até 100 dias.

Em 16 de novembro de 2011 a Equatorial Alagoas apresentou manifestação nos autos informando o cumprimento do plano de melhoria. O município apresentou manifestação alegando o descumprimento do plano, pleiteando a aplicação da multa estabelecida e a procedência da ação.

Foi proferida sentença condenando a Equatorial Alagoas à execução de obras para substituição de postes de madeira por postes de cimento, revisão de toda a fiação contida no Município, poda de árvores, substituição de eventuais equipamentos e dispositivos que estejam precários, tais como fios, cruzetas, isoladores, chaves fusíveis e chaves facas ao longo da rede de distribuição de energia e, ainda, proceder às instalações de transmissão de acordo com as instruções dos procedimentos de rede, com as regras vigentes e com as que vierem a ser emanadas da ANEEL ou do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Em 21 de janeiro de 2019 foi proferida decisão declarando a nulidade da intimação da sentença condenatória, abrindo-se novo prazo para apresentação do recurso de apelação. Nessa decisão, a fundamentação do juiz se baseia na ocorrência de vício no procedimento adotado pelo juiz anterior, o que poderá acarretar a nulidade da decisão de primeira instância.

Em fevereiro de 2019 foi apresentado recurso de apelação com pedido de efeito suspensivo no tocante à liminar proferida, de forma a evitar a incidência da multa estabelecida anteriormente. O município demandante não apresentou contrarrazões.

Em 13 de maio de 2019 foi apresentado pedido de concessão de efeito suspensivo à apelação pela Equatorial Alagoas, que restou tombado sob o Processo N.º 0802674-23.2019.8.02.0000. Atualmente a apelação e o pedido de suspensão de liminar estão pendentes de apreciação no Tribunal de Justiça. A demanda encontra-se classificada como provável.

- (j) A Equatorial Alagoas é parte ré na Ação Civil Pública tombada sob o número 0038260-55.2015.8.07.0001 (risco possível, valor de R\$ 3.896.213), inicialmente em trâmite na 18ª Vara Cível de Brasília, movida pela Associação Nacional de Consumidores- ANDECO em desfavor da Eletrobrás Amazonas, Eletrobrás Acre, Eletrobrás Alagoas, Celg, Eletrobrás Piauí, Eletrobrás Rondônia e Eletrobrás Roraima, tendo atribuído à causa o valor de R\$ 27.079.631, resultante da soma dos supostos valores devidos pelas reclamadas, sendo o valor arbitrado/alegado específico para a Equatorial Alagoas o valor histórico de R\$ 1.948.106.

A ação discute o rateio na tarifa dos valores de perdas não técnicas, solicitando o ressarcimento em dobro aos consumidores regulares dos valores pagos entre 2010 e 2014. A demandante pleiteia ainda a anulação de todas as resoluções da ANEEL que permitem a inclusão nas faturas dos valores de perdas não técnicas e técnicas.

A contestação foi regularmente apresentada e o pedido liminar foi indeferido pelo juízo que atuou originalmente na demanda. Posteriormente, o processo foi redistribuído para a 21ª Vara Federal de Brasília, sob o n.º. 0049984-11.2016.4.01.3400, com despacho inicial mantendo os atos praticados até então na esfera cível e determinando a intimação da ANEEL e da União para apresentação de defesa, com posterior réplica autoral.

Em 08 de outubro de 2019 os pedidos foram julgados improcedentes, sendo opostos Embargos de Declaração pela ANDECO, os quais estavam pendentes de julgamento em 31 de dezembro de 2019. O processo está classificado como de risco possível.

- (k) A Equatorial Alagoas é parte na Ação Civil Pública tombada sob o número 0004706-85.2006.8.02.0001 (risco possível, valor de R\$ 12.175) proposta pela ASSOBRAEE - Associação Brasileira de consumidores de água e energia elétrica, tendo por objeto a declaração de nulidade das Portarias n. 38/86 e 45/86 editadas pelo DNAEE, bem como a restituição do indébito. O valor da causa apresentado na petição inicial foi de R\$ 12.175.

A Equatorial Alagoas apresentou sua defesa alegando, em síntese, a ilegitimidade *ativa ad causam*, bem como ser indevida aplicação dos reajustes pleiteados. Foi proferida sentença em 05 de junho de 2019 julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados, limitando eventual diferença ao período de congelamento dos preços (março a novembro de 1986).

Em face da sentença foram opostos embargos de declaração requerendo a manifestação do Juízo acerca da “ilegitimidade passiva” da parte autora para representar consumidores alagoanos e muito menos usuários industriais.

Autos aguardando julgamento dos embargos, estando o citado recurso pendente de julgamento em 31 de dezembro de 2019. O processo está classificado como de risco possível.

- (l) A Equatorial Alagoas é parte ré em uma ação de indenização tombada sob o número 0722838-08.2013.8.02.0001 (Risco possível, valor de R\$ 12 em 2019 e R\$ 4.347 em 2018), na qual a Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas – CASAL pleiteia lucros cessantes, sob o argumento de que as constantes falhas no fornecimento prejudicaram o abastecimento de água, causando-lhe um prejuízo financeiro da ordem de R\$ 4.346.

A contestação foi apresentada regularmente, aventando, entre outras matérias, a prescrição do direito. O processo encontra-se em fase de instrução, ainda sem decisão de primeira instância.

O processo está classificado como de risco possível, tendo em vista que ainda não há sequer decisão de primeira instância, bem como as matérias debatidas na defesa.

- (m) A Equatorial Alagoas é parte ré no Processo 0718697-38.2016.8.02.0001 (risco possível, valor de R\$ 7 em 2019 e R\$ 36.841 em 2018), proposto por Monreal na qual pleiteia indenização por danos que teriam sido causados pela Equatorial Alagoas na condução de contrato celebrado entre as partes, com valor global de R\$ 7.100, rescindido em 15 de janeiro de 2012.

Contestação apresentada regularmente, defendendo, entre outras questões, a prescrição do direito de ação.

Foi determinada a realização de avaliação pericial, havendo impugnação por parte da Equatorial Alagoas à proposta de honorários periciais apresentada. O processo ainda está pendente de decisão sobre os honorários periciais para posterior realização da perícia e continuidade da instrução processual. O processo está classificado como de risco possível, tendo em vista que ainda não há sequer decisão de primeira instância, bem como as matérias debatidas na defesa.

Fiscais

A Companhia e suas controladas figuram como rés em 571 processos fiscais 31 de dezembro de 2019 (316 processos em 31 de dezembro de 2018) representado pelo montante de R\$ 236.299 (R\$42.871 em 31 de dezembro de 2018).

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da Companhias e das suas controladas e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 211.090 (R\$ 84.386 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2019	2018
ISS	277	-
ICMS	31.236	4
CIP	203	-
Débito tributário	1.749	-
PIS/COFINS	53.102	42.777
Planos econômicos	146.745	-
Outras	2.987	90
Total	236.299	42.871

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2019	2018
PIS/COFINS	7.227	28.208
ISS	2.720	373
ICMS	176.199	16.735
ICMS, PIS e COFINS	1.424	-
IPTU	19	-
ICMS, TUSD e TUST	350	-
CSLL, PIS e COFINS	377	-
Multa por infração	7.833	-
Repasse PIS/COFINS na fatura	178	793
Débito tributário	158	-
CIP	60	252
TIP	-	100
Outras	14.545	37.925
Total	211.090	84.386

Principais assuntos fiscais	Descrição
Planos econômicos	Qualquer ação que se refere aos efeitos de Planos Bresser
ICMS	Qualquer ação que exija o pagamento de ICMS ou questione a cobrança de ICMS, excluídas as ações em que a Equatorial é ré, onde se questione a cobrança de ICMS sobre a demanda contratada.

- (a) Em 01 de abril de 2015 entrou em vigor o decreto n. 8.426/2015 que restabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Equatorial Maranhão entende que esse decreto não somente cometeu violação clara ao princípio da legalidade em matéria tributária, mas também ao princípio de não cumulatividade e ao disposto no art.195, § 9º e 12º, da Constituição Federal. Diante disso a Equatorial Maranhão optou por provisionar e depositar em juízo os valores apurados.

O PIS e COFINS sobre receita financeira foi questionado judicial em razão da ilegalidade da cobrança, optando, a Equatorial Maranhão por efetuar o depósito em juízo, estando o valor integralmente garantido.

Os débitos relacionados às demandas de planos econômicos já foram quitados e aguardam homologação. Quando as demandas de ICMS. Pode-se considerar os casos das notas explicativas ao lado como sendo os casos relevantes, ainda que tais casos já estejam com o crédito parcelado ou ainda em fase administrativa.

- (b) O item ICMS se refere a controlada Equatorial Alagoas, recém adquirida, a qual figura como parte em processo judicial que trata do recolhimento de ICMS subclasse (já parcelado), bem como em questionamentos ainda em fase administrativa, como ICMS Subvenções/descontos tarifários; ICMS não destacado no fornecimento; ICMS: Crédito fiscal CIAP; ICMS supostamente não recolhido; ICMS e de FECOEP não destacados no fornecimento. Estima-se que os processos administrativos tenham início na esfera judicial em curto e médio prazo.
- (c) A Equatorial Alagoas é parte no processo nº 0703311-94.2018.8.02.0001, tratando-se de Execução Fiscal de ICMS sobre subclasse de consumo no valor de R\$53.487, já incluídos em parcelamento. Demanda suspensa guardando quitação do parcelamento para extinção.
- (d) A Equatorial Alagoas é parte no processo administrativo fiscal nº 1500-41669/2017 (70.63802-003), no qual foi autuada em R\$ 53.487 por supostamente deixar de oferecer à tributação a parcela referente aos descontos tarifários (subvenção) custeada pela CDE, durante o período fiscal de 02/2013 a 09/2017, aos consumidores descritos no art. 1ª do Dec. Fed. 7.891/2013.
- A demanda foi devidamente impugnada, uma vez entender indevida a inclusão da subvenção na base de cálculo do ICMS. O Fisco manteve os termos da autuação em primeiro grau, julgando procedente o auto de infração. Ante tal decisão, fora interposto o Recurso Ordinário nº 1500-041669/2017, o qual aguarda julgamento.
- (e) A Equatorial Alagoas é parte no processo administrativo fiscal nº 1500-39599/2017 (70.63802-002), com valor de R\$ 30.744, no qual o Fisco de Alagoas, para resguardar seu direito quanto a decadência do crédito tributário lançou o AI

70.63802-002, em cumprimento a decisão judicial proferida no proc. 0705560-57.2014.8.2.0001, lavrando este Auto sem penalidades (período autuado de 01/06/2014 a 31/07/2017.).

O julgamento Administrativo foi tido como prejudicado em face da concomitância de discussão judicial e administrativa sobre a matéria discutida no AI nº 70.63802-002.

Em recurso, arguiu-se que não deve ser reconhecida a prejudicialidade do julgamento em razão da discussão judicial, pois a lide fora ajuizada por terceiro (CASAL) em face da defendente, em desacordo com a hipótese normativa que prevê a prejudicialidade do julgamento em razão de discussão judicial. No mérito, fundamentou-se o recurso na falta de legitimidade passiva do contribuinte autuado, devendo ser a CASAL o sujeito passivo direto a quem o Estado deverá direcionar a cobrança. Aguarda-se julgamento.

- (f) A Equatorial Alagoas é parte no processo administrativo fiscal nº 1500.004831/2018 (70.66638-003), no valor de R\$ 5.582, tratando-se de autuação em razão de ter supostamente deixado, o contribuinte, de recolher o ICMS sobre o fornecimento de energia à CASAL nos períodos de 08 -12/2017 por cumprimento de decisão judicial em ação ajuizada pela CASAL, visando a não decadência do crédito tributário, conforme informações prestadas ao fisco em razão do convênio ICMS n. 115/2003.

Arguiu-se a ilegitimidade passiva da Equatorial Alagoas, em razão da CASAL ser o contribuinte. Ademais, por se enquadrar, a Equatorial Alagoas, como concessionária de serviço público, inexistiu ausência de repasse o ICMS ao fisco. Ao inverso, a Equatorial Alagoas, em virtude do cumprimento de decisão judicial que determinou a obrigação de não recolher ICMS incidente nas faturas emitidas à referida companhia, deixou de cobrar o referido imposto. Aguarda-se julgamento.

- (g) A Equatorial Alagoas é parte no processo administrativo fiscal nº 70.68297-001, no valor de R\$ 23.730, o qual corresponde a lançamento no Livro de Apuração do ICMS crédito fiscal decorrente de aquisições de ativo imobilizado em supostos valores divergentes daqueles registrados em Escrituração Fiscal Digital – EFD, decorrendo em suposto aproveitamento de crédito em parcela superior.

Foi solicitada a realização de perícia, a qual foi deferida e já nomeamos assistentes e apresentados quesitos em 02/01/2020. Aguarda-se designação de data da perícia.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista, em 31 de dezembro de 2019, da Companhias e das suas controladas é composto por 4.110 reclamações ajuizadas (4.631 processos em 31 de dezembro de 2018), representado pelos montantes R\$ 339.459 (R\$175.042 em 31 de dezembro de 2018) por ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da Companhias e das suas controladas e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 78.138 (R\$ 192.387 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2019	2018
Hora extra	28.452	17.040
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	17.814	-
Responsabilidade subsidiária	16.047	46.584
Acidente de trabalho	17.922	17.419
Doença ocupacional/profissional	3.680	2.885

Gratificação	1.340	-
Reintegração no emprego	7.668	4.928
Reajuste salarial	4.528	-
Jornada de trabalho	1.716	-
Auxílio alimentação	167	1.366
Terceirização	78	-
Penosidade	117.084	-
Concurso público	3.722	-
FGTS	18.650	-
Plano de saúde	2.081	-
Desligamento voluntário	4.112	-
Verbas rescisórias	7.887	-
Seguro de vida	1.277	-
Estabilidade provisória	235	1.467
Periculosidade	4.546	1.573
Assédio moral	70	-
Danos morais	5.120	3.970
Equiparação salarial	1.848	-
PDI - Programa de Demissão Incentivada	5.817	-
Processo administrativo disciplinar	705	-
Outras	22.063	77.810
Total	294.629	175.042

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2019	2018
Hora extra	2.067	2.519
Responsabilidade subsidiária	44.633	90.431
Acidente de trabalho	4.751	14.961
Doença ocupacional/profissional	872	1.873
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	69	-
Reintegração no emprego	566	430
Auxílio alimentação	637	-
FGTS	399	-
Plano de saúde	101	-
Equiparação salarial	4.494	-
Verbas rescisórias	1.164	-
Gratificação	400	-
Terceirização ilícita	10.300	-
Periculosidade	182	595
Danos morais	4.205	1.913
Greve	358	-
Outras	2.940	79.667
Total	78.138	192.389

Principais assuntos trabalhistas	Descrição
Auxílio alimentação	Qualquer demanda que tenha por objeto principal o pleito de auxílio alimentação.
Acidente de trabalho	Qualquer demanda que tenha por objeto a ocorrência de acidente de trabalho envolvendo empregados da empresa.
Horas extras	Qualquer demanda que tenha por objeto principal o pleito de hora extra.
FGTS	Qualquer demanda que tenha por objeto principal o pleito de recolhimento de FGTS ou multa rescisória.
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	Pedido de pagamento de verbas devidas a título de plano de cargos e salário da empresa.
Responsabilidade subsidiária	Qualquer demanda que envolva empregado de empresa terceirizada sendo a Equatorial incluída no polo passivo como responsável subsidiária ou solidária.

A movimentação de saldos entre 2018 e 2019 foi influenciado pelo acordo do Plano Bresser na Equatorial Alagoas. Através de uma ação proposta pelo Sindicato com o objetivo de obter diferenças salariais decorrentes da implantação do denominado Plano Bresser, instituído pelo Decreto-Lei n.º 2.335, de 12 de junho de 1987. O acordo foi celebrado no valor total de R\$356.000, a ser pago em 18 parcelas a serem pagas no período entre abril de 2018 até novembro/19, o acordo foi cumprido integralmente, sendo realizado o pagamento da 18ª parcela em novembro de 2019.

- (a) A Equatorial Piauí, figura como parte no processo 0001793-08.2012.5.22.0004, que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí – SINTEPI e como objeto o reconhecimento do auxílio alimentação como verba salarial, o pagamento dos reflexos no período imprescrito e o pagamento do auxílio alimentação para os inativos.

Em sua defesa, a empresa argumentou que o auxílio alimentação tinha caráter apenas indenizatório e que os acordos coletivos expressamente informavam que era um benefício sem natureza salarial.

Após instrução processual, os argumentos da defesa apresentados não foram acolhidos, e em 2013 foi exarada sentença pagar em quarenta e oito horas após o trânsito em julgado desta decisão, acrescido dos encargos legais, além de honorários advocatícios de 15% sobre o valor da condenação, os valores suprimidos em maio/2012 a título de auxílio-alimentação aos substituídos, nas mesmas condições antes efetivadas, até a data de implementação em contracheque, bem como os reflexos em férias + 1/3, 13º salário, FGTS, horas extras e demais verbas salariais que tenham pertinência com a diferença concedida e determinou que a Reclamada determinando que a Reclamada assegure o pagamento, imediatamente, aos substituídos, nas mesmas condições antes efetivadas, dos valores suprimidos em maio/2012 a título de auxílio-alimentação, com integração ao salário para todos os efeitos legais e reflexos em férias + 1/3, 13º salário, FGTS, horas extras e demais verbas salariais que tenham pertinência com a diferença deferida.

Em face da sentença foram interpostos embargos de declaração e posterior recurso ordinário. O acórdão do TRT da 22ª Região ampliou a condenação para estender aos inativos os mesmos direitos reconhecidos em sentença aos empregados ativos.

Em face do acórdão foram interpostos embargos de declaração e Recurso de Revista. O TST conheceu o recurso apenas em relação à prescrição aplicável e declarou prescrição da pretensão de incorporação do auxílio-alimentação aos salários dos trabalhadores que tiveram o vínculo de emprego rescindido antes de 12/7/2010. O processo transitou em julgado em 29/09/2017.

O processo está em fase de execução. A Equatorial Piauí através da Ação Rescisória nº 0080059-74.2019.5.22.0000 suspendeu a execução dos inativos. Em relação aos ativos, tanto o Sindicato, como a empresa e o perito contábil já apresentaram os seus cálculos.

A demanda foi classificada como de risco provável, curto prazo e no valor de R\$ 96.583.

*) A controlada Equatorial Piauí, figura como parte na parte no processo 0000407-37.2017.5.22.0110, que tem como autores os familiares do ex-empregado Demerval Martins Soares e como objeto o pedido de indenização por dano material e moral após o falecimento em acidente de trabalho.

Em sua defesa, a controlada argumentou a inexistência de responsabilidade objetiva, a culpa exclusiva de terceiro, a inexistência de dano moral e material.

Em sede de liminar, foi deferida pensão no valor de R\$ 4. Após instrução processual, os argumentos da defesa apresentados não foram acolhidos, e em 2018 foi proferida sentença condenando a empresa a pagar a cada um dos autores o valor de R\$ 81 a título de dano moral e a quantia correspondente ao somatório das pensões mensais concedidas à Requerente a título de indenização por danos materiais, fixando como base de cálculo a pensão de R\$ 4, como termo inicial a data do falecimento (30/12/2016) e como termo final a data em que o falecido completaria 75 anos de idade (28/03/2036), deduzindo-se os valores pagos a título de pensão por força da liminar deste Juízo.

Em face da sentença foram interpostos embargos de declaração e posterior recurso ordinário. O acórdão do TRT da 22ª Região deu provimento para reduzir o valor da indenização por dano material a ser pago à 1ª Reclamante, ao quantum correspondente ao somatório das pensões mensais concedidas, fixando como base de cálculo a pensão de R\$ 4, como termo inicial a data do falecimento (30/12/2016) e como termo final a data em que o falecido completaria 75 anos de idade (28/03/2036) (240 meses), deduzindo-se os valores pagos, bem como observando a aplicação de redutor, na proporção de 30% (trinta por cento) à condenação ao pagamento de indenização por danos materiais (parcela única - CC, art. 950, p.u). Danos morais reduzidos ao valor de R\$ 150, pro rata (CC, arts. 186, 187 e 944, parágrafo único); conhecer do Recurso Adesivo dos reclamantes e dar-lhe provimento, para deferir a verba honorária de 10% sobre o valor da condenação.

Em face do acórdão do TRT, foram apresentados embargos, já julgados e não acolhidos. A Equatorial Piauí então apresentou Recurso de Revista e após a denegação de seguimento, foi interposto o agravo de instrumento.

A contingência é classificada com prognóstico de risco provável, com exigibilidade de médio prazo e com valor atualizado de R\$ R\$ 1.201.

No processo de aquisição, o valor justo apurado na combinação de negócios pela Companhia, em 31 de dezembro de 2019, ficou em R\$ 12.703.

- (b) A Equatorial Alagoas é parte ré na Ação Civil Pública nº 0001962-58.2012.5.19.0010 movida pelo Ministério Público do Trabalho com o objetivo de condenar a empresa a: (a) adotar, em todas as intervenções em instalações elétricas, medidas preventivas de controle de risco elétrico e de outros adicionais, mediante técnicas de análise de riscos, de forma a garantir a segurança e saúde do trabalhador (NR 10); (b) manter nas equipes de trabalho um trabalhador em condições de exercer a supervisão e condução dos trabalhadores; (c) conceder período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho; (d) abster-se de prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 horas diárias. No mérito, requer: (a) a confirmação da liminar; a condenação da empresa a: (b) adotar como medida de proteção coletiva preventiva a desenergização elétrica e, quando possível, a tensão de segurança; (c) orientar e treinar o trabalho sobre o uso adequado, guarda e conservação dos equipamentos de proteção individual; (d) a cominação de multa no valor de R\$ 100 por descumprimento de cada obrigação; (e) pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 1.000, a ser revertido ao FAT.

A Equatorial Alagoas apresentou regularmente a defesa, informando o cumprimento de todas as normas de segurança de trabalho, bem como comprovando a disponibilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

Em 09/12/2016, foi proferida sentença que julgou procedentes, em parte, os pedidos do MPT para condenar a Equatorial Alagoas a: (a) ao cumprimento integral da NR 10 do MTE, comprovando, no prazo de 90 dias, contados do trânsito, a adoção de medidas no sentido de cumprimento integral da NR, sob pena de aplicação de multa diária; (b) ao pagamento da indenização no valor de R\$ 500 a título indenização dos danos morais coletivos, a ser revertido para instituição ou instituições sem fins lucrativos, indicadas pelo autor e referendadas pelo juízo; (c) pagamento de custas no valor de R\$ 10, calculadas sobre o valor de R\$ 500 arbitrados à condenação.

Após a apresentação de Recurso Ordinário pela Equatorial Alagoas, o Tribunal Regional do Trabalho reformou parcialmente a decisão, reduzindo os danos morais coletivos para R\$ 200.

A Equatorial Alagoas apresentou Recurso de Revista e, em razão de sua inadmissão no Tribunal de origem, Agravo de Instrumento para seguimento do mesmo, sendo este recebido pelo TST em 02 de dezembro de 2019. O processo está classificado como de risco provável.

- (c) A Equatorial Alagoas é parte na Ação Civil Pública tombada sob o número 0100071-78.2018.5.01.0049 proposta pelos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas dos Estados de Amazonas (STIU/AM), Rondônia (SINDUR), Acre (STIU/AC), Alagoas (STIU/AL) e Piauí (SINTEPI) contra Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS), Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AMAZONAS ENERGIA), Centrais Elétricas de Rondônia (CERON), Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE), Equatorial Alagoas, Equatorial Piauí. A ação foi distribuída à 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro.

Os Sindicatos alegam que o Edital de Convocação para a 170ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobrás, que colocou em pauta para aprovação no dia 08 de fevereiro de 2018 a transferência do controle acionário de todas as distribuidoras, sem elaboração prévia de estudo de impacto nos contratos de trabalho, resultaria em lesão e ameaça de lesão a direitos coletivos lato sensu das categorias profissionais representadas (direito ao trabalho e à busca do pleno emprego, à informação e participação e à probidade e boa-fé no âmbito dos contratos de trabalho), requerendo ao dinal a anulação do ato administrativo. Em 07 de fevereiro de 2018 a liminar foi indeferida.

Em 04/06/2018, em sede de novo pedido de tutela de urgência formulado pelos Sindicatos, a liminar foi parcialmente deferida, para que as requeridas se abstenham de dar prosseguimento ao processo de privatização, apresentem, individualmente ou de forma coletiva, no prazo de até 90 dias após a ciência da decisão, estudo sobre o impacto da privatização nos contratos de trabalho em curso nas empresas constantes da inicial e nos direitos adquiridos por seus empregados, sob pena de pagamento de multa de R\$1.000.

Em 06/06/2018, a Eletrobrás e a União impetraram mandado de segurança perante o TRT-1 (MS 0101029-17.2018.5.01.0000) visando cassar a decisão proferida na ACP. O pedido liminar foi indeferido pela relatora, Desembargadora Giselle Bondim Lopes Ribeiro.

Em 08/06/2018, a União ajuizou pedido de suspensão de liminar perante o TRT-1 (SLAT 0002121-22.2018.5.01.0000), o que foi deferido pelo Desembargador Fernando Antônio Zorzenon da Silva, Presidente do TRT-1, tendo sido determinada a suspensão da liminar proferida na ACP em referência.

Os Sindicatos ajuizaram Cautelar Incidental 0101101-04.2018.5.01.0000 requerendo cassação dos efeitos da liminar concedida na SLAT 0002121-22.2018.5.01.0000, o que foi inicialmente indeferido pelo Desembargador Relator Enoque Ribeiro dos Santos. Em sede de agravo regimental, o Órgão Especial do TRT-1, sob relatoria da Desembargadora Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, deferiu o pedido liminar dos Sindicatos para cassar a decisão proferida, restabelecendo os efeitos da tutela de urgência deferida na ACP em referência.

A União ajuizou a SLAT 1000593-60.2018.5.00.0000 perante o TST requerendo suspensão da liminar concedida na Cautelar Incidental 0101101-04.2018.5.01.0000, o que foi deferido pelo Ministro Brito Pereira, cassando os efeitos da liminar concedida pelo TRT-1 e restabelecendo os efeitos da decisão proferida na SLAT 0002121-22.2018.5.01.0000, que suspendera os efeitos da tutela de urgência deferida na ACP em referência.

Em 19/11/2018, foi proferida sentença tornando sem efeito a 170ª AGE ocorrida em fevereiro, determinando que as requeridas se abstivessem de dar prosseguimento ao processo de privatização ou liquidação e que apresentassem individualmente estudo sobre o impacto da privatização nos contratos de trabalho em curso, no prazo de 120 dias, sob pena de multa de R\$ 1.000.

Contra a sentença que julgou procedentes os pedidos, as partes opuseram embargos de declaração e recurso ordinário. As Requeridas apontaram ilegitimidade ativa, incompetência da Justiça do Trabalho, perda do objeto da ação, diante da realização da AGE em 08/02/2018, e, no mérito, imposição de obrigação sem amparo em lei e desnecessidade de estudo de impacto.

O MPT apresentou novo parecer em 03/09/2019, reiterando os termos do parecer anterior e opinando pelo conhecimento e provimento dos recursos ordinários dos réus e da União.

A Turma, por unanimidade, conheceu dos recursos ordinários interpostos pelas reclamadas, rejeitou as preliminares de nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação válida arguidas pelas reclamadas e, no mérito, por maioria, rejeitou a arguição de perda superveniente do objeto da ação, para, ao final, negar provimento aos recursos ordinários das rés e manter a sentença que tornou "sem efeito a 170ª AGE ocorrida em fevereiro do corrente ano que decidiu pela venda das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica (EDEs), assim como os desdobramentos".

Em face da decisão foram opostos Embargos de Declaração que estão pendentes de julgamento no Tribunal Regional do Trabalho.

O processo está classificado como de risco possível, com um valor de R\$ 415 por se tratar de processo anulatório de ato administrativo, sem pedido de condenação em danos.

- (d) A Equatorial Alagoas é parte ré na Ação Civil Pública tombada sob o número 0120900-31.2006.5.19.0007 proposta pelo Ministério Público do Trabalho na qual requer, liminarmente, sob pena de multa no valor de R\$10: (a) a abstenção da empresa de terceirizar, através de empresas interpostas, serviços relacionados ao cargo de auxiliar de eletricitista e eletricitista; (b) contratação direta no regime da CLT de empregados para o exercício do cargo de auxiliar de eletricitista e eletricitista, em especial aos candidatos aprovados em concurso público que estão aguardando a contratação, com vinculação ao quadro de empregados permanente. No mérito: (a) a confirmação do pedido de tutela antecipada; (b) o pagamento de indenização por danos coletivos no total de R\$ 800.

A defesa foi apresentada regularmente, tendo sido designada audiência de conciliação em que as partes firmaram acordo nos seguintes termos: (a) Equatorial Alagoas assume a obrigação de fazer consistente na contratação direta no regime da CLT de empregados para o exercício das funções em causa, com vinculação dos referidos trabalhadores a seu quadro de empregados permanente; (b) Equatorial Alagoas obriga-se a se adaptar as condições do termo em conformidade com as etapas previstas no "Cronograma de Redução de Terceirização"; (c) multa no valor de R\$ 100 reversível ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador em caso de eventual descumprimento de cada uma das etapas de encerramento dos contratos de terceirização previstas no "Cronograma de Redução da Terceirização"; (d) Equatorial Alagoas obriga-se a franquear o acesso do MPT e do Sindicato aos documentos e informações relativas ao cumprimento do acordo judicial.

Em 30/07/2014, após novas tratativas, as partes concordaram em pôr fim à execução do acordo judicial, substituída por novo acordo, no qual a Companhia se comprometeu a (i) se abster de terceirizar os serviços integrantes de sua atividade-fim, notadamente os serviços executados pelos ocupantes da função de Auxiliar Técnico – Função Eletricitista; (ii) contratar diretamente, no regime CLT, os trabalhadores admitidos para o exercício da função de Auxiliar Técnico – Função Eletricitista. A empresa se comprometeu a cumprir integralmente o acordo até 31/05/2019, sob pena de pagamento de multa de R\$ 20, a ser calculada na proporção de cada trabalhador encontrado em situação desconforme com o acordo.

Diante da manifestação do Parquet apontando descumprimento do novo acordo, as partes firmaram um aditivo em 21/06/2017, no qual a Companhia se comprometeu a convocar e concluir a contratação de todos os candidatos aprovados no curso de formação até 31/05/2019, perfazendo o quantitativo de 360 pessoas.

Em 22/07/2019, a Companhia peticionou nos autos requerendo a extinção do feito, tendo em vista a superveniência de fatos modificativos e extintivos do direito sobre o qual se funda a ação, quais sejam: (i) a desestatização da CEAL e a transferência do seu controle acionário para a EQUATORIAL, com sua consequente subordinação ao regime jurídico das empresas privadas; (ii) a declaração de licitude da terceirização das atividades-fim, confirmada pelo E. STF no julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324; e (iii) a alteração do artigo 4º-A da Lei 6.019/1974.

Proferida sentença em 20/11/2019, em que o juízo entendeu que o acordo firmado anteriormente é válido e tem eficácia.

Nesse sentido, determinou que a empresa executada cumpra o acordo no sentido de abster-se de terceirizar na área fim e convocar e contratar as 33 pessoas do último concurso. Contra a referida decisão foi impetrado Mandado de Segurança sob o nº 0000274-47.2019.5.19.0000 tendo sido proferida decisão que deferiu a liminar pleiteada para determinar que seja imediatamente suspenso o cumprimento, até a decisão final da ação mandamental da decisão judicial que determinou que a Equatorial Alagoas se abstenha de terceirizar suas atividades-fim, convoque e contrate 33 pessoas do último concurso, reintegre os empregados da área-fim demitidos.

Foi proposta Ação Revisional tombada sob o número 0001098-88.2019.5.19.0005 pleiteando tutela de urgência proposta pela Companhia em face do STIUEA e do MPT, requerendo a concessão da tutela antecipada para que seja determinada a suspensão da execução do acordo nos autos da Ação Civil Pública 0120900-31.2006.5.19.0007 até o final do julgamento do mérito da ação revisional e também a procedência da ação revisional para que seja revisto o acordo judicial firmado nos autos da ACP até o julgamento do mérito da ação revisional. O pedido de liminar da ação revisional foi indeferido, estando pendentes de julgamento definitivo o Mandado de Segurança e a Ação revisional propostos. O processo está classificado como de risco provável.

Regulatórias

O valor a ser provisionado nesse item corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, provenientes de:

- Autos de Infração (AI) emitidos pelo órgão regulador do setor elétrico - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Termos de Notificação (TN) emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CEEE, quando se tratarem de infrações relacionadas à comercialização de energia elétrica;
- Penalidades emitidas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), quando se tratarem de infrações relacionadas à operação do sistema elétrico; e
- Sanções Administrativas provenientes dos órgãos de defesa do consumidor.

Os valores de R\$ 6.122 (R\$ 5.729 em 31 de dezembro de 2018) e de R\$ 0,00 (R\$ 3.217 em 31 de dezembro de 2018) correspondem às prováveis penalidades a serem aplicadas contra as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará respectivamente, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

28 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018.

Equatorial Maranhão

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu: ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 756.499, passivo de R\$ 580.587 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, R\$ 77.177 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS e R\$ 98.685 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 4.589. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente a atualização da taxa SELIC, constituindo um ativo de R\$ 34.153, passivo de R\$ 23.005 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, R\$ 6.631 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS, e R\$ 4.517 como receita financeira, onde incidiu PIS/COFINS de R\$ 210.

Equatorial Piauí

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu: ativo referente a PIS/COFINS no montante de R\$ 435.231, um passivo de R\$ 418.741 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, o montante de R\$ 8.227 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS, e R\$ 8.263 como receita financeira, onde incidiu PIS/COFINS de R\$ 384. Em 31 de dezembro de 2019 a companhia realizou um complemento neste lançamento, referente a atualização da taxa SELIC, constituindo um ativo de R\$ 27.300, passivo de R\$ 26.854 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, R\$ 8.227 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS, e R\$ 8.709 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 405.

Equatorial Alagoas

Em 17 de Julho de 2019, a Equatorial Alagoas ajuizou ação sobre o referido tema obtendo decisão favorável com trânsito em julgado no processo 0808269-79.2017.4.05.8000, com base na opinião de seus assessores jurídicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Equatorial Alagoas constituiu: ativo referente a PIS/COFINS relativo ao ressarcimento a seus consumidores ambos no montante de R\$ 290.234

O ativo das controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas contemplam créditos com a receita federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que as controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas repassam aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL, em uma expectativa de prazo de aproximadamente 46 meses para a controlada Equatorial Maranhão, 46 meses para a controlada Equatorial Piauí e 43 meses para a controlada Equatorial Alagoas.

	2019			
	Equatorial Maranhão	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	Consolidado
Ativo				
PIS e COFINS a recuperar	790.601	462.531	290.234	1.543.366
Passivo				
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	603.592	445.595	290.234	1.339.421
Resultado				
(-) Deduções da receita				
PIS/COFINS consumidores a restituir	6.631	-	-	6.631
(+) Receita financeira				
PIS/COFINS consumidores a restituir	4.517	8.709	-	13.226
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(210)	(405)	-	(615)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.938	8.304	-	19.242

	2018		
	Equatorial Maranhão	Equatorial Piauí	Consolidado
Ativo			
PIS e COFINS a recuperar	756.449	435.231	1.191.680
Passivo			
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	580.587	418.741	999.328
Resultado			
(-) Deduções da receita			
PIS/COFINS consumidores a restituir	77.177	8.227	85.404
(+) Receita financeira			
PIS/COFINS consumidores a restituir	98.685	8.263	106.948
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(4.589)	(384)	(4.973)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	171.273	16.106	187.379

Expectativa de PIS/COFINS a restituir a consumidores (Consolidado)

	2019	
	Valor	%
Vencimento Circulante	75.999	12%
2021	222.871	14%
2022	244.645	16%
2023	249.460	16%
Após 2023	750.391	42%
Não circulante	1.467.367	88%
Total	1.543.366	100%

29 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018*
Circulante				
Devolução a consumidores	13	-	60.580	53.162
ANEEL - autos de infração	-	-	17.870	16.656
Convênios de arrecadação (a)	-	-	25.086	20.451
Encargos tarifários	-	-	406	808
Devolução 4ª Tranche PLPT (b)	-	-	121.493	-
Multas regulatórias	-	-	1.658	2.312
Cauções	-	-	216	214
Neutralidade PIS/CONFINS	-	-	14.684	-
Aquisição Equatorial Pará (c)	-	-	-	60.000
Acordo Prefeitura de Teresina (d)	-	-	33.472	32.700

Outras apropriações de fornecedores (e)	-	-	54.924	3.631
Provisões CCC marajó II (f)	-	-	11.346	-
Indenizações de pensões	-	-	605	-
Outras contas a pagar	2	10.912	30.808	43.696
Total circulante	15	10.912	373.148	233.630
Não circulante				
Devolução a consumidores	-	-	11.182	-
ANEEL - autos de infração (g)	-	-	35.842	37.061
Aquisição Equatorial Pará (c)	-	-	60.000	-
Acordo Prefeitura de Teresina (d)	-	-	6.424	44.260
Ação CODEVASF X CHESF	-	-	60.478	-
Ressarcimento AIC	-	-	154.092	-
Eletrobras (h)	-	-	10.595	-
Indenizações de pensões	-	-	10.595	-
Outras contas a pagar	16.450	16.450	48.555	48.316
Total não circulante	16.450	16.450	387.168	129.637
Total	16.465	27.362	760.316	363.267

- (a) Refere-se a remuneração dos serviços prestados pelas controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas para o setor público referente a arrecadação de CIP - Contribuição de Iluminação Pública;
- (b) Refere-se principalmente aos valores da Equatorial PA conforme contrato da 4º Tranche - ECFS-283/2010 da Eletrobrás para atendimento ao Programa Luz Para Todos - PLPT que foi liberado no montante de R\$ 287.392. No entanto, a concessionária realizou apenas R\$ 250.440 e fica obrigada a devolver o valor de R\$ 36.953 à Eletrobrás, conforme contrato e a Equatorial PI com valor de R\$ 60.867 (referente ao valor para custear os investimentos no Programa Luz para Todos, a Companhia recebeu recursos oriundos de CDE, esses recursos, são liberados e controlados por tranches, tendo a Eletrobras como gestora. Após a conclusão e finalização das 2ª e 4ª tranches, pela Eletrobras, é informado à companhia o valor a devolver desse recurso);
- (c) O valor estimado pela Administração da Companhia quando da aquisição da controlada Equatorial Pará, referente a saldo a ser restituído do Programa Luz para Todos (PLPT). No exercício de 2019, houve a reclassificação do passivo circulante para o não circulante, visando atender a sua exigibilidade.
- (d) Referente ao acordo extrajudicial da controlada Equatorial Piauí firmado com o Município de Teresina-PI, objetivando por termo à ação judicial - Processo nº 0001536-70.2004.4.01.4000, no qual esta Companhia havia perdido em primeira e segunda instância no âmbito da Justiça Federal e, declararam e reconheceram as partes acordantes o montante de R\$ 94.470 a ser compensado, sem correção monetária, mensalmente, com as faturas de energia elétrica do citado município, até a integral quitação do débito;
- (e) A conta de outras apropriação a fornecedores é composta principalmente pelos valores da Equatorial Piauí, segregado por: R\$ 33.472 (referente ao acordo Acordo extrajudicial firmado com o Município de Teresina-PI, objetivando por termo à ação judicial - Processo n.º 0001536-70.2004.4.01.4000, no qual a Companhia havia perdido em primeira e segunda instância no âmbito da Justiça Federal e, declararam e reconheceram as partes acordantes o montante de R\$ 94.470 a ser compensado, mensalmente, com as faturas de energia elétrica do citado município até a integral quitação do débito).
- (f) A Equatorial PA firmou um contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) referente a interligação da ilha do Marajó, não usamos o total disponibilizado pela CCEE, o saldo restante de R\$ 11.346 será repassado para Câmara após a finalização do Projeto.
- (g) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias da Equatorial Pará inscritas em Dívida Ativa, parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei nº 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia; e
- (h) Refere-se ao montante do ressarcimento devido à vendedora (Eletrobras) a título de pagamento do Ativo Imobilizado em Curso – AIC. Quando do repasse do controle acionário, o termo de compra e venda de ações previu que o comprador, na qualidade de acionista majoritário da Distribuidora, deveria fazer com que a Distribuidora promovesse a avaliação, na primeira revisão tarifária, dos ativos da Distribuidora contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso – AIC - na data-base do laudo de avaliação e que poderiam ser objeto de futuro reconhecimento tarifário (“AICs Ressarcíveis”). O saldo corresponde a 50% da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. A Companhia revisa regularmente o valor junto dos seus instrumentos financeiros, conforme nota explicativa nº. 38.3.

(*) Reclassificação entre grupos, os saldos de “cauções em garantia” e “provisão de fornecedores” nos montantes de R\$ 20.331 e R\$ 40.573, respectivamente, anteriormente apresentados em “outras contas a pagar”, foram reclassificados para “fornecedores”, para fins de melhor comparabilidade com o exercício atual.

30 Patrimônio líquido

30.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.741.931 (R\$ 2.375.354 em 31 de dezembro de 2018) e sua composição por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%
Squadra Investimentos	99.380.285	9,84%
Opportunity	97.634.195	9,66%
BlackRock	57.299.125	5,67%
CPPIB	50.539.100	5,00%
Demais minoritários	705.333.380	69,82%
Total	1.010.186.085	100%

Em 17 de maio de 2019 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 308.509, mediante capitalização do saldo da reserva legal no valor de R\$ 45.896 e parte da reserva de investimento e expansão no valor de R\$ 262.613. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

Em 12 de agosto de 2019, foi aprovado, em Assembleia Geral, o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 2.120.000, em decorrência do exercício do Quarto Plano. Tais ações farão jus aos mesmos direitos das demais ações de emissão da Companhia ora em circulação, inclusive recebimento integral de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou redução de capital se vierem ser distribuídos pela Companhia.

Encerramento de oferta aos empregados e aposentados das ações da Equatorial Piauí

Em 26 de julho de 2018, foi realizado o Leilão nº 2/2018 - PPI/PND, promovido pelo BNDES, para alienação pela Eletrobras do controle acionário da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., anteriormente denominada Companhia Energética do Piauí (“Equatorial Piauí”), do qual a Companhia sagrou-se vencedora.

Em atendimento à modelagem de venda aprovada pela Resolução CPPI nº 20/2017, a Eletrobras realizou, em 26 de setembro de 2018, o aumento de capital mediante a capitalização dos créditos decorrentes do saldo devedor dos financiamentos concedidos com recursos ordinários do contrato ECF 2834/2010. O referido aumento ocorreu mediante a emissão de 30.612 ações, no valor total de R\$ 50.

Em 17 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 700.880.763 ações de emissão da Equatorial Piauí e de titularidade da Eletrobras, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 669.369.950

ações ordinárias e 31.510.813 ações preferenciais, equivalentes a aproximadamente 89,94% das ações da Equatorial Piauí.

Em observância ao disposto no Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), Subseção I, Item 1.7, foi ofertada a totalidade das ações de emissão da Equatorial Piauí e de titularidade da Eletrobras aos Empregados e Aposentados – excluindo-se 1 ação que permaneceria de titularidade da Eletrobras –, conforme estabelecido no Anexo 9 do Edital - Manual de Oferta aos Empregados e Aposentados, equivalentes a aproximadamente 10,06% das ações da Equatorial Piauí. Durante a Oferta aos Empregados e Aposentados, alguns Empregados e Aposentados adquiriram, em conjunto, um total de 75.793.200 ações de emissão da Equatorial Piauí e de titularidade da Eletrobras, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 72.328.368 ações ordinárias e 3.464.832 ações preferenciais, equivalentes a aproximadamente 9,73% das ações da Equatorial Piauí.

A Segunda Etapa da Oferta aos Empregados e Aposentados foi finalizada em 10 de dezembro de 2018, nos termos do Manual da Oferta aos Empregados e Aposentados anexo ao Edital.

A Companhia adquiriu as sobras das ações não adquiridas pelos Empregados e Aposentados durante a Oferta aos Empregados e Aposentados, no total de 2.580.200 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.462.248 ações ordinárias e 117.952 ações preferenciais.

E, em 18 de junho de 2019, a Companhia adquiriu a última ação de titularidade da Eletrobras e de emissão da Equatorial Piauí, sendo 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária da Equatorial Piauí realizada em 17 de outubro de 2018 deliberou, dentre outros, pela aprovação prévia de um valor máximo para o aumento do capital social da Equatorial Piauí pelo Conselho de Administração, no montante de R\$ 801.529.

Em 13 de março de 2019, o Conselho de Administração da Equatorial Piauí homologou o aumento do capital social, respeitando o valor máximo previamente aprovado pela Assembleia Geral, no valor de R\$ 721.619.

Para compor o referido aumento de capital, a Companhia, nova controladora, subscreveu e integralizou 602.300.982 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 575.222.206 ações ordinárias e 27.078.776 ações preferenciais mediante o valor total de R\$ 720.916, nos termos do item 5.55 do Edital.

Ainda no âmbito do aumento de capital, aos Empregados, Aposentados e Cessionários que adquiriram previamente ações da Equatorial Piauí foi conferida a faculdade do exercício do Direito de Preferência para subscrever, diante das novas ações emitidas pela Equatorial Energia, ações suficientes para preservar o percentual de sua participação societária na Equatorial Piauí.

O Manual da Oferta aos Empregados e Aposentados anexo ao Edital estipulava como prazo limite para o exercício do direito de preferência o dia 26 de janeiro de 2019 (sábado). Em 28 de janeiro de 2019, dia útil subsequente ao prazo estipulado no edital, a Equatorial Piauí finalizou o período de preferência e deu início aos procedimentos para rateio das sobras de ações não subscritas no período de preferência, nos termos do item 12.7 do Manual da Oferta aos Empregados e Aposentados.

Durante o período de preferência, realizado entre os dias 27 de dezembro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, foram subscritas e integralizadas 556.977 ações nominativas e sem valor nominal, sendo

219.148 ações ordinárias e 337.829 ações preferenciais, no valor de R\$ 667. Findo período de preferência, e constatadas sobras de ações não subscritas neste período, foi iniciada etapa de subscrição de sobras de ações entre os dias 11 de fevereiro e 18 de fevereiro, na qual alguns Empregados, Aposentados e Cessionários subscreveram 5.868 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.395 ações ordinárias e 4.473 ações preferenciais no montante total de R\$ 7. Finda a etapa de subscrição de sobras e constatado que ainda havia sobras de ações não subscritas, foi iniciada etapa de subscrição de sobras de ações adicionais entre os dias 27 de fevereiro de 2019 e 01 de março de 2019, na qual alguns Empregados, Aposentados e Cessionários subscreveram 24.889 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.885 ações ordinárias e 22.004 ações preferenciais, no montante total de R\$ 30.

Refletindo o processo descrito acima, o capital social da Equatorial Piauí passou a ser R\$ 1.994.416, dividido em 1.382.142.880 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.319.606.201 ações ordinárias e 62.536.679 ações preferenciais.

Em 09 de Julho de 2019, a Junta Comercial do Estado do Piauí deferiu o registro do livro de registro de ações nº 17 da Equatorial Piauí contendo os lançamentos referentes a todas as etapas descritas acima. Em 18 de novembro de 2019, a Junta Comercial do Estado do Piauí deferiu o registro do livro de registro de ações nº 18 da Equatorial Piauí refletindo, além dos lançamentos inseridos no livro nº 17, algumas transferências de ações realizadas por alguns Empregados e Aposentados.

Encerramento de oferta aos empregados e aposentados das ações da Equatorial Alagoas

Em 28 de dezembro de 2018, a Companhia sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., anteriormente denominada Companhia Energética do Alagoas ("Equatorial Alagoas").

Em atendimento à modelagem de venda aprovada pela Resolução CPPI nº 20/2017, a Eletrobras realizou, em 28 de fevereiro de 2019, o aumento do capital social da Equatorial Alagoas mediante a emissão de 46.129 ações ordinárias e 794 ações preferenciais ações, no valor total de R\$ 50.

Uma vez verificadas as condicionantes previstas no Edital, na data do fechamento, a Companhia adquiriu aproximadamente 89,94% do capital social total e votante da Equatorial Alagoas, em contrapartida ao pagamento de R\$ 45 à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"). Além da compra da participação acionária, a Equatorial Energia também celebrou acordo de acionistas com a Eletrobras e contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica (nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) com a União ("Operação").

Ainda, em atendimento ao disposto no Edital e no Manual da Oferta aos Empregados e Aposentados anexo ao Edital, os Empregados e Aposentados puderam adquirir até aproximadamente 10,06% das ações de emissão da Equatorial Alagoas e de titularidade da Eletrobras. Como resultado, os Empregados e Aposentados adquiriram aproximadamente 9,63526024% do capital social e votante da Equatorial Alagoas em contrapartida ao pagamento de R\$ 4. Ainda conforme disposto no Edital, a Companhia adquiriu a sobra das ações de emissão da Equatorial Alagoas e de titularidade da Eletrobras que não foram adquiridas pelos Empregados e Aposentados, qual seja, de aproximadamente 0,4247397600%, pelo valor de R\$ 191,16 (cento e noventa e um reais e dezesseis centavos).

A Segunda Etapa da Oferta dos Empregados e Aposentados foi finalizada no dia 15 de maio de 2019, nos termos do Manual de da Oferta aos Empregados e Aposentados anexo ao Edital.

Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de março de 2019, a Equatorial Alagoas aprovou previamente o aumento do capital social pelo seu Conselho de Administração, consoante item 5.55 do Edital, e na Reunião do Conselho de Administração da Equatorial Alagoas realizada no dia 9 de outubro de 2019 foi aprovada a emissão de novas ações, totalizando 1.447.442.341 novas ações nominativas e sem valor nominal de emissão da Equatorial Alagoas, sendo 1.421.799.515 ações ordinárias e 25.642.826 ações preferenciais, totalizando um aumento de capital na Equatorial Alagoas no montante de R\$ 550.028.

Dentre estas ações emitidas em 9 de outubro de 2019, e observando o Edital que atribuía aos empregados e aposentados a faculdade do exercício do Direito de Preferência para subscrever, dentre as novas ações emitidas, ações suficientes para preservar o percentual de sua participação societária na Equatorial Alagoas, a Companhia realizou a subscrição e integralização de 1.436.238.120 (novas ações nominativas e sem valor nominal de emissão da Equatorial Alagoas, das quais 1.412.317.458 são ações ordinárias e 23.920.662 são ações preferenciais, no valor de subscrição de R\$ 545.770 para fins de cumprimento do disposto no Edital.

Além disso, também dentre estas ações emitidas em 9 de outubro de 2019, por meio do exercício do direito de preferência, nos termos do Manual da Oferta aos Empregados e Aposentados anexo ao Edital, alguns dos Empregados e Aposentados que se tornaram acionistas da Equatorial Alagoas subscreveram 11.204.221 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 9.482.057 ações ordinárias e 1.722.164 ações preferenciais por um valor de subscrição total de R\$ 4.258.

O Manual da Oferta aos Empregados e Aposentados anexo ao Edital estipulava como prazo limite para o exercício do direito de preferência o dia 27 de junho de 2019. Nesta data, a Equatorial Alagoas tempestivamente finalizou o período de preferência e deu início aos procedimentos para rateio das sobras de ações não subscritas no período de preferência, nos termos do item 12.7 do Manual da Oferta aos Empregados e Aposentados. A etapa de subscrição de sobras de ações ocorreu entre os dias 06 de agosto de 2019 e 13 de agosto de 2019, enquanto a etapa de subscrição de sobras adicionais ocorreu entre os dias 06 de setembro de 2019 e 10 de setembro de 2019. Não obstante as etapas de subscrição terem sido finalizadas em 10 de setembro de 2019, a efetiva emissão das ações ocorreu no dia 9 de outubro de 2019, data na qual foi realizada a Reunião do Conselho de Administração da Equatorial Alagoas que aprovou a homologação do aumento do capital social.

Nos termos do acordo de acionistas da Equatorial Alagoas celebrado entre a Companhia e a Eletrobras, foi assegurado à Eletrobras o direito de, dentro de 6 meses a contar da data de liquidação da Operação, realizar um aumento de capital de forma a aumentar a sua participação societária em até 30% no capital social total da Equatorial Alagoas. Porém, o referido direito não foi exercido pela Eletrobras, razão pela qual em 5 de novembro de 2019 a Companhia e a Eletrobras celebraram um contrato de compra e venda de ações por meio do qual a Eletrobras vendeu a única ação de emissão da Equatorial Alagoas e de sua titularidade para a Companhia, deixando portanto de ser acionista da Equatorial Alagoas, oportunidade na qual também foi celebrado o distrato do acordo de acionistas em referência acima.

30.2 Reservas de capital

Esta reserva é constituída pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10/IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações, bem como pela mudanã na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 Demonstrações Consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 529.934 (R\$ 60.780 em 31 de dezembro de 2018).

30.3 Reservas de lucros

30.3.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desta reserva R\$ 120.781 (R\$ 45.896 em 31 de dezembro de 2018).

30.3.2 Reserva para investimento e expansão

Essa reserva estatutária destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desta reserva R\$ 3.648.222 (R\$ 2.944.000 em 31 de dezembro de 2018).

30.3.3 Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 1.224.184 (R\$ 219.429 em 31 de dezembro de 2018).

30.3.4 Reserva de distribuição de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 736 (R\$ 889 em 31 de dezembro de 2018).

30.4 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2019	2018*
Numerador		
Lucro líquido do exercício	2.415.630	917.935
Denominador		
1. Média ponderada de ações no cálculo do LPA básico	1.010.511	993.850
2. Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído (a)	1.010.511	997.741
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$	2,39050	0,92362
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$	2,39050	0,92001
	2019	2018
(i) Fator de diluição (a)		
3. Quantidade de opção disponível	21.125	21.125
4. Quantidade de ações exercidas	19.975	1.390
5. Anos exercíveis	4	4
6. Exercíveis atual	4	4
Efeito diluidor diluído ((3/6)-(3-4))	4.131	3.891

	2019	2018
(i) Fator de diluição (a)		
3. Quantidade de Ações <i>Stock Options</i> (5º Plano)	2.120	-
4. Quantidade de ações exercidas	-	-
5. Anos exercíveis	4	-
6. Exercíveis atual	<u>1</u>	<u>-</u>
Efeito diluidor do 5º Plano ((3/6)-(3-4))	<u>-</u>	<u>-</u>
Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	<u>1.010.511</u>	<u>997.741</u>

(a) Decorre do Plano de Opções de Compra de Ações (vide nota explicativa nº 30.5).

* Para melhor análise e comparabilidade com o exercício atual, a Companhia reapurou as ações de 2018 em virtude do desdobramento ocorrido em 2019, em consonância com o CPC 41 – Resultado por ação.

Os beneficiários exerceram parte das opções outorgadas do 4º plano, resultando em subscrições de ações, as quais aumentaram o capital social da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, conforme abaixo:

<u>Datas</u>	<u>Qtda de ações</u>	<u>Aumento de capital</u>
21 de janeiro de 2019	2.332	41.775
29 de março de 2019	460	8.239
14 de maio de 2019	185	3.137
31 de julho de 2019	125	2.120
31 de outubro de 2019	<u>165</u>	<u>2.798</u>
Total	<u>3.267</u>	<u>58.069</u>

Em 27 de novembro de 2019, através de ata de Assembleia Geral Extraordinária da Equatorial Energia S.A., foi aprovado o desdobramento de ações da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para cinco ações ordinárias, sem qualquer alteração no capital social da Companhia. Com o processo de desdobramento o número de ações ordinárias passou de 202.037.217 para 1.010.186.085.

Conforme descrito em nota explicativa nº 30.1 – Capital Social, houve aumento de 16.337.500 ações ordinárias durante o exercício de 2019 (o número de ações descrito, já está com o efeito do desdobramento de ações realizado pela Companhia).

30.5 Plano de opção de compra de ações

A Companhia e suas subsidiárias possuem dois planos de remuneração baseados em ações em vigor em 31 de dezembro de 2019. (i) Quarto Plano de Pação de Compa de Ações; e o (ii) Quinto Plano de Opção de Compra de Ações. Os planos prevêm a distribuição de opções de compra de ações da Companhia a administradores e funcionários da Companhia e controladas.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por opção deste, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

Quarto Plano de Opção de Compra de Ações

Vigente desde 21 de julho de 2014, o Quarto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Quarto Plano”) ainda possui 626.250 opções em aberto que, caso não sejam subscritas, serão extintas em 21 de julho de 2020.

Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 22 de julho de 2019, a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Plano”).

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Maiores detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que aprovou o mesmo, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Preço de Exercício das Opções

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por Ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções.

Beneficiários

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Durante o prazo de 6 meses contados da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar 70% (setenta por cento) as Ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano. Os 30% remanescentes não estão sujeitas a mesma restrição, podendo ser livremente negociadas pelos beneficiários.

Em dezembro de 2019, foram outorgadas 17.947.500 Opções aos beneficiários do Plano, ao preço de R\$ 20,42 (vinte reais e quarenta e dois centavos) por Opção.

Potencial de diluição

As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano não excederão 3,18% (três vírgula dezoito por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia (incluindo as Ações emitidas em decorrência do exercício de Opções com base neste Plano), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite de capital autorizado da Companhia.

Mensuração do valor justo

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

	2019
Valor justo na data de outorga	6,78
Preço da ação na data de outorga	22,08
Preço de exercício	20,42
Volatilidade esperada (média ponderada)	22,96%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,40%

(a) Modelo de precificação

Utilizou-se o método de Black & Scholes para precificação das opções nas datas das respectivas outorgas e final de exercício.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período.

Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2019 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A taxa livre de risco adotada com base na curva futura dos títulos públicos federais pré-fixada com prazos correlatos àqueles das opções.

Conciliação da Quantidade de Opções em Aberto (inclui opções do quarto e quinto planos)

	Número de opções	Média ponderada do preço do exercício	Número de opções	Média ponderada do preço do exercício
<i>Em opções</i>	2019	2019	2018	2018
Existentes em 1º de janeiro	3.893.750	3,58	3.920.000	3,80
Perdidas durante o exercício	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício	3.267.500	3,55	26.250	3,58
Outorgadas durante o exercício	17.947.500	20,42	-	-
Existentes em 31 de dezembro	18.573.750	19,85	3.893.750	3,58
Exercíveis em 31 de dezembro	626.250	3,39	3.893.750	3,58

As opções existentes em 31 de dezembro de 2019 possuem um preço de exercício entre R\$ 3,39 a R\$ 20,42 (2018: R\$ 3,58) e média ponderada de vida contratual de 6 anos (2018: 1,5 anos).

A média ponderada dos preços na data de exercício, para opções de compra de ações exercidas em 2019, foi de R\$ 3,48 (2018: R\$ 3,58).

31 Receita operacional (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

2019			
	Nº de consumidores (a)	MWh	R\$ (b)
Distribuição			
Residencial	4.815.719	7.392.534	7.947.199
Industrial	16.307	1.452.886	777.031
Comercial	474.655	3.865.547	3.251.092
Rural	364.429	791.544	467.683
Poder público	69.308	1.391.199	1.113.435
Iluminação pública	2.601	1.299.852	661.812
Serviço público	18.007	937.833	522.987
Consumo próprio	825	30.101	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	434	2.031.703	99.620
Suprimento CCEE	-	-	383.479
Baixa renda	1.903.008	2.186.267	511.531
Subvenção CDE – Outros	-	-	386.383
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	303.944
Receita de construção	-	-	1.878.597
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	93.043
Atualização do ativo financeiro	-	-	258.742
Outros	-	-	196.231
Subtotal Distribuição	7.665.293	21.379.466	18.852.809
Transmissão			
Receita de construção	-	-	4.714.857
Atualização ativo de contrato	-	-	566.568
Ativo de contrato - Ganho de realização	-	-	546.638
Ativo de contrato - Perda de realização	-	-	(23.977)
Receita operação e manutenção	-	-	17.436
Operação com transmissão de energia	-	-	6.990
Outros	-	-	3.789
Subtotal Transmissão	-	-	5.832.301
Outros			
Receita de comercialização	-	-	303.090
Outras	-	-	26.345
Subtotal Outros	-	-	329.435
Total	7.665.293	21.379.466	25.014.545
2018			
	Nº de consumidores	MWh	R\$ (*)
Distribuição			
Residencial	4.237.000	5.167.576	5.292.342
Industrial	14.599	862.928	590.540
Comercial	413.699	2.735.076	2.151.956
Rural	265.161	517.649	275.353
Poder público	59.404	1.005.176	771.437
Iluminação pública	2.201	959.253	448.083
Serviço público	15.556	623.466	274.244

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Consumo próprio	694	27.768	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	309	1.873.718	708.393
Suprimento CCEE	-	-	634.888
Baixa renda	1.373.183	2.112.282	477.523
Subvenção CDE - Outros	-	-	338.251
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(71.373)
Receita de construção	-	-	1.241.191
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	463.648
Atualização do ativo financeiro	-	-	46.279
Outros	-	-	95.063
Subtotal Distribuição	6.381.806	15.884.892	13.737.818
Transmissão			
Receita de construção	-	-	924.423
Atualização ativo de contrato	-	-	152.247
Receita operação e manutenção	-	-	31.642
Outros	-	-	20.206
Subtotal Transmissão			1.128.518
Outros			
Receita de comercialização	-	-	414.522
Outras	-	-	161.265
Subtotal Outros			575.787
Total	6.381.806	15.884.892	15.442.123

(*) Para melhor análise e comparação com exercício atual os saldos foram segregados por segmento operacional.

- (a) O número de consumidores sofreu um acréscimo em comparação com o exercício anterior em função dos efeitos de doze e nove meses de operação das adquiridas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, o número de consumidores da Equatorial Piauí é de 1.300.864 e 1.105.059 na Equatorial Alagoas. Ver detalhes na nota explicativa nº 1.2 - Entidades controladas e controladas em conjunto; e
- (b) A receita operacional bruta sofreu um acréscimo em comparação com o exercício anterior em função do impacto de doze e nove meses de operação das distribuidoras adquiridas, Equatorial Piauí e Alagoas, respectivamente.

32 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	Consolidado	
	2019	2018
Distribuição		
Fornecimento de energia elétrica	15.556.712	11.012.004
Receita de distribuição (a)	15.008.518	9.780.300
Remuneração financeira WACC	553.474	429.805
IFRS 15	(5.280)	-
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	44.732	463.648
Subvenção CDE – outros	433.760	338.251
Suprimento de energia elétrica (c)	383.478	634.888
Receita pela disponibilidade - uso da rede (d)	99.619	708.393
Receita de construção (e)	1.878.597	1.241.191
Atualização do ativo financeiro (f)	258.742	46.279
Outros	197.168	95.063
Subtotal Distribuição	18.852.808	13.737.818
Transmissão		
Receita de construção (e)	4.714.857	924.423
Atualização do ativo de contratos (f)	566.568	152.247
Receita de operação e manutenção (g)	17.436	31.642
Ativo de contrato - ganho de realização (h)	546.638	-
Ativo de contrato – perda de realização (h)	(23.977)	-

Operações com transmissão de energia elétrica	6.990	-
Outros	3.789	20.206
Subtotal Transmissão	5.832.301	1.128.518
Outros		
Receita de comercialização	303.090	414.522
Outras receitas	26.346	276.534
Subtotal Outros	329.436	575.787
Receita operacional bruta	25.014.545	15.442.123
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(3.322.706)	(2.303.789)
ICMS sobre CPC 47 / IFRS 15	1.490	-
PIS e COFINS (i)	(2.071.275)	(1.096.951)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(6.631)	85.404
Encargos do consumidor	(128.594)	(99.753)
ISS	(11.269)	(10.683)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(611.050)	(676.960)
Penalidades DIC/FIC e outras	(59.737)	(57.633)
Outros	(8.427)	(29.131)
Deduções da receita operacional	(6.218.199)	(4.189.496)
Receita operacional líquida	18.796.346	11.252.627

- (a) A receita de distribuição sofreu um acréscimo em comparação com o exercício anterior em função do impacto de doze e nove meses de operação das distribuidoras adquiridas, Equatorial Piauí e Alagoas, respectivamente;
- (b) Compreende-se que os custos relacionados aos encargos setoriais, definidos em legislação específica, às atividades de transmissão e às de geração de energia elétrica, inclusive a geração própria. A variação negativa quando comparado ao exercício de 2018 é decorrente principalmente de dois fatores: 1) Redução nas constituições dos ativos e passivos regulatórios, cuja variação foi negativa em R\$ 64.634 na Equatorial Pará e R\$ 135.242 na Equatorial Maranhão, influenciada pela cobertura tarifária concedida no reajuste de 2019 que ficou mais aderente ao custo real, gerando um delta de CVA menor, se comparado com o mesmo exercício de 2018 e, também, a extinção do pagamento do encargo do CDE de Ambiente de Contratação Regulada - ACR e CDE Energia, fato esse que gerou uma CVA negativa para esses itens; 2) Aumento nas despesas de amortizações R\$ 52.212 Equatorial Pará e R\$ 90.904 Equatorial Maranhão influenciada pelos financeiros recebidos no reajuste de 2019, cujo valor foi maior do que o recebido em 2018;
- (c) O saldo de suprimento de energia elétrica em 2018 foi influenciado pelas contabilizações do Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos de Energia Nova – MCSD. Devido ao Decreto 9.143/2017, foi autorizado aos agentes de distribuição a negociarem os contratos de energia com consumidores livres, comercializadores e autoprodutores através do Mecanismo de Venda de Excedente – MVE. Em 2019 houve redução na participação do MVE ao qual reduziu exposição das Distribuidoras no mercado de curto prazo;

As controladas distribuidoras de energia elétricas, diretas e indiretas, reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL. A variação entre os exercícios, está relacionada com o aumento da migração do número de clientes do ambiente cativo para o ambiente livre, bem como a aquisição da Equatorial Alagoas/Alagoas;

A receita de construção dos ativos da concessão sofreu um acréscimo no exercício de 2019 em função do impacto de doze e nove meses de operação das distribuidoras adquiridas pelos Grupo, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, respectivamente; e, também, devido ao andamento das obras de construção das transmissoras, que em 2018 ainda estavam em fase inicial.

Os ganhos de eficiência obtidos pela Controladas no processo de revisão dos valores das tarifas alterou a estrutura de custos e de mercado, impactando no reconhecimento de receita de atualização do ativo financeiro quando comparado ao período anterior;

Receita de operação e manutenção refere-se a entrada em operação das transmissoras, que tem como finalidade a não interrupção da disponibilidade das instalações, custeando os serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica;

São as variações positivas ou negativas na receita de construção e/ou receita de operação, entre a base orçada versus a base real. O valor representado na linha, demonstra que a empresa foi mais eficiente na construção / operação, gerando assim um ganho ou uma perda. O resultado é exclusivamente financeiro, sendo assim reconhecido a parte da composição do ativo de contrato adotado e mantendo a margem do projeto inalterável; e PIS/COFINS aplicados sobre a receitas de construção e deduções decorrente principalmente, da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS incidentes sobre receitas de fornecimento de energia.

33 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

2019					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Total (a)
Pessoal	(221.130)	(65.559)	(214.522)		(501.211)
Material	(18.667)	(4.034)	(7.063)		(29.764)
Serviços de terceiros	(290.985)	(198.170)	(286.773)		(775.928)
Energia elétrica comprada para revenda (b)	(6.252.637)	-	-		(6.252.637)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(721.389)	-	-		(721.389)
Custo de construção	(5.033.268)	-	-		(5.033.268)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	(97.573)	(97.573)
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	133.728		133.728
Amortização	(461.671)	-	(174.933)		(636.604)
Subvenção CCC	(114.555)	-	-		(114.555)
Outros	47.107	(5.075)	(8.103)		33.929
	<u>(13.067.195)</u>	<u>(272.838)</u>	<u>(557.666)</u>	<u>(97.573)</u>	<u>(13.995.272)</u>
2018					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	Total
Pessoal	(177.215)	(56.716)	(252.568)	-	(486.499)
Material	(38.384)	(6.546)	(753)	-	(45.683)
Serviços de terceiros	(275.209)	(282.497)	(156.612)	-	(714.318)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.804.907)	-	-	-	(4.804.907)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(648.991)	-	-	-	(648.991)
Custo de construção	(1.904.036)	-	-	-	(1.904.036)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	(152.860)	(152.860)
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	(46.846)	-	(46.846)
Amortização	(361.737)	-	(74.430)	-	(436.167)
Arrendamento e aluguéis	(19.359)	(4.910)	(6.619)	-	(30.888)
Subvenção CCC	(104.992)	-	-	-	(104.992)
Outros	(2.078)	(21.000)	375.177	-	352.099
	<u>(8.336.908)</u>	<u>(371.669)</u>	<u>(162.651)</u>	<u>(152.860)</u>	<u>(9.024.088)</u>

- (a) Os saldos sofreram acréscimo em 2019 em função do impacto de doze e nove meses de operação das distribuidoras adquiridas, Equatorial Piauí e Alagoas, respectivamente; e ao aumento significativo dos custos de construção da INTESA, devido à finalização das obras dos bancos de capacitores de Miracema- TO e Gurupi -TO; e
- (b) Vide detalhe da abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 34.

34 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	GWh		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Energia de leilão (a)	20.945	13.343	(4.025.908)	(3.190.090)
Contratos Eletronuclear	747	594	(173.707)	(147.415)
Contratos cotas de garantias	6.806	5.991	(707.377)	(539.698)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	-	(63.325)	(20.759)
Energia bilateral	226	226	-	-
Energia de curto prazo - CCEE (b)	-	-	(1.336.552)	(1.008.363)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	490	275	(172.393)	(113.530)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	641.103	558.079
Outros custos	-	-	(253.170)	(343.131)
Subtotal	29.214	20.429	(6.091.329)	(4.804.907)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	146	(882.697)	(648.991)
Total	29.214	20.575	(6.974.026)	(5.453.898)

- (a) Os custos com contratos de compra de energia, incluindo os de Eletronuclear e cotas de garantia física no ambiente regulado, que tiveram uma redução no volume contratado em relação ao período anterior das controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará. Considerando apenas a despesas com os contratos, o preço médio pago no exercício de 2019 reduziu em 1,48% em relação ao que foi pago no mesmo exercício de 2018, devido a menores despesas com o MCSD energia nova uma maior parcela variável de pagamento. Todavia a variação positiva decorre do impacto de doze e nove meses de operação das distribuidoras adquiridas, Equatorial Piauí e Alagoas, respectivamente; e
- (b) Variação em virtude das operações de compra de energia no Mercado de curto prazo - MCP e do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD ocorridas em 2019. O aumento é devido a elevação com a despesa com os Efeitos na contratação por Disponibilidade, Efeito na Contratação de Cotas de Garantia física e Efeitos no Rapasse do Risco Hidrológico...

35 Outras despesas operacionais líquidas (Consolidado)

	2019	2018
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos (a)	(259.165)	(68.908)
Indenização por danos a terceiros	(26.994)	(5.494)
Provisão para perda de almoxarifado	(15.451)	(5.602)
Perda <i>Step Acquisition</i>	(96.851)	-
Outras despesas e receitas operacionais	(11.600)	(86.667)
Total outras despesas operacionais líquidas	(410.061)	(166.671)

- (a) A variação é decorrente principalmente da controlada Equatorial Pará que no exercício de 2019 passou pelo seu 5º Ciclo de revisão tarifária. Entre outros processos destacamos o considerável número de bens desativados do ativo intangível da concessão, baixas estas, devidamente fiscalizadas e aprovadas pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF (Nota Técnica nº 147/2019-SGT/SRM/ANEEL, de 02/08/2019).

36 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras					
Rendas financeiras	(a)	32.242	70.416	230.335	237.930
Valores a receber/devolver parcela A		-	-	145.317	1.068
Operações com instrumentos financeiros derivativos		-	-	54.339	109.652
Acréscimo moratório de energia vendida		-	-	386.228	250.794
Receita financeira de AVP		483	483	-	-
Receita financeira de RGR	(b)	-	-	671.595	483
Variação monetária e cambial da dívida		650	-	46.303	102.858
Variação monetária e cambial da caução STN		-	-	-	21.190
PIS/COFINS sobre receita financeira		(1.569)	(3.312)	(39.752)	(39.430)
Atualização sub-rogação CCC	(c)	-	-	129.935	1.092
Descontos obtidos		-	-	12.288	3
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		-	-	4.517	106.948
Juros ativos		-	-	33.265	8.202
Outras receitas financeiras		1.527	800	87.008	101.204
Total de receitas financeiras		33.333	68.387	1.761.378	901.994
Despesas financeiras					
Valores a receber/devolver parcela A		-	-	(61.385)	(51.947)
Operações com instrumentos financeiros derivativos		-	-	(28.518)	(33.164)
Variação monetária e cambial da dívida	(d)	(4.099)	(4.142)	(209.951)	(310.658)
Variação monetária e cambial da Caução STN		-	-	-	(13.414)
Encargos da dívida	(d)	(139.456)	(101.664)	(831.777)	(631.815)
Atualização de contingências		-	-	(272.857)	(245.558)
Atualização de eficientização		-	-	(4.848)	-
Multas regulatórias		-	-	(13.720)	(301)
Despesa financeira de AVP		-	-	(117.952)	(54.517)
Despesa financeira de RGR	(b)	-	-	(667.112)	-
Encargos com partes relacionadas		-	-	(608)	(549)
Juros, multas s/ operação de energia		-	-	(1.769)	(1.658)
Juros passivos		-	-	(56.205)	(299.212)
Descontos concedidos		-	-	(16.016)	(15.754)
Encargos sobre déficit atuarial		-	-	-	(7.618)
Outras despesas financeiras		(53.215)	(2.806)	(106.320)	(18.413)
Total de despesas financeiras		(196.770)	(108.612)	(2.389.038)	(1.684.578)
Resultado financeiro líquido		(163.437)	(40.225)	(627.660)	(782.584)

- (a) A principal variação das rendas financeiras da Controladora decorre da redução das taxas inflacionárias de 2019 em relação a 2018, a exemplo da CDI que saiu de 6,42 para 5,98. Adicionalmente, o aumento nos saldos das aplicações financeiras em 2019, ocorreram ao final deste exercício o que não aconteceu no decorrer de 2018 momento em que a Companhia continha um saldo sem muitas variações;
- (b) A controlada Equatorial Alagoas, possui ativo financeiro setorial correspondente ao empréstimo do recurso RGR (Reserva Global de Reversão), aprovado pela ANEEL, repassado através da CCEE. O empréstimo foi aprovado devido à necessidade de recursos extraordinários durante o período em que a controlada foi considerada pela ANEEL como Distribuidora Designada, atuando como prestadora de serviços até a sua privatização. O repasse foi aprovado no dia 12 de fevereiro de 2019, atendendo o que está disposto na Portaria MME nº 510, de 20 de dezembro de 2018. Em 2019, registrou-se valor correspondente ao ajuste da taxa de juros alterada nas condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida correspondente ao ativo financeiro setorial. Os créditos da dívida da CCEE foram repactuados para 5% a.a. Neste sentido, o ativo e passivo foram registrados pelo seu valor justo, via resultado;

- (c) Do montante constituído em 31 de dezembro de 2019, R\$ 96.135 da controlada Equatorial Pará refere-se à atualização monetária do saldo da sub-rogação CCC; e
- (d) A despesa cambial menor no atual exercício é devido a: i) redução no saldo da dívida estrangeira em 2019, em comparação ao aumento acumulado desta dívida ocorrido em 2018; e (ii) um aumento de menor impacto no dólar, saindo de R\$ 3,87 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019, frente ao aumento bastante significativo, saindo de R\$ 3,31 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3,87 em 31 de dezembro de 2018.

37 Benefício pós-emprego

37.1 Características do plano de aposentadoria

(i) Plano Equatorial BD (Equatorial Maranhão)

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por Invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o Salário Real de Benefício (SRB) e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social.
- Aposentadoria por Idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.
- Aposentadoria por Tempo de Contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social.

(ii) Plano Equatorial CD (Equatorial Maranhão)

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “contribuição definida” para os benefícios programados e de “benefício definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - (a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - (b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - (c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - (d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.
- Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(iii) Plano Equatorial BD (Equatorial Pará)

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria (por Invalidez, Idade, Tempo de Contribuição e Especial): Benefício de aposentadoria apurado a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é a média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS. Com exceção da Aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano.
- Pensão por Morte: O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- Abono Anual: O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

(iv) Plano Celpa OP (Equatorial Pará)

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Renda Mensal com Reversão em Pensão: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d) Ter a concessão do benefício, exceto se de Invalidez pelo RGPS; e
 - e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- ✓ Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de “Contribuição Variável”; ou
- ✓ Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de “Contribuição Definida”.

- Pecúlio por Invalidez ou por Morte: O benefício de Pecúlio por Morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de Pecúlio por Invalidez é

concedido ao participante que possuir a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez no Plano R.

(v) Plano Celpa R (Equatorial Pará)

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez: Os dois benefícios acima consistem em uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício concedido pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social), sendo concedidos enquanto for garantida a concessão do RGPS (Regime Geral de Previdência Social);
- Pensão por Morte: O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- Abono Anual: O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até o dia 20 de dezembro. Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

(vi) Plano Equatorial CD (Equatorial Pará)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pela Equatorial Energia Pará, dentre outras. O plano passou a ser oferecido pela empresa a seus empregados no exercício de 2019, bem como recebeu nesse ano participantes e assistidos patrocinados pela empresa advindos dos planos Celpa OP e Celpa R, sendo, portanto, o primeiro reconhecimento das obrigações com este plano pela empresa.

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.
- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal;

- **Pensão por Morte de Ativo:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal; e
- **Pensão por Morte de Assistido:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(vii) Resolução 10/1989 (Equatorial Pará)

A Companhia possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da Companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a Resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Companhia.

(viii) Plano de assistência médica (Equatorial Pará)

Plano de Saúde CNU

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os seus colaboradores, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

Unimed Seguro Saúde (Equatorial Pará)

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da Companhia, bem como a seus dependentes.

Plano Odontológico UNIODONTO (Equatorial Pará)

Plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.

Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

(i) Plano Saldado (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários organizado e administrado pela Fundação Cepisa de Seguridade Social (FACEPI) e patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano Saldado é um plano contributivo com modalidade de “Benefício Definido” existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes :

- Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição: A complementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição será devida ao participante durante o período que seja mantida a aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social, e só será suspensa por morte do participante, suspensão ou cancelamento dessa aposentadoria.
- Aposentadoria por Invalidez: O benefício é concedido ao participante durante o período em que lhe seja mantida a aposentadoria pela Previdência Social.
- Aposentadoria por Idade: O benefício é concedido aos beneficiários do participante durante o tempo em que seja mantida a aposentadoria por idade pela Previdência Social, e cancelada por sua morte, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor da aposentadoria concedida pelo INSS.
- Pensão por Morte: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, durante o período que lhe seja mantida a pensão pela Previdência Social. O valor do benefício consiste na continuação da renda de 60% a 100% da aposentadoria paga ao participante assistido.
- Auxílio Doença: O benefício é concedido aos beneficiários do participante que estiver em gozo de Auxílio-Doença pela Previdência Social, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor Auxílio-Doença fixado pelo INSS.
- Auxílio Funeral: O benefício é concedido em caso de morte do participante, após um mínimo de 60 (sessenta) contribuições mensais ao Plano, contadas a partir da última inscrição como participante dessa Fundação, aos beneficiários ou, na falta destes, à pessoa que comprove ter sido executora do funeral. A ampliação do auxílio-funeral consistirá num pecúlio, de pagamento único, de valor igual a 1/5 (um quinto) do maior valor teto do Salário de Benefício da Previdência Social.

(ii) Plano CV (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Cepisa de Seguridade Social (FACEPI) e patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano CV é estruturado na modalidade de “Contribuição Variável”, existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes :

- Aposentadoria Programada: O benefício será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual do participante, desdobrando-se esse benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria programada e a de rendas vitalícias de aposentadoria programada.
- Aposentadoria por Invalidez: O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da invalidez, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por invalidez, desdobrando-se o benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria por invalidez e a de rendas vitalícias de aposentadoria por invalidez.

- **Pensão por Morte:** O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas, com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da morte do participante ativo, acrescido desse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por morte, desdobrando-se este benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de pensão de ativo e a de rendas vitalícias de pensão de ativo.
- **Auxílio-Enfermidade:** O benefício equivale à vinte por cento (20%) da parcela do salário de participação corrente abaixo do teto-FACEPI, acrescido de cem por cento (100%) da parcela desse salário de participação acima desse teto.
- **Auxílio-Funeral:** O benefício equivale à quarenta por cento (40%) do teto-FACEPI em vigor no mês do óbito, independentemente do estágio previdenciário em que se encontrava o participante, do seu nível salarial e do nível de acumulação de poupanças laborais e patronais contabilizadas em seu nome.

(iii) Plano BD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência (FACEAL) e patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano BD é estruturado na modalidade de “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Aposentadoria por Invalidez:** O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria. A Aposentadoria por Invalidez rem carência de 12 meses de contribuição para o Plano.
- **Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição:** O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria. A carência para esses benefícios corresponde a 120 meses de contribuição para o Plano.
- **Aposentadoria por Idade:** O benefício a ser concedido equivale ao valor de 1/20 (um vinte avos) da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria, para cada ano de contribuição ao Plano (limitado a 20/20).
- **Aposentadoria Especial:** O benefício a ser concedido equivale ao valor de 1/20 (um vinte avos) da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria, para cada ano de contribuição ao Plano (limitado a 20/20). A Aposentadoria Especial rem carência de 180 meses de contribuição para o Plano.
- **Pensão por Morte:** O benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 50% (mais 10% por beneficiário) da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data de falecimento..

- **Abono Anual:** O benefício é concedido na mesma época em que é concedido o abono anual da Previdência Social, e consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

(iv) Plano CD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência (FACEAL), patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, dentre outras patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco.

Os benefícios de risco são:

- **Benefício por Entrada em Invalidez**

Concedido em caso de invalidez de participante ativo, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião da entrada em invalidez total e permanente, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

- **Benefício de Pecúlio por Morte como Participante Ativo**

Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião do falecimento do participante ativo, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

(v) Planos de saúde (Equatorial Alagoas)

A Equatorial Energia Alagoas oferece a seus empregados e ex-empregados um plano de saúde, administrado pela Qualicorp Administradora de Benefícios S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Estadual. É oferecido também um plano odontológico para os colaboradores da Equatorial Energia Alagoas.

Os planos de saúde (UNIMED) e odontológico (UNIODONTO) possuem mensalidades pré-estabelecidas, reajustadas anualmente, com pagamento mensal da parcela do empregado e da parcela patronal, totalizando 12 faturas ao ano.

No Plano de Saúde e Odontológico existem 03 grupos distintos, denominados G1, G3 e G8. As definições dos grupos são apresentadas a seguir.

- **G1:** composto pelos empregados, afastados e futuros ex-empregados da Equatorial, conforme estabelecido no item 11.4 do Acordo Coletivo de Trabalho de 2019/2021. A parcela de participação da Equatorial para este grupo varia conforme faixas salariais para o Plano de Saúde e equivale a 60% para o Plano Odontológico. Caso um empregado da Companhia venham a se invalidar permanentemente, ele e seus dependentes têm o direito a permanecer no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). Para os inválidos, a Equatorial mantém o pagamento da parcela patronal para o titular e seus dependentes semelhante ao que contribuiria

se ele ainda estivesse em atividade. Este grupo é aberto para novas inclusões de ativos e inativos, conforme as alterações no quadro de empregados da Companhia.

- G3: composto por ex-empregados inválidos que permanecem no plano de saúde e odontológico sem contribuírem para os referidos planos, de forma que a participação da Equatorial para este grupo é de 100% das mensalidades. A Equatorial contribui para os titulares e também para os seus dependentes. Os titulares e dependentes deste grupo permanecem no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). Este é um grupo fechado, onde não há novas inclusões.
- G8: composto por ex-empregados (válidos e inválidos) que permanecem no plano de saúde e odontológico por decisão judicial. A parcela de participação da Equatorial para este grupo é estabelecida individualmente conforme cada decisão judicial. A Equatorial contribui para os titulares e também para os seus dependentes. Os titulares e dependentes deste grupo permanecem no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). A inclusão de novos titulares neste grupo somente pode ocorrer por meio de decisão judicial.

37.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2019 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2020.

2019														
	EQTL-MA				CELPA R	EQTL-PA CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Total	EQTL-PI		EQTL-AL		Plano de Saúde e Odontol
	CD	BD	CD	BD						Plano Saldado	Plano CV	BD	CD	
Déficit/(Superávit) apurado														
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	828	180.177		974	241.660	8.558	2.058	21.722	22.558	297.530	421.369	8.963	148.847	2.096
Valor justo dos ativos do plano	(8.498)	(214.911)		(9.951)	(330.836)	(5.923)	(3.448)	-	-	(350.158)	(427.916)	(3.314)	(286.413)	(6.528)
Déficit/(Superávit) apurado	(7.670)	(34.734)		(8.977)	(89.176)	2.635	(1.390)	21.722	22.558	(52.628)	(6.547)	5.649	(137.566)	(4.432)
Efeito do Teto de Ativo	6.916	34.734		3.344	89.176	-	1.150	-	-	93.670	6.547	-	121.374	4.432
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	6.916	34.734		3.344	89.176	-	1.150	-	-	93.670	6.547	-	121.374	4.432
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)														
Ativo líquido apurado	(754)	-		(5.633)	-	2.635	(240)	21.722	22.558	41.042	-	5.649	(16.192)	-
2018														
	EQTL-MA				CELPA R	EQTL-PA CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Total	EQTL-PI		EQTL-AL		Plano de Saúde e Odontol
	CD	BD	CD	BD						Plano Saldado	Plano CV	BD	CD	
Déficit/(Superávit) apurado														
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	712	157.156	-	212.656	37.543	18.352		19.985	16.633	305.169	421.369	1.332	133.395	5.664
Valor justo dos ativos do plano	(5.759)	(183.021)	-	(279.804)	(23.816)	(40.553)		-	-	(344.173)	(427.916)	(12.402)	(235.366)	(5.866)
Déficit/(Superávit) apurado	(5.047)	(25.865)	-	(67.148)	13.727	(22.201)		19.985	16.633	(39.004)	(6.547)	(11.070)	(101.971)	(202)
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais														
Efeito do Teto de Ativo	5.047	25.865	-	67.148	-	21.993		-	-	89.141	6.547	11.070	121.374	202
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	5.047	25.865	-	67.148	-	21.993		-	-	89.141	6.547	11.070	121.374	202
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)														
Ativo líquido apurado	-	-	-	-	13.727	(208)		19.985	16.633	50.137	-	-	(16.192)	

37.3 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	EQTL-MA		EQTL-PA							EQTL-PI		EQTL-AL		
	CD	BD	BD	CELPA OP	CELPA R	CD	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total	Plano Saldado	Plano CV	BD	CD	Planos de saúde
Resultado do Exercício														
Custo do serviço corrente líquido	93	31	(12)	-	(810)	(30)	-	(1.317)	(2.169)	179	-339	81	441	996
Custo do serviço passado	-	-	-	(11.440)	11.753	(967)	-	-	(654)			-	4.145	(2.111)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	53	13.556	(18.208)	(1.280)	(2.767)	(14)	(1.688)	(1.472)	(25.429)	37.207	176	11.115	258	2.764
Rendimento esperado dos ativos do plano	(503)	(15.886)	24.232	2.850	1.797	148	-	-	29.027	(39.334)	(1.297)	(19.913)	(470)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	442	2.328	(6.024)	(1.528)	-	(27)	-	-	(7.579)	594	1.013	7.497	209	-
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	85	29	(12)	(11.398)	9.973	(890)	(1.688)	(2.789)	(6.804)	(1.354)	(447)	(1.220)	(3.707)	1.629
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período														
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(2.195)	(30.346)	46.099	4.638	2.241	(1.207)	-	-	51.771	-(34.989)	8.869	(41.912)	1.077	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	116	23.795	(30.083)	(4.600)	(7.955)	(11)	(2.086)	(4.164)	(48.899)	73.804	9.310	15.035	763	63.807
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.428	6.541	(16.004)	22.371	-	(3.317)	-	-	3.050	(2.868)	(12.083)	26.984	4.021	-
Transferências (a)			-	(10.979)	4887	10.979	-	-	4.887	-	-	-	-	-
Remunerações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-	-								-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(651)	(10)	12	11.430	(827)	6.444	(2.086)	(4.164)	10.809	35.947	6.096	107	3.707	63.807

37.4 Ativos do plano

37.4.1 Ativos do plano incluem:

	EQTL-MA		EQTL-PA				EQTL-PI		EQTL-AL	
	CD	BD	BD	OP	R	CD	Saldado	CV	BD	CD
Títulos Públicos	140.277	205.974	297.437	-	-	140.277	-	-	-	-
Fundos de Investimento:	185.820	-	8.078	9.817	5.815	185.821	496.817	60.476	309.811	302.928
Outros	37.220	11.689	29.551	415	759	37.220	34.758	3.440	18.539	18.485
(=) Ativo Total	363.317	217.663	335.066	10.232	6.574	363.318	531.575	63.916	328.350	321.413

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

37.5 Obrigação de benefício definido

Premissas atuariais

Premissas em 31 de dezembro de 2019	EQTL-MA		EQTL-PA						EQTL-PI		EQTL-AL		
	BD	CD	BD	OP	CELPA R	EQUATORIAL CD	RESOLUÇÃO 10/1989	PLANOS DE SAÚDE	Saldado	CV	BD	CD	Planos de saúde
Taxa de inflação	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%
Taxa de desconto	6,85%	6,43%	6,82%	6,93%	7,14%	6,33%	6,72%	7,00%	6,93%	7,19%	6,88%	6,46%	6,98%
Futuros aumentos salariais	3,61%	4,65%	6,82%	6,93%	7,14%	6,33%	6,72%	7,00%	3,61%	3,61%	6,13%	6,13%	6,98%
Futuros aumentos de pensão	3,61%	3,61%	3,61%	Não aplicável	5,68%	4,65%	3,61%	5,68%	3,61%	3,61%	3,61%	Não aplicável	3,61%

Premissas em 31 de dezembro de 2018	EQTL-MA		EQTL-PA						EQTL-PI		EQTL-AL		
	BD	CD	BD	OP	CELPA R	EQUATORIAL CD	RESOLUÇÃO 10/1989	PLANOS DE SAÚDE	Saldado	CV	BD	CD	Planos de saúde
Taxa de inflação	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	3,89%	3,89%	3,89%
Taxa de desconto	9,00%	8,74%	8,97%	9,12%	9,15%	8,74%	8,90%	9,13%	9,06%	9,15%	8,63%	8,61%	8,73%
Futuros aumentos salariais	4,01%	5,05%	8,97%	9,12%	9,15%	8,74%	8,90%	9,13%	4,01%	4,01%	6,41%	6,41%	8,73%
Futuros aumentos de pensão	4,01%	4,01%	4,01%	Não aplicável	6,09%	5,05%	4,01%	6,09%	4,01%	4,01%	3,89%	Não aplicável	3,89%

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

		EQIL-MA	EQIL-PA		EQIL-PI		EQIL-AL	
		Plano BD	BD	PLANOS DE SAÚDE	Saldado	Plano CV	BD	Planos de saúde
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	(26.997)	-2.168	Impacto R\$	Impacto R\$
	Aumento de 0,5%	(8.560)	(10.787)	(1.292)	29.708	2.531	(7.31)	(5.361)
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	9.336	11.728	1.416			8.028	5.980

Quando consideramos a análise de sensibilidade da taxa de desconto para o plano CD as variações são irrelevantes.

Embora as análises não levem em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito dos planos, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

38 Instrumentos financeiros

38.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, ativos contratuais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustadoⁱⁱ (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

38.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos “*swap*” para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia, através de suas controladas, possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados como *hedge* para suas dívidas em moeda estrangeira.

38.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

Controladora		Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2019		2018	
Ativo				Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-						
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2		Custo amortizado	1.103	1.103	27.574	27.574
Investimentos de curto prazo	2		Valor justo por meio do resultado	535.210	535.210	690.572	690.572
Títulos e valores mobiliários	2		Valor justo por meio do resultado	871.556	871.556	-	-
				18.129	18.129	-	-
Total do ativo				1.425.998	1.425.998	718.146	718.146

Passivo		Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2019		2018	
				Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-		Custo amortizado	2.081	2.081	993	993
Empréstimos e financiamentos	-		Custo amortizado	507.358	507.147	834.166	834.425
Debêntures	-		Custo amortizado	1.263.854	1.298.762	1.262.443	1.298.449
Total do passivo				1.773.293	1.807.990	2.097.602	2.133.867

Consolidado		Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2019		2018	
Ativo				Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-		Custo amortizado	184.082	184.082	556.150	556.150
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2		Valor justo por meio do resultado	1.601.121	1.601.121	4.187.840	4.187.840
Investimentos de curto prazo	2		Valor justo por meio do resultado	4.043.717	4.043.717	-	-
Contas a receber de clientes	-		Custo amortizado	4.386.355	4.386.355	3.906.072	3.906.072
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-		Custo amortizado	1.096.690	1.096.690	-	-
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-		Custo amortizado	85.120	85.120	9.056	9.056
	3		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	154.093	154.093	-	-
AICs Ressarcíveis (a)							
Instrumentos financeiros derivativos	2		Valor justo por meio do resultado	60.555	60.555	142.451	142.451
Ativo financeiro de concessão - Distribuidoras	2		Valor justo por meio do resultado	4.945.545	4.945.545	3.794.951	3.794.951
Ativo contratuais	2		Valor justo por meio do resultado	7.399.367	7.399.367	2.290.132	2.290.132
Títulos e valores mobiliários	2		Valor justo por meio do resultado	126.757	126.757	-	-
Outros				-	-	597.946	597.946
Total do ativo				24.083.401	24.083.401	15.484.598	15.484.598

Passivo		Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2019		2018	
				Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-		Custo amortizado	1.976.110	1.976.110	1.553.025	1.553.025
Empréstimos e financiamentos	-		Custo amortizado	11.104.954	12.266.760	6.859.831	7.501.148
Instrumentos financeiros derivativos	2		Valor justo por meio do resultado	-	-	14.915	14.915
Valores a pagar da recuperação judicial	-		Custo amortizado	871.899	1.147.856	831.370	831.370
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-		Custo amortizado	142.451	142.451	-	-
Debêntures	-		Custo amortizado	5.703.467	5.830.267	4.676.349	4.787.503
Total do passivo				19.798.881	21.363.444	13.935.490	14.687.961

- (a) O montante do ressarcimento devido à vendedora (Eletrobrás), a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R\$ 70.640 e a Equatorial Alagoas, R\$ R\$ 83.453.

Após a homologação pela ANEEL do resultado da Revisão Tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobrás.

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Investimento de curto prazo e fundo de investimento - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

- **Títulos e valores mobiliários** – referem-se a aplicações financeiras não alocadas em disponibilidade, classificados como valor justo por meio resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma está refletido no valor da cota do fundo;
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo;
- **Sub-rogação da CCC** - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e suas controladas e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados;
- **Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado

calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e B3 S.A.;

- **Valores a receber/a pagar da parcela A** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; e
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **AIC Ressarcíveis** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo da homologação total ou parcial pela Eletrobrás, pois os dados de 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos em curso na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso usados para mensurar não são observáveis no mercado. Nível 3 na hierarquia de valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes.

Opção de Compra

Desde novembro de 2019 a Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferencias da Equatorial Distribuição que pode ser exercida entre 11 de novembro de 2022 a 11 de novembro de 2026. O preço da compra, se a opção for exercida, será o valor de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais) corrigido por 100% do CDI desde 11/11/2019 a data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 100% do CDI da data do pagamento a data de exercício da opção de compra. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito.

Tal opção de compra possui a hierarquia de valor justo Nível 3, na qual os valores dos inputs para mensuração do valor justo não são observáveis, uma vez que a Equatorial D não tem ações negociadas em bolsa e as ações preferenciais têm características próprias e diferentes das ações preferenciais tradicionalmente negociadas em bolsa, pois as mesmas tem direito a dividendos privilegiados desproporcionais à participação desta classe de ação no capital social da Equatorial Distribuição.

A desproporcionalidade dos dividendos em relação à participação no capital social levaria a Companhia a exercer a opção mesmo em cenários na qual a o valor das ações reduzisse, ou seja, em situações nas quais a empresa obtivesse prejuízo no exercício da call. Tal efeito não é capturado tradicionalmente no cálculo de uma opção de compra.

Em outras palavras, há que se levar em conta que a Companhia recompraria as ações ainda que o valor da empresa desvalorizasse bastante, ou seja, até quando o valor da participação destas ações PNs fosse R\$ 179.180, pois neste cenário o direito ao fluxo de dividendos de 55% é igual ao valor do aporte do acionista minoritário (R\$ 1.000.000).

Desta forma, para calcular o valor justo haveria que somar estas situações de exercício da call: (i) por obtenção de lucro no derivativo, que são as que tradicionalmente uma opção de compra é

calculada e (ii) por obtenção de prejuízo no derivativo, nas situações nas quais a companhia exerceria o direito de recompra para que o acionista minoritário não tivesse direito ao fluxo de 55% dos dividendos privilegiados (prejuízo no derivativo).

Mensuração a Valor Justo

Para mensuração do valor justo, usamos modelos de Black & Scholes e entendemos que a taxa de juros e o pay out de dividendos nesta opção até o seu exercício é irrelevante, pois o preço de exercício também sofre correção pela mesma taxa de juros e também é descontado pelos dividendos pagos, assim as variáveis utilizadas para cálculo da opção tradicional foram:

	2019	2019	2019
	CALL (a)	PUT (b)	PUT (área de não exercício) (c)
Valor justo na data de outorga	240.114	240.114	164
Preço das ações na data de outorga	1.006.418	1.006.418	1.006.418
Preço de exercício	1.006.418	1.006.418	179.180
Volatilidade esperada (média ponderada)	23,22%	23,22%	23,22%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	6,86	6,86	6,86
Taxa de juros livre de risco (taxa a termo BMF para o prazo)	6,74%	6,74%	6,74%
VALOR DA CALL (a)-(b-c)	164		

Do valor calculado nesta opção tradicional, precisamos subtrair as áreas de exercício que traria um prejuízo no exercício da call. Entendemos que esta área é a diferença entre os cálculos de put com os seguintes parâmetros:

Na nossa estimativa o resultado deste cálculo (a) – [(b)-(c)] tenderia a um valor imaterial, tanto em 11 de novembro de 2019 como em 31 de dezembro de 2019. Dada a imaterialidade do valor encontrado, não foi contabilizada o valor desta opção.

38.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia é fazer hedge de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando *SWAPs* de fluxo de caixa onde na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como hedge de fluxo de caixa.

As Companhias determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de hedge. O método utilizado é o Critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, notional contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Equatorial Pará

Em 31 de dezembro de 2019, a Equatorial Pará possui contratos de *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira.

Em 11 de junho de 2018, a Equatorial Pará realizou captação de recursos no valor contratado de

US\$ 100.000, com juros e amortização trimestrais tendo como data de vencimento final 12 de junho de 2023. A captação tem como desembolso a taxa de US\$ Libor + 0,84% a.a. + I.R (objeto de hedge), e tem um contrato de swap contabilizado a valor justo por meio do resultado (instrumento de *hedge*).

Em 05 de julho de 2019, realizou outra operação contratada no valor total de US\$ 140.000 com juros e amortização trimestrais tendo como data de vencimento 05 de julho de 2022. Essa captação tem como desembolso a taxa de US\$ Libor + 0,79% a.a + IR (objeto de hedge), e tem um contrato de swap contabilizado a valor justo por meio de outros resultado abrangentes (instrumento de hedge).

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Citibank é R\$ 976.221 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 1.069.521).

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Equatorial Pará, vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	2019	2018
Citibank- US\$140 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,79% a.a.	576.286	697.727
Ponta passiva	114% do CDI	(557.040)	(561.217)
Total		<u>19.246</u>	<u>136.510</u>
Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	2019	2018
Citibank - US\$100 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,84% a.a.	408.570	395.038
Ponta passiva	111,8% do CDI	(397.896)	(404.012)
Total		<u>10.674</u>	<u>(8.974)</u>
Líquido circulante		169	(14.915)
Líquido não circulante		<u>29.751</u>	<u>142.451</u>
Total		<u>29.920</u>	<u>127.536</u>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de hedge e a inefetividade de hedge foram os seguintes:

Risco Cambial	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de SWAP Hedge para empréstimos em moeda estrangeira	852.500	29.920	-	Instrumentos financeiros derivativos	3.645	n/a

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros resultados abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de hedge de fluxo de caixa:

	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de custos de Hedge
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	-
Hedge de fluxo de caixa		
Mudanças no valor justo:		
Risco cambial - SWAP Empréstimos	3.645	-
Valor reclassificado para resultado:		
Risco cambial - SWAP Empréstimos	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.645	-

Equatorial Piauí

A Controlada Equatorial Piauí possui SWAP com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento em 05 de abril de 2022. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do contrato de empréstimo e financiamento em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 315.681 (em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 0).

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	2019	2018
Citibank- US\$300 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,725% a.a.	317.526	-
Ponta passiva	113,5% do CDI	(308.463)	-
Total		<u>9.063</u>	<u>-</u>
Líquido circulante		72	-
Líquido não circulante		<u>8.991</u>	<u>-</u>
Total		<u>9.063</u>	<u>-</u>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Os valores relativos ao item designado como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de hedge foram os seguintes:

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2019		Durante o período de 2019		
		Ativo	Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de SWAP Hedge para empréstimos em moeda estrangeira	300.000	9,063	-	Instrumentos financeiros derivativos	2.736	n/a

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de hedge de fluxo de caixa:

	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de custos de Hedge
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	-
Hedge de fluxo de caixa		
Mudanças no valor justo:		
Risco cambial - SWAP Empréstimos	2.736	-
Valor reclassificado para resultado:		
Risco cambial - SWAP Empréstimos	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.736	-

38.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2018.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. Assim sendo,

anualmente realizado o *workshop* de cobrança para alinhamento dos direcionamentos estratégicos de recuperação do contas a receber. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas.

Contas a receber

As contas a receber das controladas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como das empresas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará são compostas pelas faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

As Companhias estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL .

A participação das contas a receber de consumidores das controladas está conforme abaixo:

Classe consumidora (Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas)	%	
	2019	2018
Residencial	57%	57%
Industrial	6%	5%
Comercial	17%	14%
Rural	4%	4%
Poder público	9%	12%
Iluminação pública	3%	3 %
Serviço público	4%	5%
Total	100%	100%

As controladas da Companhia do segmento de distribuição registraram uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 8.2.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

Distribuição

Classe consumidora	2019				
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	1.794.009	282.974	1.456.350	88.764	3.622.097
Industrial	234.839	11.536	116.713	-	363.088
Comercial	561.702	80.155	464.108	-	1.105.965
Rural	181.157	18.862	76.482	-	276.501
Poder público	199.868	39.785	332.773	-	572.426
Iluminação pública	91.004	534	94.210	-	185.748
Serviço público	106.836	19.112	122.530	-	248.478
Total	3.169.415	452.958	2.663.166	88.764	6.374.303

Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	1.423.463	225.580	1.314.317	83.955	3.047.315
Industrial	183.857	12.136	69.031	-	265.024
Comercial	431.384	69.714	209.724	-	710.822
Rural	131.803	13.720	72.578	-	218.101
Poder público	176.587	36.044	293.778	-	506.409
Iluminação pública	55.466	445	86.759	-	142.670
Serviço público	114.682	16.048	81.498	-	212.228
Total	2.517.242	373.687	2.127.685	83.955	5.102.569

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes (contas a receber)

As Companhias Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas adotam o modelo de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* de não recebimento de faturas e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. Uma matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging list* das faturas de energia elétrica e das parcelas através da análise.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2019.

As perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos.

No que tange a abordagem sobre o reconhecimento de perdas, o modelo praticado para mensuração das perdas esperadas através da utilização da matriz de provisão a qual é baseada no comportamento histórico de inadimplência, e associada a experiência da administração em relação as práticas de cobranças adotadas para realização dos recebíveis, observou-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a não necessidade do reconhecimento de perdas esperadas e sim de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme valores detalhados na nota explicativa nº 8.2.

Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (Consolidado)

FAIXA	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A Vencer	1.981.718	28%	550.422	985.362	5%	53.626
Vencido 1 a 30	46.718	29%	13.533	455.730	7%	33.480
Vencido 31 a 60	30.566	43%	13.279	126.614	18%	22.913
Vencido 61 a 90	27.984	50%	14.036	79.890	29%	22.830
Vencido 91 a 120	25.240	55%	13.967	65.253	33%	21.452
Vencido 121 a 150	21.706	59%	12.874	66.013	34%	22.406
Vencido 151 a 180	21.831	62%	13.552	47.436	38%	17.969
Vencido 181 a 210	20.196	62%	12.622	38.522	41%	15.776
Vencido 211 a 240	19.343	63%	12.180	37.163	44%	16.450
Vencido 241 a 270	16.621	64%	10.583	32.272	46%	14.954
Vencido 271 a 300	20.224	65%	13.105	34.662	48%	16.648
Vencido 301 a 330	17.641	66%	11.641	39.734	49%	19.469
Vencido 331 a 360	15.756	66%	10.453	36.537	50%	18.376
Vencido 361 a 390	15.208	67%	10.216	34.654	51%	17.739
Vencido 391 a 420	16.545	67%	11.121	36.518	53%	19.280
Vencido 421 a 450	14.673	69%	10.164	33.373	55%	18.238
Vencido 451 a 630	75.677	69%	52.387	182.343	55%	100.731
Vencido 631 a 720	30.387	71%	21.529	88.799	58%	51.272
Vencido 721 a 810	23.076	74%	17.050	78.759	60%	47.202
Vencido 811 a 990	34.779	77%	26.644	112.310	62%	69.919
Vencido 991 a 1080	13.766	82%	11.313	61.479	62%	38.361
Vencido 1081 a 1170	9.878	85%	8.369	67.189	63%	42.102
Vencido 1171 a 1350	13.748	86%	11.841	93.456	72%	67.688
Vencido 1351 a 1530	16.592	86%	14.283	77.123	81%	62.651
Vencido 1531 a 1710	12.233	89%	10.898	45.346	78%	35.444
Vencido 1711 a 1890	8.487	89%	7.582	36.382	78%	28.499
Vencido Maior 1890	55.771	95%	52.897	177.481	82%	145.176
Total	2.606.364		968.541	3.170.400		1.040.651

PECLD Outros (Consolidado)

Faixa	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média de Outros	Saldo
A Vencer	83.893	7%	5.511
Vencido 1 a 30	14.638	6%	900
Vencido 31 a 60	6.338	19%	1.202
Vencido 61 a 90	4.960	30%	1.481
Vencido 91 a 120	4.383	33%	1.444
Vencido 121 a 150	3.900	36%	1.409

Vencido 151 a 180	3.598	37%	1.332
Vencido 181 a 210	2.372	39%	930
Vencido 211 a 240	2.107	41%	874
Vencido 241 a 270	1.854	42%	770
Vencido 271 a 300	2.046	44%	900
Vencido 301 a 330	2.080	46%	947
Vencido 331 a 360	2.508	47%	1.171
Vencido 361 a 390	2.668	48%	1.272
Vencido 391 a 420	2.193	48%	1.062
Vencido 421 a 450	1.748	48%	831
Vencido 451 a 630	6.583	51%	3.341
Vencido 631 a 720	2.144	56%	1.193
Vencido 721 a 810	522	53%	276
Vencido 811 a 990	1.030	51%	530
Vencido 991 a 1080	310	42%	130
Vencido 1081 a 1170	272	40%	110
Vencido 1171 a 1350	311	51%	157
Vencido 1351 a 1530	479	75%	357
Vencido 1531 a 1710	509	75%	380
Vencido de 1711 a 1890			
Vencido mais de 1890			
<hr/>			
Total	153.446		28.510

PECLD não faturados (Consolidado)

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A Vencer	452.958	5,41%	24.484
Total	452.958		24.484

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia e suas controladas detém caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R\$ 536.313 e R\$ 1.785.203, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 718.146 e R\$ e 4.743.990 em 31 de dezembro de 2018). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating acima AA-,-, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia, bem como das suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acimaacimaacima AA-,-, baseado nas agências de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas nº 188 (Empréstimos e financiamentos), nº 199 (Debêntures) e nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.**5 (Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial).

A Companhia e suas controladas tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 3,1 em 31 de dezembro de 2019 (4,7 em 31 de dezembro de 2018).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Títulos de dívida emitidos sem garantia	507.358	525.511	-	525.511	-	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	507.358	525.511	-	525.511	-	-
Títulos de dívida emitidos com garantia	1.263.854	1.482.844	49.367	728.993	74.168	630.316
Subtotal - Debêntures	1.263.854	1.482.844	49.367	728.993	74.168	630.316
Fornecedores	2.081	2.081	166	1.915	-	-
Total	1.773.293	2.010.436	49.533	1.256.419	74.168	630.316

Consolidado

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	8.254.654	14.932.539	114.750	613.710	1.117.095	3.507.859	9.579.125
Empréstimos bancários sem garantia	1.176.260	1.265.495	5.177	38.869	553.454	667.995	-
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.076.027	1.118.780	-	525.511	593.269	-	-
Títulos de dívida emitidos com garantia	598.013	615.875	-	615.875	-	-	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	11.104.954	17.932.689	119.927	1.793.965	2.263.818	4.175.854	9.579.125
Títulos de dívida emitidos sem garantia	3.166.009	3.781.796	49.367	920.148	372.524	2.439.757	-
Títulos de dívida emitidos com garantia	2.537.458	3.832.890	6.969	63.756	989.181	1.213.440	1.559.544
Subtotal - Debêntures	5.703.467	7.614.686	56.336	983.904	1.361.705	3.653.197	1.559.544
Empréstimos bancários com garantia	122.363	172.340	1.008	10.895	19.929	96.268	44.240
Empréstimos bancários sem garantia	749.536	1.604.821	40	41.933	42.515	130.017	1.390.316
Subtotal - Demais passivos financeiros não derivativos	871.899	1.777.161	1.048	52.828	62.444	226.285	12.580.320
Fornecedores	1.978.392	1.989.861	1.891.762	91.004	-	-	7.095
Total	19.658.712	29.314.397	2.069.073	2.921.701	3.687.967	8.055.336	12.580.320
Passivos financeiros derivativos							
Swaps de taxas de juros utilizados para <i>hedging</i>	(29.920)	(28.842)	(2.205)	(6.955)	(18.067)	(1.615)	-
Total	(29.920)	(28.842)	(2.205)	(6.955)	(18.067)	(1.615)	-

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 e 19, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia e suas controladas.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de

mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas observando o comportamento do mercado e obedecendo a política de hedge da Companhia. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a Equatorial Maranhão não tem exposição ao câmbio na dívida, a exposição ao câmbio da Equatorial Pará de 22,9% (28,9% em 2018), a exposição Controlada Equatorial Piauí é de 11,7% (0,5% em 31 de dezembro de 2018), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira), conforme demonstrado a seguir:

Consolidado

Indexador	R\$	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor (com Swap CDI)	1.291.901	6,7%	set/22	2,5	7,3%
Moeda estrangeira	1.291.901	6,7%		2,5	7,3%
TJLP	245.702	7,6%	mai/23	1,8	1,4%
CDI	7.994.791	7,0%	fev/23	2,4	45,4%
Pré-fixado	1.635.526	10,7%	out/41	15,7	9,3%
IGP-M	362.734	9,2%	jan/32	9,8	2,1%
IPCA	5.620.056	8,4%	fev/34	8,7	31,9%
SELIC	466.747	7,4%	mar/23	1,6	2,6%
Moeda nacional	16.325.557	7,9%		6,0	92,7%
Total	17.617.458	7,9%		5,7	100%

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As empresas Equatorial Pará e a Equatorial Piauí possuem duas dívidas em moeda estrangeira, sendo que ambas possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 38.4.

As empresas Equatorial Maranhão e Equatorial Alagoas não tem exposição ao câmbio na dívida em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, , um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Consolidado				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(1.291.901)	(1.314.341)	(1.641.323)	(1.968.306)	(984.153)	(657.170)
Impacto no resultado			-	(326.982)	(653.965)	330.188	657.170
Swap - Ponta Ativa	USD	1.302.382	1.360.598	1.699.089	2.037.579	1.018.790	680.299
Impacto no resultado (swap)			-	338.490	676.981	(341.809)	(680.299)
Referência para passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa projetada				
Dólar USD/R\$ (12 meses)		4,10	31/12/2019	+25%	+50%	-25%	-50%
			4,03	5,12	6,14	3,07	2,05

Fonte: B3

(iii) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foi demonstrada em cinco cenários.

A seguir é apresentado em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.406.766	1.469.648	1.485.369	1.501.089	1.453.927	1.438.207
Impacto no resultado			-	15.721	31.441	(15.721)	(31.441)

Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
	CDI	(1.663.324)	(1.737.675)	(1.756.263)	(1.774.850)	(1.719.087)	(1.700.500)
	IPCA	(113.693)	(118.923)	(120.230)	(121.538)	(117.615)	(116.308)
Impacto no resultado			-	(19.895)	(39.790)	19.895	39.790
Efeito líquido no resultado			-	(4.174)	(8.349)	4.174	8.349

Consolidado							
Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	5.644.838	5.897.162	5.690.243	6.023.324	5.834.081	5.771.000
Impacto no resultado			-	63.081	126.162	(63.081)	(126.162)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
	CDI	(8.039.674)	(8.399.047)	(8.488.890)	(8.578.734)	(8.309.204)	(8.219.360)
	SELIC	(466.747)	(487.984)	(493.293)	(498.602)	(482.675)	(477.366)
	TJLP	(245.702)	(257.889)	(260.936)	(263.982)	(254.842)	(251.796)
	IGP-M	(362.734)	(378.477)	(382.413)	(386.348)	(374.541)	(370.606)
	IPCA	(5.574.367)	(5.830.788)	(5.894.893)	(5.958.998)	(5.766.683)	(5.702.578)
Impacto no resultado			-	(166.240)	(332.479)	166.240	332.479
Efeito líquido no resultado			-	(103.159)	(206.317)	105.657	206.317

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada (BMF)	Taxa em 31/12/2019	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	4,47	5,98	5,59	6,71	3,35	2,24
SELIC (% 12 meses)	4,55	5,98	5,69	6,83	3,41	2,28
TLP (% 12 meses)	4,31	4,31	5,39	6,47	3,23	2,16
TJLP (% 12 meses)	4,96	6,20	6,20	7,44	3,72	2,48
IGP-M (% 12 meses)	4,34	7,30	5,43	6,51	3,26	2,17
IPCA (% 12 meses)	4,60	4,31	5,75	6,90	3,45	2,30

Fonte: B3

(iv) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas 18 (Empréstimos e financiamentos) e 19 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial da Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(v) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

(vi) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(vii) Risco Ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de

Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

38.6 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

39 Demonstrações dos fluxos de caixa

Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controladora

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Dividendo mínimo obrigatório	322.523
Direito de uso (b)	1.110
Total	<u>323.633</u>

Consolidado

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Aumento de capital (a)	308.509
Dividendo mínimo obrigatório	587.902
Atividades de investimento	
Direito de uso (b)	51.868
Aquisições no ativo contratual (c)	281.056
Total	1.229.335

- (a) Trata-se -se do aumento de capital pela movimentação reserva de lucros sem efeito caixa conforme ata realizada em 29 de abril de 2019 na Equatorial Pará e Equatorial Maranhão;
- (b) Com a aplicação do IFRS 16 tivemos essa variação não caixa referente ao direito de uso das controladas; e
- (c) Esse efeito é referente ao saldo que estava em fornecedores que tem ligação direta com aquisição no ativo contratual que não houve efeito caixa.

40 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Distribuição, Transmissão, Serviçosⁱⁱⁱ e Outros^{iv} cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

2019						
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Reconciliação		Total
				Administração	Eliminações	
Ativos operacionais	26.920.295	8.696.385	234.373	17.284.982	(15.605.940)	37.530.095
Passivo operacionais	19.532.836	6.126.191	82.297	2.195.202	(179.804)	27.756.722
2018						
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Reconciliação		Total
				Administração	Eliminações	
Ativos operacionais	19.650.669	3.196.265	163.256	2.732.371	(236.565)	25.505.996
Passivo operacionais	14.912.573	1.838.539	72.325	2.353.297	(239.670)	18.953.125

ⁱⁱⁱ Serviços diz respeito às atividades de serviços fornecidos pela 55 Soluções S/A, Equatorial Telecomunicações Ltda e Solenergias Comercializadora de Energia S/A. Para maiores informações, consultar nota explicativa nº 11.3 Entidades controladas e controladas em conjunto.

^{iv} Outros é referente aos serviços de Administração Central decorrentes das operação de *holding*, bem como compartilhamento de pessoal e infra-estrutura, fornecidas pelas empresas Equatorial Energia Distribuição S/A, Equatorial Transmissão S/A e Equatorial Energia S/A. Para maiores informações, consultar nota explicativa nº 11.3 Entidades controladas e controladas em conjunto.

2019						
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Reconciliação		Total
				Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	13.262.495	5.271.536	442.135	-	(179.820)	18.796.346
Custos e Despesas Operacionais	(10.892.533)	(3.173.388)	(383.814)	(135.418)	44.423	(14.405.333)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	2.369.962	2.098.148	58.321	(135.418)	(135.397)	4.391.013
Receita financeira	1.690.378	12.594	26.584	33.832	-	1.763.388
Despesa financeira	(2.124.943)	(67.533)	(164)	(198.408)	-	(2.391.048)
Resultado Financeiro	(434.565)	(54.939)	26.420	(164.576)	-	(627.660)
Resultado de Participações Societárias	-	-	-	3.937.680	(4.020.974)	(83.294)
Imposto de renda e contribuição social	(219.463)	(716.605)	(28.359)	-	-	(964.427)
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	1.715.934	1.326.604	56.382	3.637.686	(4.156.371)	2.715.632

2018						
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Reconciliação		Total
				Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	9.797.248	1.020.412	507.534	-	(72.567)	11.252.627
Custos e Despesas Operacionais	(8.077.780)	(681.139)	(465.478)	(59.183)	72.569	(9.211.011)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	1.719.468	339.273	42.056	(59.183)	2	2.041.616
Resultado Financeiro	(742.075)	(5.306)	4.985	(40.188)	-	(782.584)
Resultado de Participações Societárias	-	-	331	36.186	-	36.517
Imposto de renda e contribuição social	(18.396)	(100.433)	(15.655)	(5)	-	(134.489)
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	958.997	233.534	31.717	(63.190)	2	1.161.060

40.1 Receita operacional por segmento

2019					
	Distribuição	Transmissão	Serviços	Eliminações	Total
Suprimento (venda) de energia elétrica	383.478	-	-	-	383.478
Fornecimento de energia elétrica	15.993.707	-	303.090	-	16.296.797
CVA e outros itens financeiros	44.732	-	-	-	44.732
Receita de construção	1.878.597	4.714.857	-	-	6.593.454
Operação com Transmissão de Energia Elétrica	-	6.990	-	-	6.990
Receita de Operação e Manutenção	-	17.436	-	-	17.436
Outras receitas	552.295	1.093.018	206.165	(179.820)	1.671.658
Total da receita bruta	18.852.809	5.832.301	509.255	(179.820)	25.014.545

2018					
	Distribuição	Transmissão	Serviços	Eliminações	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	634.888	-	-	-	634.888
Fornecimento de Energia Elétrica	10.593.835	-	414.522	-	11.008.357
CVA e outros itens financeiros	418.172	-	-	-	418.172
Receita de construção	1.241.191	924.423	-	-	2.165.614
Energia Elétrica	-	8.439	-	-	8.439
Receita de Operação e Manutenção	-	31.642	-	-	31.642
Outras receitas	922.299	164.014	161.265	(72.567)	1.175.011
Total da receita bruta	13.810.385	1.128.518	575.787	(72.567)	15.442.123

40.2 Segmento geográfico

A Companhia optou evidenciar as informações por segmentos econômicos por Unidade Federativa em que atua no setor de distribuição** de energia:

(a) Receita operacional distribuição

	2019				2018		
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas*	Maranhão	Pará	Piauí
Receita operacional líquida	3.793.558	5.595.340	2.429.658	1.443.939	2.776.145	5.491.536	508.941

* As Distribuidoras possuem sedes operacional e administrativa nas respectivas Unidades Federativas em que atuam. As Transmissoras, por sua vez, possuem suas operações em locais distintos da sede administrativa, as quais estão em Brasília/DF e, portanto, não são analisadas de forma geográfica pela Companhia.

Os administradores da Companhia, para a tomada de decisão, analisam somente as distribuidoras por segmento geográfico. As transmissoras não são analisadas nessa segmentação devido ao fato das linhas de transmissão passarem por diversas regiões.

41 Compromissos – Contratos de compra de energia (Consolidada)

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia das Companhias Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas são os seguintes:

	Vigência	2020	2021	2022	Após 2022*
Energia contratada (em R\$)	2020 a 2032	5.110.568	6.882.766	7.242.780	89.223.618
Energia contratada (em MhW)	2020 a 2032	24.689.606	24.905.952	25.487.335	246.067.622

(*) estimado 12 anos após 2022.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

42 Compromissos futuros

Os compromissos futuros relacionados a contratos de longo prazo das Companhias Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas e Equatorial Transmissão são os seguintes:

Individual

	Vigência	2020	2021	2022	Após 2022*
Arrendamentos e aluguéis (R\$ Mil)	2020 a 2028	150	138	127	528

(*) estimado após 2022.

Consolidada

	Vigência	2020	2021	2022	Após 2022*
Arrendamentos e aluguéis (R\$ Mil)	2020 a 2028	11.162	5.537	3.550	13.175
Sistema isolado (R\$ Mil)	2020 a 2032	455.439	418.927	316.590	684.212
Sistema isolado (MhW)	2020 a 2032	303	280	224	926

(*) estimado após 2022.

43 Seguros

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia e suas controladas são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia e por suas controladas estão demonstrados a seguir:

Consolidado

Riscos	Vencimento	Valores
D&O Geral	(a)	80.000
Riscos operacionais	(a)	1.084.700
Responsabilidade civil geral – operações	(a)/(b)/(c)	821.000
Riscos diversos	(a)	1.095
Seguro garantia judicial	(b)/(d)	1.773.262
Seguro garantia leilão de energia	(a)	793
Automóvel	(e)	-
Seguro garantia de fiel cumprimento/Construção	(a)	400.137
Execução de obras de implantação da linha de transmissão	(a)	77.081

- (a) Apólices vigentes até 2020;
- (b) Apólices vigentes até 2022;
- (c) Apólices vigentes até 2023;
- (d) Apólices vigentes até 2024; e
- (e) Conforme apólice, este seguro é apenas contra terceiros, ou seja, não há importância segurada.

(*) 282 veículos próprios segurados.

44 Eventos subsequentes

Contrato de compartilhamento

A Superintendente de fiscalização econômica e financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do despacho nº. 563 de 21 de fevereiro de 2020, anuiu previamente à celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura a ser firmado entre as partes relacionadas Equatorial Energia S.A., Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Para Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Transmissão S.A., Equatorial Transmissora 1 SPE S.A., Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., Equatorial Transmissora 3 SPE S.A., Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. e a Integração Transmissora de Energia S.A., nos termos da minuta de contrato analisada.

Equatorial Pará

PIS/COFINS sobre consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF havia publicado Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, referente a tese que discutia a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 2017 a companhia ajuizou ação sobre o referido tema obtendo decisão favorável com trânsito em julgado no processo 100533-18.2017.4.01.3900 da data de 06 de fevereiro de 2020, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2019 a controlada Equatorial Pará estima recuperar o montante de R\$ 929.571, não havendo impacto no resultado.

Em 17 de março de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL abriu uma tomada de subsídios, até 15 de abril de 2020, para coletar informações da sociedade sobre o tratamento regulatório a ser dado para decisões judiciais que tratam da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da COFINS nas contas de luz. Após esse prazo, a ANEEL analisará as contribuições, definirá os montantes envolvidos e abrirá consulta pública para definição regulatória da forma de devolução desse crédito.

SPE 01

No âmbito do Contrato de Financiamento por Instrumento Particulado nº 193.2018.581.6501 de 19 de junho de 2018 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), no dia 07 de janeiro de 2020 a Companhia (SPE 1) recebeu o 4º desembolso do Contrato junto ao BNB, no montante de R\$ 50.002. Esse desembolso será integralmente destinado à realização de investimentos no projeto e possui prazo de vencimento de 20 anos com juros remuneratórios com taxa de IPCA + 2,0766% a.a. Em 01 de maio de 2020, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 01, com RAP (Receita Anual Permitida) total de R\$ 86,5 milhões (valores de jun/19).

Em 5 de fevereiro de 2020, entraram em operação comercial 7,28% dos empreendimentos de transmissão que compõem o Contrato de Concessão da Companhia, com RAP (Receita Anual Permitida) total de R\$ 76,3 milhões (valores de junho/19). O Contrato de Concessão da SPE 01 foi assinado em fevereiro de 2017, e a sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 24 meses, 2 anos, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/22).

SPE 02

Em 5 de fevereiro de 2020, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 02, com RAP (Receita Anual Permitida) total de R\$ 78 milhões (valores de junho/19). O Contrato de Concessão da SPE 02 foi assinado em fevereiro de 2017, e a sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 24 meses, 2 anos, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/2022).

SPE 5

No âmbito do Contrato de Financiamento por Instrumento Particularizado nº 193.2018.1154.6749 de 19 de dezembro de 2018 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), no dia 05 de março de 2020 a Companhia (SPE 5) recebeu o 5º desembolso do Contrato junto ao BNB, no montante de R\$ 61.916. Esses montantes integralmente destinadas à realização de investimentos no projeto e possui prazo de vencimento de 20 anos com juros remuneratórios com taxa de IPCA + 2,5707% a.a.

SPE 6

No âmbito do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0126.1 de 02 de abril de 2019 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no dia 27 de fevereiro de 2020 a Companhia (SPE 6) recebeu o 4º desembolso do Contrato junto ao BNDES, no montante de R\$ 100.000. Esse serão integralmente destinadas à realização de investimentos no projeto e possui prazo de vencimento em dezembro de 2042 com juros remuneratórios com taxa de IPCA + 4,87% a.a.

SPE 8

Em 12 de janeiro de 2020, entraram em operação os trechos LT Altamira/Transamazônica e Transamazônica/Tapajós II + Subestação Tapajós que, conjuntamente, representam R\$ 86,1 milhões em RAP (Receita Anual Permitida), equivalente a 62,1% do total da SPE 08. O Contrato de Concessão da SPE 08 foi assinado em 21 de julho de 2017, e a entrada em operação destes trechos representa uma antecipação de aproximadamente 30 meses em relação ao prazo regulatório, evitando a necessidade de investimentos públicos em geração termoeletrica na região e melhorando a qualidade da energia no Tramo Oeste Paraense.

Equatorial Piauí

No dia 16 de janeiro de 2020, a Equatorial Piauí assinou o contrato de empréstimo (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander S.A. no valor de US\$ 130.000, com prazo de vencimento dia 27 de dezembro de 2023, com fiança da Controladora Equatorial Energia e custo equivalente de taxa CDI mais spread de 0,98%.

Equatorial Alagoas

No dia 16 de janeiro de 2020, a Equatorial Alagoas assinou o contrato de empréstimo (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander S.A. no valor de US\$ 250.000, com prazo de vencimento dia 27 de dezembro de 2023, com fiança da Controladora Equatorial Energia e custo equivalente de taxa CDI mais spread de 0,98%.

Revisão Tarifária Extraordinária - RTE

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no uso da competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria nº 4.595, aprovou a abertura da consulta pública nº 004/2020, durante o período de 05 de fevereiro de 2020 à 20 de março de 2020. A ação teve como desígnio obter subsídios para aprimoramento da proposta referente à Revisão Tarifária Extraordinária - RTE da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Em 28 de abril de 2020, a diretoria da ANEEL aprovou os índices da RTE da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. O efeito médio previsto para os consumidores, em função dessa revisão, é de 9,85% e entraria em vigor a partir de 03 de maio de 2020, porém, em decorrência do atual cenário da pandemia da COVID-19 e a pedidos da Companhia, a agência reguladora suspendeu a aplicação das novas tarifas. A previsão é que as novas tarifas passem a vigorar somente a partir de 01 de julho de 2020 e até lá a empresa continuará aplicando a atual tarifa de energia.

Equatorial Energia

Liquidação de Debêntures

Em 10 de março de 2020, a Companhia realizou o resgate total antecipado da 1ª série da sua 2ª Emissão de Debêntures, no montante total de R\$ 695.500 (seiscentos e noventa e cinco milhões e quinhentos mil reais) com prazo contratual de vencimento em 15 de novembro de 2022, juros remuneratórios equivalente à CDI + 1,60% a.a. e prêmio de 0,25% a.a. Tal ação objetivou a redução da exposição ao risco de mercado.

Impacto do surto da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em março de 2020 foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19, e após o reconhecimento da situação de pandemia pela OMS/ONU, o governo brasileiro também reconheceu a situação – o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Até o momento da divulgação da demonstração financeira, não foi observado nenhum impacto relevante e significativo nas condições que já existiam na data final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, nos termos da norma técnica CPC 24 / IASB 10 – CPC 24 – Evento Subsequente, e que já não estejam refletidas nos ajustes contábeis sobre a mensuração dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas para as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Ainda não é possível mensurar, com precisão razoável, futuros impactos financeiros e econômicos que a Covid-19 possa causar, dado que os cenários são múltiplos, contudo a Companhia e suas controladas continuaram monitorando a evolução da situação e seus impactos, sendo relevante frisar que por ser uma empresa regulada, o seu equilíbrio econômico e financeiro é garantido nos contratos de concessão de suas controladas.

A Companhia e suas controladas tomaram diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, tais como: i) cancelamento de viagens nacionais e internacionais; ii) adoção de home office e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações; iii) utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. A Companhia continuará atendendo às orientações e determinações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Dentre os possíveis efeitos, que ainda não podem ser mensurados, citamos: *i*) a possibilidade de revisão da projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais da Companhia para o ano de 2020 e aumento das perdas de energia elétrica, o que pode causar a necessidade de reconhecer uma perda ao valor recuperável nos ativos não financeiros e imposto de renda e contribuição social diferidos; *ii*) exposição a variação e cambial em função das captações de recursos em moeda estrangeira, bem como respectivas taxas de juros, as quais estão parcialmente cobertas por operações financeiras de derivativos, cujo cenários de exposição estão divulgados na análise de sensibilidade na nota explicativa n° 36.4. Adicionalmente, a possibilidade de revisão da projeção de receitas e dos fluxos de caixa será, naturalmente, acompanhada de uma revisão do ritmo de obras para investimento, possibilitando uma desaceleração. Essas ocorrências caracterizam-se como caso fortuito/força maior e para mitigar tal efeito, com base no princípio jurídico fato do príncipe, a concessionária poderá acionar a ANEEL, seguindo o rito previsto em seu contrato de concessão para solicitar o reequilíbrio econômico e financeiro da concessão. Vale relembrar que a presente situação não se restringe à Companhia, mas afeta todas as distribuidoras de energia elétrica. Situações similares já foram vivenciadas (acionamento de 2001 e 2002, e efeitos da MP 579/2012) no passado, e ensejaram a construção de soluções sistêmicas, que preservaram o equilíbrio econômico e financeiro do setor como um todo. Assim, além do mecanismo individual de reequilíbrio (Revisão tarifária extraordinária), é natural que se tenha uma solução sistêmica, capitaneada pelo Governo Federal e pela ANEEL.

A Companhia e suas controladas trabalham com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

Na gestão de empréstimos, enquanto as Distribuidoras do grupo possuem empréstimo contratado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para financiar seu plano de investimentos de 2020 as SPEs de Transmissão já contam com 100% do *funding* de longo prazo contratado. Adicionalmente informamos que todas as dívidas em moeda estrangeira estão integralmente protegidas por meio de instrumentos financeiros de *hedge*.

Por meio da Medida Provisória nº 950/2020, de 08 de abril de 2020, o Governo Federal ampliou o desconto do baixa-renda (TSEE) para 100% nos meses de abril, maio e junho, de forma que na mesma medida há uma maior proteção ao consumidor, e, um benefício às distribuidoras com melhoria de arrecadação e fluxo de caixa.

No que se refere à TSEE a Medida Provisória isenta os consumidores beneficiários da tarifa social do pagamento da tarifa de energia pelo consumo de até 220 kWh/mês, por 3 meses. Para tanto, foi previsto, por meio da MP nº 949/2020, da mesma data, aporte de R\$ 900 milhões na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que será viabilizado por meio da criação de crédito extraordinário via tesouro.

Adicionalmente a MP 950/2020, determina a contratação de empréstimos com bancos para aliviar o caixa das distribuidoras de energia, afetadas por eventuais efeitos decorrentes da pandemia de coronavírus (Covid-19). O citado empréstimo será quitado via encargo tarifário, nos moldes da chamada conta ACR (criada em 2014, no âmbito das soluções para a crise deflagrada pela MP 579/2012). Segundo a MP o encargo tarifário deve prover recursos para permitir a amortização de operações financeiras vinculadas a medidas de enfrentamento aos impactos no setor elétrico

decorrentes do estado de calamidade pública. No momento, aguarda-se a regulamentação da MP, processo que deve ser concluído em breve, segundo as notícias divulgadas na mídia.

Adicionalmente, a ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL, de 16 de abril de 2020, realizou uma profunda e criteriosa análise da situação – ao longo da NT a Agência aborda, em diversos pontos, o risco de eventual desequilíbrio econômico e financeiro, e discorre, em certa medida, sobre as ferramentas para o endereçamento do tema, realizando inclusive uma comparação entre crises passadas e a atual situação gerada pela pandemia da Covid-19. A NT elenca, também, diversas soluções que podem ser acionadas para auxiliar na manutenção da estabilidade do setor elétrico, em especial, a NT explora o uso de recursos de fundos setoriais para endereçar eventuais reflexos da situação derivados da pandemia da Covid-19. Dentre as medidas já tomadas, vale destacar que em 07 de abril, antes mesmo da divulgação da citada NT, a Agência liberou, para a distribuidoras, recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, acumulados na conta de alívio do ESS; e em 20 de abril, em outra decisão, a ANEEL promoveu uma redução superior à 15% nas despesas de uso da transmissão, para os meses de abril, maio e junho – o montante envolvido supera os R\$ 400 milhões em alívio de caixa para as distribuidoras. Os valores recebidos pelas distribuidoras da Equatorial, a título de alívio de ESS, totalizam R\$ 104.084, conforme tabela abaixo.

Empresa	Valor (R\$ mil)
Equatorial Alagoas	17.022
Equatorial Pará	40.669
Equatorial Maranhão	28.159
Equatorial Piauí	18.234
Total	104.084

Em relação ao desconto nas tarifas de uso da transmissão, a expectativa é uma redução de desembolso de R\$ 15.182 mil/mês (Equatorial Maranhão: 3.010 mil/mês, Equatorial Pará: 7.265 mil/mês, Equatorial Piauí: 1.926 mil/mês, e Equatorial Alagoas: 2.981 mil/mês). A medida gera um benefício na redução dos desembolsos referentes às competências abril/2020, maio/2020 e junho/2020.

Quanto ao comportamento do consumo de energia em suas concessões, a Companhia, por meio de comunicado ao mercado, divulgou em 22 de abril de 2020, os números referentes ao 1º trim/2020. Ao se avaliar o comportamento de mercado, a Companhia verificou no início de 2020, um cenário de crescimento forte do mercado consumidor de suas distribuidoras, condição que se visualiza nos resultados do 1º trimestre. Nesse período, o mercado faturado das empresas do grupo apresentou crescimento médio de 6,2%, conforme tabela abaixo que traz as vendas de Energia Elétrica, na visão consolidado por classe.

Classes de consumo (MWh)	1T19	1T20	Var.
Consolidado (MA + PA + PI + AL)			
Residencial - convencional	1.866.785	1.919.575	2,8%
Residencial - baixa renda	496.340	630.093	26,9%
Industrial	263.083	226.515	-13,9%
Comercial	926.920	933.113	0,7%
Outros	1.076.068	1.133.068	5,3%
Total (cativo)	4.629.195	4.842.364	4,6%
Industrial	417.261	476.640	14,2%
Comercial	171.445	219.210	27,9%
Outros	2.617	2.870	9,6%
Consumidores livres	591.323	698.720	18,2%
Energia de Conexão - outras Distribuidoras	35.789	39.510	10,4%
Total Distribuída*	5.256.307	5.580.595	6,2%

Consumo por Distribuidora (MWh)	1T19	1T20	Var.
Equatorial Maranhão	1.480.828	1.554.624	5,0%
Equatorial Pará	1.954.385	2.089.311	6,9%
Equatorial Piauí	859.290	904.748	5,3%
Equatorial Alagoas	961.804	1.031.911	7,3%
Total (Cativo + Livre + conexão)	5.256.307	5.580.595	6,2%

No mês de abril/2020 nota-se uma desaceleração do ritmo, com taxa de crescimento média de 0,24%, conforme tabela abaixo.

Consumo por distribuidora (MWh)	abr/19	abr/20	tx
Equatorial Maranhão	500.267	501.478	0,24%
Equatorial Pará	660.067	679.080	2,88%
Equatorial PI	286.131	282.843	-1,15%
Equatorial AL	310.416	297.667	-4,11%
Total (cativo+livre+conexão)	1.756.880	1.761.068	0,24%

Dentre as empresas do grupo, tem-se o maior crescimento na Equatorial Pará, com taxa de 2,88%, e o pior desempenho é observado em na Equatorial Alagoas, com redução de 4,11%. Na visão da Companhia, a desaceleração pode derivar de iniciativas governamentais de combate à pandemia da Covid-19, mas entende ser necessário um período maior realizado para se avaliar melhor os resultados. Vale destacar que o resultado acumulado do ano (janeiro a abril) é de crescimento de 4,68%, taxa superior à observada no passado recente.

* * *

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Guilherme Mexias Aché

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Marcos Martins Pinheiro

Eduardo Haima

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC-PE012996-O-3-S-MA